



UM PREPARATÓRIO **ILIMITADO**
PARA TODAS AS ETAPAS DA
*****SUA JORNADA*****

***Aqui você encontra o apoio
que precisa para conquistar
sua aprovação.***



Cadastre-se agora e comece de graça!



Edital de Retificação nº 1

Onde se lê:

2.1.4. O valor da taxa de inscrição para o concurso de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – PEBTT em todas as áreas/disciplinas será de R\$150,00 (cento e cinquenta reais).

Leia-se:

2.1.4. O valor da taxa de inscrição para o concurso de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – PEBTT em todas as áreas/disciplinas será de R\$180,00 (cento e oitenta reais).

EDITAL N. 002/2025, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025
CONCURSO PÚBLICO PROFESSOR DE MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO – PEBTT

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 08/06/2021, publicado no Diário Oficial da União nº 106, de 08/06/2021, seção 2, página 1, de acordo com as normas estabelecidas pelas Leis nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; nº 12.772/2012 de 28 de dezembro de 2012; nº 13.656, de 30 de abril de 2018; nº 13.872, de 17 de setembro de 2019; pelos Decretos nº 6.593, de 2 de outubro de 2008; nº 7.312 de 22 de setembro de 2010; nº 9.508, de 24 de setembro de 2018; nº 9.739, de 28 de março de 2019, pelas Portarias Normativas ME Nº 10.041, DE 18 de Agosto de 2021; Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260, de 26 de junho de 2025; Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025; Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025; Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas e demais normas aplicáveis, torna pública a realização de Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos de Professor de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para a Classe A-1, conforme disposições contidas neste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente concurso será executado sob a responsabilidade da Fundação CEFETMINAS, sob a supervisão da Comissão do Concurso Público do IFAM, designada pelo Processo: 23443.004880/2025-46; Dispensa nº 72/2025 23443.004880/2025-46 de 16/10/2025, obedecidas às normas do presente edital, que regulamenta o Concurso Público no âmbito da Instituição, bem como da legislação correlata vigente.

1.2. A seleção para as vagas de que trata este edital compreenderá as seguintes fases:

1.3. Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;

1.4. Prova de Desempenho Didático, de caráter eliminatório e classificatório;

1.5. Prova de Títulos, de caráter classificatório.

1.6. Os seguintes documentos são complementares a este Edital:

a) ANEXO I – Ordem de nomeações por tipos de vagas (ampla concorrência e reservas de vagas)

b) ANEXO II – Conteúdo Programático, cuja data prevista de publicação é 09 de dezembro de 2025.

1.7. É responsabilidade da pessoa candidata, desde a inscrição, acessar e acompanhar, pelo sítio eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br>, todas as publicações acerca deste Concurso Público, como retificações a este edital, comunicados e todos os outros tipos de avisos, bem como o cronograma previsto do certame, não cabendo alegar qualquer espécie de desconhecimento.

1.8. A análise dos laudos das pessoas candidatas que se declararem com deficiência será realizada antes da divulgação do resultado final, com cronograma a ser divulgado no sítio eletrônico.

1.9. A fase de heteroidentificação das pessoas candidatas que se declararem pretos ou pardos, indígenas e quilombolas será realizada antes da divulgação do resultado final, com cronograma a ser publicado no sítio eletrônico.

1.10. Este concurso público destina-se ao provimento de cargos vagos existentes no âmbito do IFAM, de acordo com o **Quadro I disposto no item 2.1** deste edital, e tem prazo de validade de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação de homologação do resultado final do certame no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do IFAM.

1.11. As nomeações para ocupar as vagas contidas no **Quadro I disposto no item 2.1** serão efetivadas de acordo com a necessidade e conveniência do IFAM, dentro do prazo de validade do concurso.

1.12. As pessoas candidatas nomeados estarão subordinados ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e alterações) e legislações correlatas.

1.13. O cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico tem por atribuições as atividades relacionadas ao ensino (em todos os níveis e modalidades), pesquisa e extensão e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, no âmbito da educação básica e da educação profissional e tecnológica.

DA RESERVA DE VAGAS

1.14. Para as áreas/disciplinas que não atendam aos critérios mínimos para a aplicação automática da reserva de vagas, a distribuição das vagas reservadas será estabelecida por sorteio público.

1.14.1. Nas áreas/disciplinas que ofertarem 2 (duas) vagas ou mais, será aplicada, automaticamente, a reserva legal de vagas para pessoa(s) candidata(s), pretos(as) ou pardos(as), indígenas e quilombolas, nos termos da Lei nº 15.142/2025, conforme distribuição: pretos ou pardos, com reserva de 25% das vagas; Indígenas, com reserva de 3% das vagas; e Quilombolas, com reserva de 2% das vagas.

1.14.2. Nas áreas/disciplina com 5 (cinco) vagas ou mais, será aplicada, também de forma automática, a reserva legal de vagas para pessoa(s) candidata(s) com deficiência, conforme o § 2º do art. 5º da Lei nº 8.112/1990 e o § 1º do art. 1º do Decreto nº 9.508/2018.

Do sorteio nos casos sem reserva automática

1.14.3. O sorteio foi aplicado exclusivamente nas áreas/disciplinas com número de vagas insuficiente para a aplicação automática dos percentuais legais.

1.14.4. O sorteio foi realizado separadamente para cada grupo de reserva de vagas, na seguinte ordem:

I – pessoa(s) candidata(s) preta(s) ou parda(s);

II - pessoa(s) candidata(s) indígenas;

III - pessoa(s) candidata(s) quilombolas; e

IV - pessoa(s) candidata(s) com deficiência.

1.14.5. Primeiramente, aplicou-se o percentual de vagas PP para áreas/disciplinas que possuem mais de 1 vaga. Estas áreas/disciplinas com vagas automáticas para PP não entraram no sorteio para as vagas restantes de PP, entraram apenas para reserva de vagas de outras cotas (PI, PQ e PcD).

1.14.6. O Sorteio ocorreu pela área/disciplina e posteriormente pelo campus de lotação.

1.14.7. Após a finalização do sorteio de vagas PP, iniciou-se o sorteio de vagas das demais cotas.

1.14.8. Para as demais áreas/disciplinas com 3 ou mais vagas no mesmo campus, mesmo que já alocadas automaticamente 1 vaga PP, estas entram no sorteio para as cotas de PI, PQ e PcD sucessivamente, mantendo-se fixada uma vaga de AC.

1.14.9. Destaca-se que as áreas/disciplinas com apenas uma vaga, estas entram no sorteio para todos os grupos de cotas.

1.14.10. A gravação do sorteio está disponibilizada no site concurso.fundacaocefetminas.org.br

2. DAS ÁREAS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS MÍNIMOS, DOS REGIMES DE TRABALHO, DA LOTAÇÃO

2.1. As áreas de conhecimento, a formação acadêmica exigida, o regime de trabalho, o total de vagas, as vagas destinadas à ampla concorrência (AC), às pessoas pretas ou pardas (PPP), às pessoas Indígenas (PI), às pessoas Quilombolas (PQ), às pessoas com deficiência (PcD) e às vagas por *campus* são estabelecidos no **Quadro I**, a seguir:

QUADRO I – DAS ÁREAS, VAGAS, REQUISITOS MÍNIMOS E REGIME DE TRABALHO										
ÁREA/DISCIPLINA	VAGAS	REQUISITOS MÍNIMOS	REGIME DE TRABALHO	CAMPUS	AC ¹	PPP ²	PI ³	PQ ⁴	PcD ⁵	TOTAL
Administração	5	Graduação em Administração ou Graduação Gestão Pública ou Tecnologia em Gestão Comercial ou Tecnologia em Administração.	D.E.	Eirunepé	1	0	0	0	0	1
				Tabatinga	1	0	0	0	0	1
				São Gabriel da Cachoeira	2	1	0	0	0	3
Agroecologia	1	Tecnologia em Agroecologia ou Graduação em Agronomia ou Licenciatura em Ciências Agrárias.	D.E.	Maués	0	1	0	0	0	1
Agronomia	1	Graduação em Agronomia ou Licenciatura em Ciências Agrárias.	D.E.	Tefé	0	0	0	0	1	1
Artes	1	Licenciatura em Arte ou em Educação Artística.	D.E.	Coari	1	0	0	0	0	1
Atendimento Educacional Especializado	4	Licenciatura em Educação Especial ou Licenciatura em Educação Inclusiva ou Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva ou Licenciatura em qualquer área com Especialização em Educação Especial ou Licenciatura em qualquer área com Especialização em Educação Inclusiva ou Licenciatura em qualquer área com Especialização em atendimento educacional especializado.	D.E.	Lábrea	0	0	1	0	0	1
				Manaus Zona Leste	1	1	0	0	0	2
				Tabatinga	0	0	1	0	0	1
Biologia	10	Licenciatura em Ciências Biológicas ou Licenciatura com dupla formação em Química e Biologia.	D.E.	Boca do Acre	1	0	0	0	0	1
				Coari	1	1	0	0	0	2
				Eirunepé	1	1	0	0	0	2
				Lábrea	1	0	0	0	0	1
				Maués	0	1	0	0	0	1
				Parintins	1	0	0	0	0	1
				São Gabriel da Cachoeira	1	0	0	0	0	1
				Tefé	1	0	0	0	0	1

Contabilidade	2	Graduação em Ciências Contábeis.	D.E.	Coari	1	0	0	0	0	1
				Maués	0	0	0	0	1	1
Economia	1	Graduação em Ciências Econômicas.	D.E.	Coari	0	0	0	1	0	1
Educação Física	10	Licenciatura em Educação Física.	D.E.	Boca do Acre	1	0	0	0	0	1
				Coari	1	1	0	0	0	2
				Eirunepé	1	0	0	0	0	1
				Humaitá	1	0	0	0	0	1
				Lábrea	1	1	0	0	0	2
				Parintins	1	1	0	0	0	2
				São Gabriel da Cachoeira	1	0	0	0	0	1
Enfermagem	3	Graduação em Enfermagem.	D.E.	São Gabriel da Cachoeira	2	1	0	0	0	3
Engenheira Florestal	2	Bacharelado em Engenharia Florestal.	D.E.	Humaitá	0	0	0	0	1	1
				Lábrea	1	0	0	0	0	1
Engenheira Química	1	Bacharelado em Química ou Bacharelado em Química Industrial ou Bacharelado em Engenharia Química ou Superior de Tecnologia em Processos Químicos.	D.E.	Manaus Centro	0	1	0	0	0	1
Filosofia	2	Licenciatura em Filosofia.	D.E.	Boca do Acre	0	1	0	0	0	1
				Coari	1	0	0	0	0	1
Física	12	Licenciatura em Física.	D.E.	Boca do Acre	1	0	0	0	0	1
				Coari	1	0	0	0	0	1
				Eirunepé	1	0	0	0	0	1
				Itacoatiara	1	0	0	0	0	1
				Lábrea	1	1	0	0	0	2
				Maués	1	1	0	0	0	2
				São Gabriel da Cachoeira	1	1	0	0	0	2
				Tabatinga	1	0	0	0	0	1
				Tefé	0	0	0	1	0	1
Geografia	6	Licenciatura em Geografia.	D.E.	Humaitá	0	1	0	0	0	1
				Maués	1	0	0	0	0	1
				São Gabriel da Cachoeira	1	1	0	0	0	2
				Tabatinga	1	1	0	0	0	2
História	4	Licenciatura em História.	D.E.	Boca do Acre	1	0	0	0	0	1
				Coari	1	0	0	0	0	1
				Lábrea	1	0	0	0	0	1
				São Gabriel da Cachoeira	1	0	0	0	0	1

Informática	17	Licenciatura ou Bacharelado em Informática ou em Engenharia de Software ou em Ciência da Computação ou em Sistema de Informação ou em Engenharia da Computação ou Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Tecnologia em Desenvolvimento de Software ou Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação ou Tecnologia em Redes de Computadores ou Tecnologia em Sistemas para Internet.	D.E.	Boca do Acre	1	0	0	0	0	1
				Coari	1	0	0	0	0	1
				Eirunepé	3	1	0	0	0	4
				Lábrea	1	1	0	0	0	2
				Maués	1		0	0	0	1
				São Gabriel da Cachoeira	2	1	0	0	0	3
				Tabatinga	2	1	0	0	0	3
Letras/Linguística	2	Licenciatura em Letras, com pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Linguística, com ênfase em línguas Indígenas.	D.E.	São Gabriel da Cachoeira	1	0	0	0	0	1
				Tabatinga	1	0	0	0	0	1
Letras/Língua Inglesa	2	Licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Inglesa ou Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa.	D.E.	São Gabriel da Cachoeira	1	1	0	0	0	2
Letras/Língua Portuguesa e LE/Inglês	2	Licenciatura em Letras com dupla formação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa.	D.E.	Boca do Acre	1	0	0	0	0	1
				Tabatinga	1	0	0	0	0	1
Letras/Língua Portuguesa	4	Licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa.	D.E.	Eirunepé	2	1	0	0	0	3
				Lábrea	0	0	0	0	1	1
Libras	1	Licenciatura em Letras com habilitação em Libras ou Licenciatura em Letras com dupla formação em Língua Portuguesa e em Libras.	D.E.	Lábrea	1	0	0	0	0	1
Matemática	9	Licenciatura em Matemática ou Licenciatura com dupla formação em Matemática e Física.	D.E.	Coari	1	0	0	0	0	1
				Eirunepé	1	0	0	0	0	1
				Lábrea	1	0	0	0	0	1
				Maués	1	1	0	0	0	2
				Parintins	1	0	0	0	0	1
				São Gabriel da Cachoeira	1	1	0	0	0	2
				Tabatinga	1	0	0	0	0	1
Mecânica	5	Bacharelado em Engenharia Mecânica.	D.E.	Manaus Centro	1	1	0	1	0	3
				Presidente Figueiredo	1	1	0	0	0	2
Medicina Veterinária / Anestesiologia Veterinária	1	Bacharelado em Medicina Veterinária com pós-graduação na área de Anestesiologia Veterinária.	D.E.	Manaus Zona Leste	0	0	1	0	0	1

Medicina Veterinária / Clínica médica de pequenos animais	1	Bacharelado em Medicina Veterinária com pós-graduação (Residência ou Aprimoramento) na área Clínica médica de pequenos animais.	D.E.	Manaus Zona Leste	1	0	0	0	0	1
Medicina Veterinária / Cirurgia de Pequenos Animais	1	Bacharelado em Medicina Veterinária com pós-graduação (Residência ou Aprimoramento) na área de Cirurgia de Pequenos Animais.	D.E.	Manaus Zona Leste	0	0	0	0	1	1
Medicina Veterinária / Cirurgia de Grandes Animais	1	Bacharelado em Medicina Veterinária com pós-graduação na área de Cirurgia de Grandes Animais.	D.E.	Manaus Zona Leste	0	0	0	0	1	1
Medicina Veterinária / Patologia Animal e/ou Medicina Preventiva	1	Bacharelado em Medicina Veterinária com pós-graduação (Residência ou Aprimoramento) na área de Patologia Animal e/ou Medicina Preventiva.	D.E.	Manaus Zona Leste	0	1	0	0	0	1
Medicina Veterinária / Diagnóstico por imagem	1	Bacharelado em Medicina Veterinária com pós-graduação na área de Diagnóstico por imagem.	D.E.	Manaus Zona Leste	0	1	0	0	0	1
Pedagogia	2	Licenciatura em Pedagogia.	D.E.	Eirunepé	1	0	0	0	0	1
				São Gabriel da Cachoeira	1	0	0	0	0	1
Produção Animal	6	Graduação em Medicina Veterinária ou Zootecnia.	D.E.	Coari	1	0	0	0	0	1
				Eirunepé	1	0	0	0	0	1
				São Gabriel da Cachoeira	1	1	0	0	0	2
				Tabatinga	0	0	1	0	0	1
				Tefé	1	0	0	0	0	1
Publicidade	1	Bacharelado em Comunicação com habilitação em Publicidade e Propaganda ou Tecnologia e Produção Publicitária; com especialização em Marketing ou Comunicação ou Design/ Desenho Industrial	D.E.	Manaus Centro	1	0	0	0	0	1
Química	13	Licenciatura em Química ou Licenciatura com dupla formação em Química e Biologia.	D.E.	Boca do Acre	1	0	0	0	0	1
				Coari	1	0	0	0	0	1
				Eirunepé	1	1	0	0	0	2
				Humaitá	1	0	0	0	0	1
				Itacoatiara	1	1	0	0	0	2
				Lábrea	1	0	0	0	0	1

				Manacapuru	1	0	0	0	0	1
				Maués	1	0	0	0	0	1
				Tabatinga	1	0	0	0	0	1
				Tefé	1	1	0	0	0	2
Recursos Pesqueiros	2	Bacharelado em Engenharia de Pesca ou Bacharelado em Engenharia de Aquicultura.	D.E.	Lábrea	1	0	0	0	0	1
				São Gabriel da Cachoeira	0	0	0	0	1	1
Segurança do trabalho	1	Bacharelado em Engenharia em Segurança do Trabalho ou Bacharelado em Engenharia com Especialização em Segurança do Trabalho ou Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, com Especialização em Segurança do Trabalho ou Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho.	D.E.	Manaus Centro	0	1	0	0	0	1
Sociologia	7	Licenciatura em Ciências Sociais ou Licenciatura em Sociologia.	D.E.	Coari	1	0	0	0	0	1
				Eirunepé	1	0	0	0	0	1
				Lábrea	1	0	0	0	0	1
				Parintins	1	0	0	0	0	1
				São Gabriel da Cachoeira	1	0	0	0	0	1
				Tabatinga	1	0	0	0	0	1
				Tefé	1	0	0	0	0	1
144	TOTAL DE VAGAS			94	36	4	3	7	144	

¹ A/C - Ampla Concorrência; ² PPP - Pessoas Pretas e Pardas; ³ PI - Pessoas Indígenas; ⁴ PQ - Pessoas Quilombolas; ⁵ PcD - Pessoas com Deficiência

2.1.1. As vagas disponibilizadas neste edital serão distribuídas nos diversos *campi* do IFAM, localizados nos municípios, conforme **Quadro I** deste Edital.

2.1.2. Será nomeado a pessoa candidata aprovada dentro do número de vagas disponibilizadas no **Quadro I** deste edital, observada a ordem crescente de classificação.

2.1.3. Cabe ao docente exercer todas as atribuições previstas nas normativas internas e na legislação pertinente à carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

2.1.4. O valor da **taxa de inscrição** para o concurso de **Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – PEBTT em todas as áreas/disciplinas** será de **R\$150,00 (cento e cinquenta reais)**.

2.1.5. A remuneração do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é regida pela Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

2.1.6. O Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ingressará na Classe A e a progressão funcional dar-se-á de acordo com a legislação em vigor.

Classe D-I, Nível 1 – Regime de Trabalho: 40 horas com dedicação exclusiva (DE)				
Titulação	Classe / Nível	Vencimento Básico (R\$)	Retribuição por Titulação (R\$)	Total (R\$)
Graduação	A	R\$ 6.180,86	---	R\$ 6.180,86
Aperfeiçoamento	A	R\$ 6.180,86	R\$ 618,08	R\$ 6.798,94
Especialização	A	R\$ 6.180,86	R\$ 1.236,17	R\$ 7.417,03
Mestrado	A	R\$ 6.180,86	R\$ 3.090,43	R\$ 9.271,29
Doutorado	A	R\$ 6.180,86	R\$ 7.107,99	R\$ 13.288,85

2.1.7. Além do vencimento básico para todos os cargos, são oferecidos os seguintes benefícios:

- a) Auxílio alimentação, estipulado em R\$ 1.175,00 (um mil, cento e setenta e cinco reais);
- b) Auxílio Creche e Pré-Escolar no valor de R\$ 484,90 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos) para dependentes legais com idade inferior a 06 anos;
- c) Retribuição por Titulação para as pessoas candidatas que possuam escolaridade superior à exigência para ocupação do cargo;
- d) Auxílio-transporte, caso preencha os requisitos previstos na legislação vigente.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1. Ter sido aprovado e classificado no concurso público de que trata este edital.

3.2. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, ainda, estrangeiro, nos termos do artigo 207, §1º e §2º, da Constituição Federal, do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e da Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017, e de sua regulamentação. No caso de estrangeiro de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 12, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

3.2.1. No ato da posse, o estrangeiro deverá apresentar o protocolo do requerimento de concessão da autorização de residência e/ou do visto temporário, na forma exigida pela Lei n.º 13.445, de 2017, para o exercício de cargo ou função pública no País;

3.3. Estar em gozo dos direitos políticos.

3.4. Estar quite com as obrigações militares, em caso de pessoa candidata do sexo masculino.

3.5. Estar quite com as obrigações eleitorais.

3.6. Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme item **2.1.** deste edital.

3.7. Ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse.

3.8. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, conforme artigo 5º, inciso VI, da Lei nº. 8.112/90, comprovada através de Laudo Médico para Investidura em Cargo Público

expedido pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS.

- 3.9.** Não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com a investidura em cargo público federal, prevista no artigo 137, Parágrafo Único, da Lei n. 8.112/90.
- 3.10.** A pessoa candidata deverá declarar, na solicitação de inscrição, ter ciência e aceitar que, caso aprovado, estará sujeito ao regime de Dedicção Exclusiva e não poderá acumular cargos, empregos e/ou funções públicas.
- 3.11.** Conforme disposto no inciso X, do art. 117, da Lei n. 8.112/90, é vedada a participação na gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e o exercício do comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- 3.12.** Não receber proventos de aposentadoria que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal.
- 3.13.** A pessoa candidata deverá declarar, na solicitação de inscrição, ter ciência e aceitar que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo e área de atuação, na ocasião da posse.
- 3.14.** Cumprir as determinações deste edital.
- 3.15.** Apresentar declaração de autorização de acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, de acordo com a Instrução Normativa do TCU N° 65/2011.
- 3.16.** Possuir a escolaridade e a formação no nível e modalidade exigidos para o cargo, em consonância com a Lei 12.772/2012 e habilitação e titulação constantes neste Edital.
- 3.17.** Para posse e investidura no cargo, a pessoa candidata entregará ao IFAM os documentos necessários, conforme previsto neste Edital e legislação vigente.

4. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS CANDIDATAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Para fins de definição para ocupação das vagas destinadas às Pessoas com Deficiência, de acordo com o artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, nos termos da Lei, aquelas que se enquadram nas categorias de I a VI a seguir; e as contempladas pela Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021: “O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes”:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004; Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023);

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004); fica a visão monocular classificada como deficiência sensorial, do tipo visual, para todos os efeitos legais (Redação dada pela Lei nº 14.126, de 2021).

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
 - b) cuidado pessoal;
 - c) habilidades sociais;
 - d) utilização dos recursos da comunidade (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004);
 - e) saúde e segurança;
 - f) habilidades acadêmicas;
 - g) lazer;
 - h) trabalho;
- V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências;
- VI - A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

4.2. Das vagas destinadas a cada cargo por área de conhecimento e localidade, e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão providas na forma do § 2º do artigo 5º da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, do Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, e da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 e do Decreto 9.508/18.

4.2.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem **4.2.** deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, conforme disposto no § 3º do art.1º do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas no cargo, nos termos do § 2º do artigo 5º da Lei n. 8.112/1990.

4.2.2. As vagas destinadas a PCD estão definidas no quadro do item **2.1.** deste edital, e foram distribuídas observando-se os termos do art.1º, §4º, do Decreto 9.508/2018.

4.2.3. A pessoa candidata com deficiência poderá requerer, no ato da inscrição, na forma prevista neste edital, atendimento especial para os dias de realização das provas, indicando as condições de que necessita para sua realização, conforme previsto nos artigos 4º e 5º do Decreto n.º 9508/2018 e alterações, conforme Decreto nº 12.533/2025.

4.2.4. Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, as pessoas candidatas com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais pessoas candidatas, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação e todas as demais normas de regência do concurso.

4.3. A relação provisória das pessoas candidatas que tiverem a inscrição deferida ou indeferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada conforme cronograma.

4.3.1. Em caso de indeferimento, será divulgado o motivo, bem como data e horário de interposição de recurso.

4.3.2. Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde e da Legislação supracitada neste item, a opção de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência será desconsiderada, passando a pessoa candidata à ampla concorrência.

4.4. O deferimento das inscrições das pessoas candidatas que se inscreverem como pessoa com deficiência estará disponível no endereço eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br> na homologação das inscrições, conforme previsto no cronograma do concurso público.

4.5. A pessoa candidata que obtiver a sua inscrição indeferida como PcD, poderá interpor recurso no endereço eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br> na área da pessoa candidata, conforme cronograma.

4.6. A nomeação ou contratação de pessoas aprovadas, ainda que exclusivamente em cadastro de reserva e enquanto válido o certame, respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade,

devendo ser considerada a relação entre o número total de vagas, inclusive as que surgirem após a publicação do edital, e o número de vagas reservadas a pessoas com deficiência.

4.7. Durante o período de validade do certame, e após preenchidas as vagas previstas neste Edital, as novas vagas que surgirem serão enquadradas em uma nova distribuição por cotas, conforme quadro de distribuição **Anexo I**.

4.8. Até o final do período de inscrições do certame, será facultado à pessoa optar ou desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

4.9. A pessoa candidata que, no ato da inscrição, declarar-se com deficiência, se for considerado pessoa com deficiência e não for eliminado do concurso, terá seu nome publicado em lista específica.

4.10. Na hipótese de não haver pessoas candidatas aprovadas em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas a deficientes, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelas demais pessoas candidatas aprovadas, observada a ordem de classificação no concurso.

4.11. A pessoa candidata que não tiver confirmada a condição de pessoa com deficiência no procedimento de caracterização da deficiência será incluído na classificação das vagas de ampla concorrência, desde que tenha obtido a nota mínima para prosseguir em todas as fases do Concurso Público. Caso contrário, será eliminado do Concurso Público.

4.12. A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento da pessoa candidata ocupante de vaga reservada implicará a sua substituição pela próxima pessoa candidata com deficiência classificado, desde que haja pessoa candidata classificada nessa condição.

4.13. As vagas reservadas às pessoas com deficiência poderão ser ocupadas por pessoas candidatas sem deficiência na hipótese de não haver inscrição ou aprovação de pessoas candidatas com deficiência no Concurso Público, de acordo com o § 1º do art. 8º da Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260, de 26 de junho de 2025, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

4.14. A nomeação das pessoas candidatas aprovadas deverá obedecer à ordem de classificação, observados os critérios definidos na Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260, de 26 de junho de 2025, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Da análise de laudos

4.15. A pessoa candidata que se declarar com deficiência será submetido à análise do laudo médico por equipe multiprofissional.

4.15.1. A documentação caracterizadora da deficiência deverá conter a identificação de quem se candidatou, a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, a data da emissão e a assinatura da pessoa profissional responsável, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo.

4.15.2. A documentação caracterizadora da deficiência deverá ter sido emitida nos últimos trinta e seis meses contados da data de publicação do edital do certame, exceto no caso das pessoas candidatas cuja deficiência se enquadre no art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), ou das pessoas candidatas com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente.

4.15.3. A pessoa candidata poderá informar, durante o período de inscrições do certame, o reconhecimento administrativo prévio da deficiência, encaminhando documentação expedida por órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

4.15.4. O procedimento de análise documental para a caracterização da deficiência poderá ocorrer em qualquer fase do certame, desde que após as provas objetivas e anterior à homologação do

resultado final do certame.

4.15.5. Relatório de avaliação biopsicossocial da deficiência, emitido nos últimos trinta e seis meses, poderá ser utilizado como documentação caracterizadora da deficiência.

4.15.6. O procedimento de caracterização da deficiência será realizado por equipe multiprofissional e interdisciplinar, por meio de análise documental e, em caso de dúvida quanto à caracterização da deficiência, deverá ser complementado por meio da avaliação presencial.

4.15.7. Nos casos de necessidade de avaliação presencial, as pessoas candidatas serão convocadas para esse fim, com a indicação de local, data e horário para a sua realização.

4.15.8. A Fundação CEFETMINAS contará com a assistência de equipe multiprofissional e interdisciplinar, composta por três profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências que a pessoa candidata possuir e de diferentes áreas de conhecimento, dentre as quais uma deverá ser da área de medicina.

4.15.9. A equipe multiprofissional e interdisciplinar emitirá parecer que observará:

- I - as informações prestadas pela pessoa candidata no ato da inscrição no certame;
- II - a natureza das atribuições e das tarefas essenciais do cargo, do emprego ou da função a desempenhar;
- III - as condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho para a execução das tarefas;
- IV - a possibilidade de uso, pela pessoa candidata, de equipamentos ou de outros meios que utilize de forma habitual; e
- V - o resultado da avaliação com indicação do critério legal utilizado.

4.15.10. A pessoa candidata que não for considerado com deficiência, após análise do laudo, caso seja aprovado no concurso, figurará na lista de classificação de ampla concorrência por área de atuação.

Da fase recursal das modalidades do procedimento de comprovação da deficiência

4.16. Nos casos em que o parecer da equipe multiprofissional e interdisciplinar concluir pela não caracterização da deficiência da pessoa candidata, caberá recurso.

4.16.1. Após a divulgação do resultado, acompanhado do parecer da equipe multiprofissional e interdisciplinar, a pessoa candidata poderá apresentar recurso com nova documentação caracterizadora da deficiência.

4.16.2. A comissão recursal será composta por integrantes diferentes das pessoas que compõem a equipe multiprofissional e interdisciplinar do procedimento de caracterização da deficiência.

4.16.3. Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.

4.17. O resultado definitivo do procedimento de caracterização da deficiência será publicado em sítio eletrônico da Fundação CEFETMINAS que deverá indicar: os dados de identificação da pessoa recorrente e a conclusão final a respeito da comprovação da deficiência.

4.18. Na hipótese de a equipe multiprofissional e interdisciplinar concluir pela não caracterização da deficiência, a pessoa candidata poderá participar do certame pela ampla concorrência, desde que tenha alcançado, em cada fase anterior do certame, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais fases.

4.19. Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé no procedimento de caracterização da deficiência, o caso será encaminhado aos órgãos competentes para as providências cabíveis.

4.19.1. Na hipótese de constatação, pelos órgãos competentes, de fraude ou má-fé no procedimento de caracterização da deficiência, respeitados o contraditório e a ampla defesa: I - caso o certame ainda esteja em andamento, a pessoa será eliminada; ou II - caso a pessoa já tenha sido nomeada, ficará sujeita à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Adaptações e fornecimento de tecnologias assistivas

4.20. O acesso a tecnologias assistivas e a adaptações razoáveis será garantido a todas as pessoas com deficiência inscritas, em todas as fases do certame e independentemente da opção pela reserva de vagas.

4.20.1. A pessoa com deficiência deverá solicitar, durante o período de inscrições, as tecnologias assistivas e as adaptações razoáveis necessárias à realização das provas, como exemplo aquelas previstas no Anexo ao Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

5. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS PRETAS E PARDAS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

5.1. Das vagas ofertadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade deste Concurso Público, 25% (vinte e cinco por cento) serão reservadas às pessoas que concorrerem a cotas para Pessoas Pretas e Pardas, 3% (três por cento) para Indígenas e 2% (dois por cento) para Quilombolas, com fundamento na Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, no Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, e na Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas.

5.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem **5.1.** deste edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), conforme previsto no § 2º do artigo 5º da Lei n. 15.142/2025.

5.1.2. Conforme Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261/2025, na hipótese de não haver pessoas candidatas quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas que remanescerem serão revertidas para as pessoas indígenas; na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas que remanescerem serão revertidas para as pessoas quilombolas; na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas ou quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas que remanescerem serão revertidas para as pessoas pretas e pardas e, por último, para a ampla concorrência; na hipótese de não haver pessoas candidatas aprovadas em número suficiente para o preenchimento das vagas em ampla concorrência, as vagas que remanescerem serão revertidas para pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, observada a proporcionalidade prevista no item **5.1.**

5.1.3. As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas que optarem por concorrer às vagas reservadas concorrerão concomitantemente: às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no certame; e às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição.

5.1.4. Neste concurso público realizado em mais de uma fase, as pessoas pretas e pardas, indígenas ou quilombolas que obtiverem pontuação suficiente para aprovação em ampla concorrência irão constar tanto na lista de classificados dentro das vagas reservadas quanto na lista de classificados da ampla concorrência.

5.2. A pessoa candidata que optar por concorrer em múltiplas hipóteses de reserva de vagas será classificada, ao final do certame, exclusivamente na modalidade cujo percentual seja mais elevado, observada a ordem de classificação.

- 5.2.1.** Considera-se o percentual de reserva de vagas definido neste edital, respeitando-se a legislação aplicável a cada grupo.
- 5.2.2.** A pessoa candidata será incluída, para fins meramente informativos, nas listas de classificação de todos os grupos para os quais se inscreveu, bem como na lista geral de ampla concorrência.
- 5.2.3.** As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas.
- 5.2.4.** O percentual previsto no item **5.1.** será aplicado sobre a totalidade das vagas expressamente previstas neste edital e sobre as demais vagas que surgirem durante a validade do certame.
- 5.2.5.** A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 2 (dois).
- 5.2.6.** Para os cargos que não atenderam aos critérios mínimos para a aplicação automática da reserva de vagas, a distribuição das vagas reservadas foi estabelecida por sorteio.
- 5.2.7.** As vagas destinadas à pessoa candidata preta ou parda, indígenas e quilombolas estão definidas no quadro do item **2.1.** deste edital.
- 5.2.8.** Caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do concurso público, serão observadas a reserva de vagas e a nomeação das pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas aprovadas, na forma prevista na legislação vigente.
- 5.2.9.** Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa candidata deverá, no ato da solicitação de inscrição, optar por disputar às vagas destinadas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, observado o período de inscrição conforme cronograma.
- 5.3.** O deferimento das inscrições das pessoas candidatas que se inscreverem nas vagas reservadas estará disponível no endereço eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br> a partir da data prevista no cronograma do concurso público.
- 5.3.1.** De acordo com a Lei nº 15.142/2025 e Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27/06/2025, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas, considera-se: I - pessoa preta ou parda: aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma de regulamento; II - pessoa indígena: aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena; III - pessoa quilombola: aquela pertencente a grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
- 5.4.** As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas participarão do concurso público em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação e todas as demais normas de regência do concurso.
- 5.5.** Para concorrer às vagas reservadas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, as pessoas deverão autodeclarar-se, assinalando essa opção no ato da inscrição, sendo as informações prestadas no momento da inscrição de inteira responsabilidade da pessoa candidata.
- 5.5.1.** É de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata selecionar a opção, **no ato da inscrição**, para concorrer às vagas reservadas.
- 5.6.** As pessoas candidatas que optarem por concorrer para às vagas reservadas a pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas serão convocadas para a realização de procedimentos

complementares relativos à autodeclaração sobre a sua condição.

5.7. Os **Procedimentos Complementares** relativos à autodeclaração seguirão o disposto na Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas.

5.7.1. PROCEDIMENTO DE CONFIRMAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO DE PESSOAS PRETAS E PARDAS

5.7.1.1. A autodeclaração de pessoas pretas e pardas será confirmada mediante procedimento complementar, promovido de forma presencial.

5.7.1.2. O ato de convocação, com horário e local para o procedimento de heteroidentificação das pessoas candidatas que se autodeclararam pretos ou pardos, será publicado no endereço eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br> em data prevista no cronograma do concurso público.

5.7.1.3. Todas as pessoas pretas e pardas, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, optantes pela reserva de vagas classificadas na fase imediatamente anterior, serão convocadas para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração.

5.7.1.4. As pessoas que optarem por concorrer às vagas reservadas às pessoas pretas e pardas, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, e, satisfizerem as condições de habilitação estabelecidas neste edital, deverão se submeter ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração.

5.7.1.5. A pessoa que não comparecer ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração poderá prosseguir no concurso público pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para as fases seguintes.

5.7.1.6. Na hipótese de não confirmação da autodeclaração no procedimento de confirmação complementar à autodeclaração, as pessoas poderão participar do certame pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais fases.

5.7.1.7. Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé no procedimento de confirmação complementar à autodeclaração, o caso será encaminhado aos órgãos competentes para as providências cabíveis.

5.7.1.8. Na hipótese de o procedimento administrativo concluir pela ocorrência de fraude ou má-fé, a pessoa candidata será eliminado do concurso público, caso o certame ainda esteja em andamento; ou terá anulada a sua admissão ao cargo ou ao emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso já tenha sido nomeado.

5.7.1.9. O procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será filmado e sua gravação, de acesso restrito nos termos da legislação vigente, será utilizada na análise de eventual recurso interposto contra a decisão da comissão.

5.7.1.9.1. A pessoa que recusar a realização da filmagem do procedimento para fins de confirmação complementar à autodeclaração, poderá prosseguir no concurso público pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para as fases seguintes.

5.7.1.9.2. Na hipótese de a pessoa não possuir conceito ou pontuação suficiente para as fases seguintes, a pessoa será eliminada do certame, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas.

5.7.1.9.3. A pessoa candidata que não tiver a sua autodeclaração confirmada, poderá solicitar acesso à gravação referente à sua própria avaliação, se for mantida a não confirmação após interposição de recurso administrativo, nos termos do edital de convocação para a etapa, a ser publicado na data prevista no cronograma.

Comissão de confirmação complementar à autodeclaração de pessoas pretas e pardas

5.7.1.10. O procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será realizado por comissão criada especificamente para esse fim, composta por cinco integrantes e seus suplentes.

5.7.1.11. A comissão de confirmação complementar será responsável pela emissão de um parecer conclusivo, favorável ou não, à autodeclaração **de pessoa preta ou parda**, considerando os aspectos fenotípicos da pessoa candidata.

5.7.1.12. A comissão de confirmação complementar à autodeclaração utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pela pessoa no certame.

5.7.1.13. Serão consideradas as características fenotípicas da pessoa ao tempo da realização do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração.

5.7.1.14. A comissão de confirmação complementar à autodeclaração de pessoas pretas e pardas decidirá por maioria e emitirá parecer, de acesso restrito, sobre a atribuição identitária autodeclarada pela pessoa candidata.

5.7.1.15. Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em certames federais, estaduais, distritais e municipais ou em processos seletivos de qualquer natureza.

5.7.1.16. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade e em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos.

5.7.1.17. A pessoa candidata cuja autodeclaração não for confirmada pela comissão de confirmação complementar poderá interpor recurso no endereço eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br> conforme cronograma.

5.7.1.18. A comissão recursal será composta por três integrantes, diferentes das pessoas que compõem a comissão de confirmação complementar à autodeclaração.

5.7.1.19. Em suas decisões, a comissão recursal irá considerar a filmagem do procedimento para fins de confirmação complementar à autodeclaração, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pelo recorrente.

5.7.1.20. Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.

5.7.1.21. Não cabe a análise de pedido de recurso para reserva de vaga, à pessoa candidata que não declarar sua condição no ato da inscrição.

5.7.1.22. Prevalecerá a autodeclaração da pessoa candidata na hipótese de haver, cumulativamente: decisão não unânime, em desfavor da pessoa candidata, na comissão de confirmação complementar; e decisão não unânime, em desfavor da pessoa candidata, na comissão recursal.

5.7.2. PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO DE PESSOAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

5.7.2.1. A autodeclaração de pessoas indígenas será confirmada mediante procedimento de verificação documental complementar, por comissão constituída por pessoas de notório saber na área, composta majoritariamente por indígenas, no caso de confirmação da documental de pessoas indígenas; e quilombolas, no caso de confirmação documental de pessoas quilombolas.

5.7.2.2. O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de **indígenas** será feito pela análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, mediante a apresentação de:

I - documento de identificação civil da pessoa candidata, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico; **e**

II - documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou outros documentos que estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico da pessoa candidata, tais como:

a) comprovantes de habitação em comunidades indígenas;

b) documentos expedidos por escolas indígenas;

c) documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;

d) documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai ou pelo Ministério dos Povos Indígenas;

e) documentos expedidos por órgão de assistência social;

f) documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e

g) documentos de natureza previdenciária.

5.7.2.2.1. Os documentos serão aceitos desde que contenham o nome completo da pessoa candidata e seu pertencimento étnico, sejam legíveis, digitalizados de forma integral, sem danos ou cortes que prejudiquem a visualização completa.

5.7.2.3. O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de **quilombolas** será feito pela análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, mediante a apresentação de:

I - declaração que comprove o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do disposto no art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; **e**

II - certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade a qual a pessoa candidata pertence.

5.7.2.3.1. Os documentos serão aceitos desde que contenham o nome completo da pessoa candidata e seu pertencimento étnico, sejam legíveis, digitalizados de forma integral, sem danos ou cortes que prejudiquem a visualização completa.

Comissão de verificação documental complementar à autodeclaração de pessoas indígenas e quilombolas

5.7.2.4. A comissão de verificação documental complementar será constituída por três integrantes.

- 5.7.2.5.** A comissão de verificação documental complementar deliberará por maioria, em parecer sobre a atribuição identitária autodeclarada pela pessoa candidata.
- 5.7.2.6.** O teor do parecer decisório será de acesso restrito.
- 5.7.2.7.** O resultado provisório do procedimento de verificação documental complementar será publicado em data prevista no cronograma, e irá indicar os dados de identificação da pessoa candidata; a conclusão da comissão de verificação; e as condições para interposição de recurso pelas pessoas interessadas.
- 5.7.2.8.** Na hipótese de desconformidade documental, a pessoa poderá participar do certame pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais fases.
- 5.7.2.9.** A comissão recursal será constituída por três integrantes, majoritariamente indígenas ou quilombolas, conforme o caso, e obrigatoriamente diferentes das pessoas integrantes da comissão de verificação documental complementar.
- 5.7.2.10.** Caberá recurso à comissão recursal contra as decisões da comissão de verificação documental complementar, nos termos do edital.
- 5.7.2.10.1.** As decisões da comissão recursal irão considerar os documentos apresentados pela pessoa candidata, o parecer decisório emitido pela comissão de verificação documental complementar e o conteúdo do recurso interposto.
- 5.7.2.10.2.** Não caberá recurso contra as decisões da comissão recursal.

6. DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

6.1. O **concurso público do IFAM** será desenvolvido oficialmente e exclusivamente no **Sistema de Inscrições da Fundação CEFETMINAS**, cujo acesso é conferido pela página da organizadora, no endereço eletrônico: <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br>, onde ocorrerão as seguintes ações:

- a) Publicação de documentos e comunicados;
- b) Realização de inscrição;
- c) Solicitação de isenção da taxa de inscrição;
- d) Solicitação de condições especiais para realização das provas;
- e) Direcionamento para geração da GRU (Guia de Arrecadação da União) para pagamento da taxa de inscrição;
- f) Publicação de convocações e resultados;
- g) Interposição de recursos.

6.1.1. A pessoa candidata que já tem o cadastro de usuário no **Sistema de Inscrições da Fundação CEFETMINAS** deve atualizar ou confirmar as informações pessoais, mediante o preenchimento dos campos: CPF ou E-mail e senha.

6.1.2. O IFAM e a Fundação CEFETMINAS eximem-se das despesas com viagens, estadia e quaisquer outras despesas das pessoas candidatas para prestarem as provas do concurso público.

6.1.3. No momento da inscrição, a pessoa candidata declara a concordância com os termos que constam neste edital, bem como concorda que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do concurso público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando a divulgação de seu(s) nome(s), cargo a que concorre,

opção de reserva de vagas, data de nascimento, números de inscrição e notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

6.1.4. É permitida a inscrição de pessoa candidata para ampla concorrência, em vagas que estejam destinadas inicialmente a pessoa candidata com reserva legal. No caso do não preenchimento das vagas reservadas, a chamada será na lista de ampla concorrência, bem como se surgirem vagas durante a validade do concurso, respeitando os critérios de alternância e proporcionalidade entre as listas para cumprimento dos dispositivos da legislação vigente.

6.2. Procedimentos para inscrição

6.2.1. Ao acessar o site da Fundação CEFETMINAS <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br> a pessoa candidata deve cadastrar-se para o 1º (primeiro) acesso ao Sistema de Inscrições, por meio de indicação do nº do Cadastro de Pessoa Física (CPF); do e-mail; de uma senha pessoal; e de demais dados pessoais.

6.2.2. A pessoa candidata deverá seguir rigorosamente as instruções contidas neste edital e no sistema de inscrição.

6.2.3. Para efetivar a inscrição no Sistema da Fundação CEFETMINAS a pessoa candidata deve realizar os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br>;
- b) Realizar o cadastro de usuário ou acessar com o *login* e senha pessoal;
- c) Selecionar o concurso público do IFAM;
- d) Ler atentamente este Edital, seus Anexos e observar os prazos do cronograma do concurso público;
- e) Preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição com as devidas seleções sobre o município de realização da prova objetiva, vaga e reserva de vagas, se aplicável;
- f) Indicar se necessita de atendimento especial para a realização da prova e descrever qual a condição pessoal e/ou estrutural, necessária para a realização da prova;
- g) Salvar as informações para o registro no sistema;
- h) Gerar a GRU e efetuar o pagamento da taxa de inscrição correspondente no **Banco do Brasil**, salvo se obtiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição deferida.

6.2.4. Será admitida a inscrição somente via internet, no sítio eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br>, solicitada no período entre **14 horas do dia 09 de dezembro de 2025 até às 23h59 horas do dia 09 de janeiro de 2026 (horário oficial de Brasília/DF)**.

6.2.5. As pessoas candidatas poderão realizar somente uma inscrição sob sua inteira responsabilidade. Não haverá possibilidade de cancelamento das inscrições, e nem responsabilidade da Fundação CEFETMINAS e/ou do IFAM pela devolução de valores referentes às inscrições realizadas, salvo as situações previstas no subitem **6.8**.

6.2.6. No ato da inscrição, a pessoa candidata deverá optar pelo município de realização das provas objetivas, dentre os locais: Manaus/AM, Eirunepé/AM, Humaitá/AM, Parintins/AM, São Gabriel da Cachoeira/AM, Tabatinga/AM e Tefé/AM.

6.2.7. Para proceder à sua inscrição no concurso público, a pessoa candidata deverá satisfazer todas as condições do presente Edital, anulando-se todos os atos decorrentes de inscrição efetuada em desacordo com as normas nele contidas.

6.2.8. Em caso de falsidade das informações declaradas, a pessoa candidata terá sua inscrição no concurso público cancelada a qualquer tempo.

6.2.9. Após a pessoa candidata finalizar o procedimento de inscrição, confirmando todos os seus dados, não será mais possível realizar alterações na inscrição.

- 6.2.10.** Objetivando evitar ônus desnecessário, a pessoa candidata deverá orientar-se no sentido de somente efetuar a inscrição e recolher o valor respectivo após tomar conhecimento do disposto neste edital e seus anexos, e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo.
- 6.2.11.** A Fundação CEFETMINAS e o IFAM não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
- 6.2.12.** A Fundação CEFETMINAS e o IFAM não se responsabilizam por GRU de taxa de inscrição pago em valor distinto do previsto neste edital para o cargo escolhido pela pessoa candidata.
- 6.2.13.** A inscrição da pessoa candidata neste concurso público implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 6.2.14.** As informações prestadas no momento da Inscrição e da solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição são de inteira responsabilidade da pessoa candidata, eximindo-se a Fundação CEFETMINAS e o IFAM de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informação incorreta, endereço inexato ou incompleto, fornecidos pela pessoa candidata.
- 6.2.15.** A declaração falsa dos dados constantes na inscrição e na solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, que comprometam a lisura do certame, determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa ao declarante, nos termos do art. 5º, inc. LV, da CF/88, salientando que, caso a inexatidão seja passível de correção, esta deverá ser determinada.
- 6.2.16.** A inscrição e a taxa de inscrição paga pela pessoa candidata serão pessoais e intransferíveis. Em nenhuma hipótese será deferido o pedido de transferência de inscrição e pagamento da GRU entre pessoas, assim como a alteração de cargo e alteração da modalidade de inscrição.
- 6.2.17.** A inscrição da pessoa candidata somente será confirmada após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição, salvo se obtiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição deferida.
- 6.2.18.** As solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no cronograma não serão admitidas.
- 6.2.19.** Agendamentos bancários sem a devida efetivação dos pagamentos implicará em não aceitação da inscrição da pessoa candidata.
- 6.2.20.** Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital, sendo, portanto, considerado (a) inscrito (a) neste Concurso Público somente a pessoa candidata que cumprir todas as instruções contidas neste edital.
- 6.2.21.** Eventuais erros de digitação ocorridos no nome da pessoa candidata, no número do documento de identidade, data de nascimento, sexo e CPF utilizados na inscrição, deverão, obrigatoriamente, ser atualizados pela pessoa candidata no dia de realização das provas com o fiscal de sala na folha de ocorrências.
- 6.2.22.** A pessoa candidata que não fizer ou solicitar as correções dos dados pessoais nos termos do subitem **6.2.21.** deste edital deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.
- 6.2.23.** As informações prestadas no requerimento de inscrição e na seleção do cargo para geração da GRU da taxa de inscrição com o valor correto serão de responsabilidade da pessoa candidata ou do seu responsável, em caso de ser menor de idade à época da inscrição.

6.3. Procedimentos para inscrição PcD, Pessoa Preta e Parda, Pessoa Quilombola e Indígena

6.3.1. A pessoa candidata com deficiência, interessado em concorrer à uma vaga reservada, deverá preencher o formulário no Sistema de Inscrições atentando-se aos procedimentos deste Edital e ainda:

- a) Declarar-se deficiente e manifestar interesse em concorrer à uma vaga reservada à **PcD**;
- b) Indicar e/ou descrever o tipo de deficiência;
- c) Enviar imagem legível de Laudo Médico digitalizado contendo a identificação de quem se candidatou, a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, a data da emissão e a assinatura da pessoa profissional responsável, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo, emitido nos últimos trinta e seis meses contados da data de publicação do edital.
- d) Indicar se necessita de atendimento especial para a realização da prova e descrever qual a condição pessoal e/ou estrutural, necessária para a realização da prova;
- e) Salvar as informações para o registro no sistema;
- f) Gerar a GRU e efetivar o pagamento da taxa de inscrição correspondente no Banco do Brasil, exclusivamente nos canais de recebimento por ele disponibilizados, salvo se obtiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição deferida.

6.3.1.1. O documento citado na alínea “c” do subitem **6.3.1.** deverá ser encaminhado conforme procedimento a seguir:

- a) Salvar o documento em arquivo digital ÚNICO com extensão pdf (.pdf). O arquivo digital deverá ser nomeado com o número do CPF da pessoa candidata (ex. 12345678910.pdf);
- b) Encaminhar o arquivo digital, por meio de formulário próprio disponível no sítio eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br>;
- c) Para anexar o arquivo digital ao formulário, utilizar a opção “upload”, obedecendo ao limite de 10 MB para o tamanho do arquivo;
- d) Esse procedimento deverá ser realizado até o último dia de inscrição. Após esse período, a solicitação será indeferida;
- e) O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IFAM e a Fundação CEFETMINAS não se responsabilizam por qualquer tipo de problema, inclusive de ordem técnica, que impeça o envio dessa documentação ao seu destino.

6.3.1.2. A inobservância do disposto no subitem **6.3.1.** deste edital, acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas às pessoas candidatas com deficiência e o não atendimento às condições especiais necessárias, solicitadas pela pessoa candidata, conforme disposto no subitem **6.9.** deste edital.

6.3.1.3. Quando se tratar de deficiência auditiva, a pessoa candidata deverá apresentar, além do laudo médico, exame audiométrico (audiometria), original e cópia simples, realizados nos últimos 12 meses.

6.3.1.4. Quando se tratar de deficiência visual, o laudo médico deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos, realizados nos últimos 12 meses.

6.3.1.5. Para a contagem dos prazos dos itens **6.3.1.3.** e **6.3.1.4.**, será considerada a data do último dia previsto em edital para a realização das inscrições no certame.

6.3.2. A pessoa candidata preta, parda, quilombola ou indígena, interessada em concorrer à uma vaga reservada, deverá preencher o formulário no Sistema de Inscrições atentando-se aos procedimentos deste Edital e ainda:

- a) Declarar-se como pessoa preta, parda, quilombola ou indígena e manifestar interesse em concorrer à uma vaga reservada;
- b) Indígena: Anexar documento de identificação civil da pessoa candidata, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico; e documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou outros documentos que estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico da pessoa candidata, conforme o item 5.7.2.2 deste Edital.
- c) Quilombola: Anexar declaração que comprove o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade; e certificação da Fundação Cultural

Palmares que reconheça como quilombola a comunidade a qual a pessoa candidata pertence.

d) Salvar as informações para o registro no sistema;

e) Gerar a GRU e efetivar o pagamento da taxa de inscrição correspondente no Banco do Brasil, exclusivamente nos canais de recebimento por ele disponibilizados, salvo se obtiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição deferida.

6.3.2.1. Até o final do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

6.3.2.2. Para as pessoas candidatas que optarem por desistir de concorrer às vagas reservadas deverão realizar o acesso na área da pessoa candidata, campo “Minhas Inscrições”, e assinalar sua desistência, registrando que deseja deixar de concorrer nesta modalidade.

6.4. Dos procedimentos para solicitação de atendimento especial para realização das provas – PcD, lactantes e outros

6.4.1. Pessoa com Deficiência – PcD

6.4.1.1. A pessoa candidata com deficiência que necessitar de Prova em Braille deverá indicar a deficiência visual e solicitar a condição especial de realização da prova nessa linguagem.

6.4.1.2. A pessoa candidata com deficiência que necessitar de Prova Ampliada deverá indicar a deficiência visual e solicitar a condição especial de realização da prova com letra correspondente à fonte 24 (vinte e quatro), em tamanho A3.

6.4.1.3. A pessoa candidata com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá informar essa condição e encaminhar Laudo Médico, que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doenças – CID e data de expedição correspondente aos últimos 12 (doze) meses, anteriores ao término das inscrições.

6.4.1.4. O envio do Laudo Médico deverá ser feito por meio de *upload* de arquivo em formato .pdf no sistema de inscrições.

6.4.1.5. A realização de provas em condições especiais solicitadas pela pessoa candidata com deficiência será condicionada à legislação específica e à viabilidade técnica e operacional examinada pela Fundação CEFETMINAS, além de critérios de razoabilidade.

6.4.2. Lactantes

6.4.2.1. Fica assegurado às lactantes o direito de participarem do processo, nos critérios e nas condições estabelecidos pelo Art. 227 da Constituição Federal, Art. 4º da Lei Federal Nº 8.069/1990, Art. 1º e 2º da Lei Federal Nº 10.048/2000 e pela Lei Nº 13.872/2019.

6.4.2.2. Terá o direito previsto a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização de prova ou de etapa avaliatória de concurso público.

6.4.2.3. A prova da idade será feita mediante declaração no ato de inscrição para o concurso e apresentação da respectiva certidão de nascimento durante sua realização.

6.4.2.4. Deferida a solicitação, a mãe deverá, no dia da prova ou da etapa avaliatória, indicar uma pessoa acompanhante que será a responsável pela guarda da criança durante o período necessário.

6.4.2.5. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade,

próxima ao local de aplicação das provas.

- 6.4.2.6. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.
- 6.4.2.7. Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por fiscal do sexo feminino.
- 6.4.2.8. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.
- 6.4.2.9. Em nenhuma hipótese a criança poderá permanecer dentro da sala de aplicação de provas ou sozinha em outro ambiente.
- 6.4.2.10. A candidata lactante que não levar acompanhante para guarda da criança não realizará as provas.
- 6.4.2.11. A candidata lactante que não apresentar a solicitação de atendimento especial em sua ficha de inscrição, seja qual for o motivo alegado, não terá a solicitação atendida.

6.4.3. Outros

- a) A pessoa candidata que tenha uma situação específica ou isolada, bem como a prevista no item 7.2.30., para a realização das provas deverá observar a data prevista de sua aplicação, informar sua condição e solicitar o atendimento especial, no ato de preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, durante o período previsto no Cronograma.
- b) Toda solicitação de atendimento especial será analisada segundo os critérios de viabilidade, razoabilidade e proporcionalidade para Pessoas com Deficiência, Lactantes e Outros indivíduos que indiquem situações específicas ou isoladas.
- c) O resultado preliminar dos pedidos de atendimento especial como deferido ou indeferido será publicado no site da Fundação CEFETMINAS, conforme o Cronograma.
- d) Caberá recurso contra o indeferimento da solicitação de atendimento às condições especiais para a realização das provas, conforme o Cronograma.
- e) A pessoa candidata que passar a necessitar de atendimento especial após o período de inscrição, deverá fazer contato com a Fundação CEFETMINAS nos canais de atendimento à pessoa candidata, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da realização das provas.

6.5. Pagamento da taxa de inscrição

- 6.5.1. A pessoa candidata deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de **R\$180,00 (cento e oitenta reais)** e efetuar pagamento por meio do sistema PagTeseuro, na página de inscrição.
- 6.5.2. O pagamento da taxa de inscrição poderá ser feito via PIX, cartão de crédito, por meio das plataformas digitais credenciadas junto ao PagTeseuro e boleto bancário GRU Simples (pago **unicamente no Banco do Brasil**).
- 6.5.3. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado **até o dia 12 de janeiro de 2026 (data limite), impreterivelmente**. Inscrições com pagamento posterior a essa data serão indeferidas.
- 6.5.4. As inscrições efetuadas somente serão homologadas após a comprovação de pagamento ou do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.
- 6.5.5. Não será aceito, em hipótese alguma, o recolhimento da GRU (taxa de inscrição) pelas seguintes opções: agendamento de pagamento de título de cobrança; pagamento de conta por envelope; transferência eletrônica; DOC e DOC eletrônico; TED; ordem de pagamento e depósito comum em conta corrente.
- 6.5.6. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias em que se encontra a pessoa candidata, a GRU deverá ser paga, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo

Banco do Brasil.

6.5.7. A pessoa candidata poderá conferir na lista de inscrições homologadas, no endereço eletrônico da Fundação CEFETMINAS, se os dados da inscrição efetuada foram recebidos e o valor da inscrição foi pago. Em caso negativo, a pessoa candidata deverá interpor recurso e anexar via *upload* o comprovante de pagamento da GRU.

6.5.8. A inscrição somente será confirmada após a comprovação do pagamento do valor da inscrição pela instituição bancária, desde que realizados dentro do prazo.

6.5.9. Não serão consideradas as inscrições nas quais o pagamento do valor da inscrição seja realizado após o período definido no cronograma e após os horários limites estabelecidos pelas diversas instituições financeiras, quando efetuados pela Internet ou por meio dos Caixas Eletrônicos, pois nesses casos os pagamentos realizados fora desses horários serão considerados como extemporâneos e essas operações farão parte do movimento do próximo dia útil da instituição bancária.

6.5.10. Será cancelada a inscrição com pagamento efetuado por um valor diferente (menor ou maior) do que o estabelecido no subitem **6.5.1.** deste edital.

6.5.11. A GRU será emitida em nome da pessoa candidata.

6.5.12. O modo de leitura dos dados da GRU é de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata, eximindo-se a **Fundação CEFETMINAS** e o **IFAM** de eventuais dificuldades de processamento, concretização do pagamento e consequente impossibilidade de efetivação da inscrição.

6.5.13. O comprovante de pagamento da GRU, sem rasura, emendas e marcações, será o comprovante provisório de inscrição da pessoa candidata no **concurso público**, não sendo considerado o agendamento de pagamento. É de inteira responsabilidade da pessoa candidata a manutenção sob sua guarda do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, para posterior apresentação, se necessário.

6.6. Canais de atendimento às pessoas candidatas

6.6.1. O acesso será ao Sistema de Inscrições da Fundação CEFETMINAS: <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br>.

6.6.2. O atendimento referente ao **concurso público do IFAM** será realizado, exclusivamente, pelo e-mail: concursopublico@fundacaocefetminas.org.br, de segunda à sexta-feira, até às 17h, exceto feriados e recessos do calendário escolar do município de Belo Horizonte/MG. O prazo para resposta às mensagens enviadas por e-mail é de até 48 (quarenta e oito) horas.

6.6.3. As informações sobre o **Concurso Público do IFAM** serão atualizadas continuamente nas abas EDITAL E DOCUMENTOS e COMUNICADOS, na página da **Fundação CEFETMINAS**: <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br>.

6.6.3.1. É responsabilidade da pessoa candidata acompanhar os comunicados e as publicações oficiais na página do processo.

6.7. Dos procedimentos para pedido de isenção de taxa de inscrição

6.7.1. Haverá isenção do valor da taxa de inscrição para as pessoas candidatas amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008 e Lei nº13.656 de 30 de abril de 2018.

6.7.1.1. Estará isento do pagamento da taxa de inscrição, a pessoa candidata que:

- I - estiver regularmente inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135/2007;
- II - pertença à família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal *per capita* seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional;
- III - As pessoas candidatas doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos do inciso II do artigo 1º da Lei nº 13.656/2018.

6.7.1.2. A isenção deverá ser solicitada por meio de requerimento no formulário de inscrição, a ser preenchido no período previsto no cronograma (horário oficial de Brasília/DF), no sítio eletrônico, contendo a indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico.

6.7.1.3. A pessoa candidata que se enquadrar nos critérios estabelecidos nos subitens do item **6.7.**, deverá solicitar a isenção, dentro do prazo estipulado no cronograma, preencher os campos do formulário e informar **o seu próprio Número de Identificação Social (NIS)**, atribuído pelo CadÚnico. O NIS é pessoal e intransferível, portanto, a pessoa candidata que informar o NIS de outra pessoa terá o seu pedido de isenção indeferido.

a) Caso a pessoa candidata não possua o NIS, deverá procurar o Setor de Assistência Social da Prefeitura de sua cidade;

b) Caso seja solicitado pela Fundação CEFETMINAS, a pessoa candidata deverá enviar declaração por meio de formulário próprio, disponibilizado no sítio eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br> conforme orientações que serão feitas por meio de comunicado no sítio do concurso.

6.7.1.4. A Fundação CEFETMINAS consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pela pessoa candidata. O simples preenchimento do requerimento no sítio eletrônico não garante o deferimento do pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição.

6.7.1.5. A pessoa candidata que for doador de medula óssea deverá anexar no formulário de inscrição, no período indicado no cronograma, cópia digitalizada em formato PDF do documento comprobatório, emitido por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, contendo o nome completo e o número do REDOME (Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea). Documentos comprobatórios ilegíveis e/ou incompletos não serão aceitos.

6.7.1.6. A solicitação realizada após o período constante no cronograma deste edital será indeferida.

6.7.1.7. A veracidade das informações prestadas no requerimento de isenção será de inteira responsabilidade da pessoa candidata, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarretará a sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto n. 83.936, de 6 de setembro de 1979.

6.7.1.8. Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição à pessoa candidata que:

a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

b) fraudar e/ou falsificar documentação, e não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos nos subitens deste edital.

6.7.1.9. Não será aceito pedido de isenção de taxa de inscrição via postal, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

6.7.1.10. Cada pedido de isenção será analisado e julgado pela Fundação CEFETMINAS.

6.7.1.11. A relação provisória das pessoas candidatas que tiveram o seu pedido de isenção deferido será divulgada na data prevista no cronograma, no sítio eletrônico do concurso.

6.7.1.12. Em caso de indeferimento, será(ão) divulgado(s) o(s) motivo(s), bem como data e horário de interposição de recurso, no sítio do concurso público. Após apreciação do recurso, pela Fundação

CEFETMINAS, não serão aceitas novas interposições de recursos.

6.7.1.13. A pessoa candidata cujo pedido de isenção for indeferido, após recurso, poderá participar do concurso público, procedendo à realização de nova inscrição sem a isenção, conforme item 6 deste edital.

6.8. Da restituição da taxa de inscrição

6.8.1. Não haverá possibilidade de cancelamento das inscrições, e nem responsabilidade da Fundação CEFETMINAS e/ou do IFAM pela devolução de valores referentes às inscrições realizadas, com exceção das seguintes situações:

- a) Suspensão do concurso público, exclusivamente quando houver alteração do cronograma;
- b) Cancelamento do concurso público;
- c) Pagamento em duplicidade para o mesmo cargo/área.

6.8.2. Nas hipóteses previstas no subitem **6.8.1.**, a pessoa candidata deverá requerer a restituição da taxa de inscrição por meio do preenchimento, assinatura e entrega do formulário que será disponibilizado, conforme cronograma.

6.8.3. O formulário de restituição da taxa de inscrição estará disponível em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do ato de suspensão e/ou cancelamento do concurso público.

6.8.4. Para os pedidos de restituição com fundamento no pagamento em duplicidade para o mesmo cargo/área e órgão, o formulário de restituição da taxa de inscrição estará disponível durante o período de inscrição.

6.8.5. O formulário deverá ser enviado, devidamente preenchido e assinado pela pessoa candidata e acompanhado da cópia de seu documento de identidade e do comprovante de pagamento da inscrição, para o endereço de e-mail: concursopublico@fundacaocefetminas.org.br.

6.8.6. A restituição da taxa de inscrição será realizada pelo IFAM por meio de depósito bancário na conta indicada no respectivo formulário de restituição, a qual necessariamente deverá ser do tipo conta corrente e de titularidade da pessoa candidata.

6.9. Das disposições gerais sobre a inscrição no concurso público

6.9.1. Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, a pessoa candidata deverá optar pela área de atuação a qual deseja concorrer, município de realização das provas e campus de lotação.

6.9.2. A pessoa candidata que desejar alterar sua inscrição, caso ainda não tenha pago a GRU, deverá enviar e-mail para concursopublico@fundacaocefetminas.org.br, informar nome completo, CPF, número de inscrição e solicitar a exclusão da inscrição, para que o sistema seja liberado e possibilite a realização de nova inscrição. A solicitação será atendida somente até às 17h (horário de Brasília/DF) do penúltimo dia de inscrições (08/01/2026) observado o cronograma deste Edital.

6.9.3. É vedada a inscrição condicional, a extemporânea, bem como a realizada via postal, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

6.9.4. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos/seleções ou para outro cargo.

6.9.5. Para efetuar a inscrição é imprescindível o número do CPF da pessoa candidata.

6.9.6. As informações prestadas no ato da inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata. Será excluído do concurso público aquele que não preencher o formulário de forma completa, verdadeira e correta.

6.9.7. Serão anuladas as inscrições que não obedecerem às determinações contidas neste Edital.

6.9.8. As informações prestadas no requerimento de inscrição e na seleção do cargo para geração da GRU da taxa de inscrição com o valor correto serão de responsabilidade da pessoa candidata.

7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1 As fases, natureza, pontuação máxima e pontuação mínima são as estabelecidas da seguinte forma:

Quadro II – Das etapas			
Fases da Avaliação Docente	Natureza	Pontuação Máxima	Pontuação Mínima
1ª Fase: Prova Objetiva	Eliminatória e classificatória	75,00 para todas as áreas, exceto Informática; 81,00 para área Informática	37,00 pontos para todas as áreas, exceto Informática, e nota maior que zero em cada disciplina; 40,00 pontos para a área Informática e nota maior que zero em cada disciplina
2ª Fase: Prova de Desempenho Didático	Eliminatória e classificatória	100,00	60% do total de pontos
3ª Fase: Prova de Títulos	Classificatória	10,00	Não há

7.1.1 Primeira Etapa – Prova Objetiva: A primeira etapa do concurso público consistirá na avaliação da pessoa candidata por meio de Prova Objetiva, e será aplicada nas cidades de Eirunepé/AM, Humaitá/AM, Manaus/AM, Parintins/AM, São Gabriel da Cachoeira/AM, Tabatinga/AM e Tefé/AM, em data indicada no cronograma deste Edital.

7.1.2 A prova objetiva, de natureza eliminatória e classificatória, na modalidade múltipla escolha, contemplará 50 (cinquenta) questões inéditas, compostas por 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D, E), dentre as quais haverá apenas uma resposta correta, confirmada pelo gabarito oficial (preliminar e final), corrigida, individualmente, por meio de tecnologia de leitura ótica.

7.1.3 A Prova Objetiva será em língua portuguesa, salvo a aplicação de termos técnicos específicos de cada disciplina e área do concurso, e as questões de Conhecimento Específico da área de inglês, que poderão ser em língua portuguesa e língua inglesa.

7.1.4 A Prova Objetiva contemplará as seguintes disciplinas e seus respectivos pesos, quantitativo de questões, pontuação total e critérios de aprovação:

Quadro III – Avaliação Prova Objetiva – Todas as Áreas (Exceto área Informática)					
Disciplinas	Pesos	Quantidade Questões	Total Pontos	Critério Aprovação/Pontos/Disciplina	Critério Aprovação/Pontos/Prova
Língua Portuguesa	1,00	7	7,00	maior que zero em cada disciplina	nota maior ou igual a 37
Informática Básica	1,00	6	6,00		
Legislação Aplicada ao Serviço Público	1,00	6	6,00		
Didática	1,00	6	6,00		
Conhecimentos Específicos	2,00	25	50,00		
TOTAL		50	75,00		

Quadro IV – Avaliação Prova Objetiva – Área: Informática					
Disciplinas	Pesos	Quantidade Questões	Total Pontos	Critério Aprovação/Pontos/Disciplina	Critério Aprovação/Pontos/Prova
Língua Portuguesa	1,00	7	7,00	nota maior que zero em cada disciplina	nota maior ou igual a 40
Legislação Aplicada ao Serviço Público	1,00	6	6,00		
Didática	1,00	6	6,00		
Conhecimentos Específicos	2,00	31	62,00		
TOTAL		50	81,00		

7.1.5 O Conteúdo Programático da Prova Objetiva é apresentado no **Anexo II** deste Edital, no qual estão descritos os temas e as bibliografias, que também abordarão tópicos de conhecimentos e referências correlacionados às indicações de cada disciplina, a critério da Banca Examinadora.

7.1.6 O Conteúdo Programático do concurso abrange apenas referências confiáveis e cientificamente válidas perante a comunidade de saber teórico e prático de cada área de conhecimento relativa às áreas/disciplinas do concurso e eventuais recursos contra as questões devem seguir a mesma abrangência.

7.1.7 As questões da prova objetiva avaliarão habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado e contemplarão, de forma integrativa, competências de conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio acerca dos assuntos indicados no Conteúdo Programático.

7.1.8 A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas ações referentes às provas do concurso, a saber as questões e os recursos, salvo caso em que o cronograma do concurso público for suspenso, cuja retomada informará a nova validade.

7.1.8.1. Poderão ser objeto de avaliação as alterações legislativas realizadas até a data de publicação do edital.

7.1.9 A Fundação CEFETMINAS e o IFAM não se responsabilizam por quaisquer cursos preparatórios e apostilas, dentre outros materiais, impressos ou digitais, referentes às provas deste concurso, ou ainda, por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital ou fora dos meios oficiais de divulgação.

7.1.10 Quaisquer esclarecimentos e contraposições relativos a essa etapa e ao Conteúdo Programático deverão ser direcionados, via recursos, no prazo de impugnação do edital, conforme cronograma e determinações deste Edital.

7.1.11 Não será atribuído valor (pontuação) à questão que, no gabarito da pessoa candidata, não estiver assinalada de maneira visível e inequívoca, ou contiver mais de uma resposta, emendas ou qualquer tipo de rasura.

7.1.12 Será desclassificado do concurso a pessoa candidata que não alcançar, pelo menos, a pontuação prevista nos **Quadros III e IV**, independentemente do peso atribuído às provas, e que não pontuar em uma ou mais disciplinas da Prova Objetiva.

7.1.13 O Edital Específico de Convocação para a Prova Objetiva, com a relação das pessoas candidatas que obtiveram a inscrição homologada e demais informações, será publicado na página da Fundação CEFETMINAS, conforme o cronograma e as determinações deste Edital.

7.2. Realização da Prova Objetiva (PO)

7.2.1. A Prova Objetiva, prevista para ocorrer **no dia 08 de fevereiro de 2026**, terá duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para assinatura do cartão de respostas, lista de presença e transposição de respostas do caderno de provas para o cartão de respostas.

7.2.2. A Prova Objetiva será realizada nos municípios de Manaus/AM, Eirunepé/AM, Humaitá/AM, Parintins/AM, São Gabriel da Cachoeira/AM, Tabatinga/AM e Tefé/AM, no **horário oficial de Manaus – AM**.

7.2.3. Caso o número de pessoas candidatas inscritas no processo ultrapasse a capacidade de alocação das escolas do município, as provas poderão ser aplicadas em municípios vizinhos.

7.2.4. O **Comprovante Definitivo de Inscrição - CDI**, documento que garante a homologação da inscrição da pessoa candidata e que contém o horário e o local de realização da prova, será disponibilizado no Sistema da Fundação CEFETMINAS, por meio de acesso com o *login* e a senha, cadastrados no ato de inscrição, na data prevista no cronograma.

7.2.5. A pessoa candidata que, por qualquer motivo, não tiver disponível o seu CDI, deverá encaminhar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição, efetuado conforme as orientações deste Edital, para o email: concursopublico@fundacaocefetminas.org.br, até 5 (cinco) dias úteis antes da data da prova, prevista no Cronograma, confirmada no site da Fundação CEFETMINAS.

7.2.6. O pagamento da pessoa candidata será analisado e sua inclusão para a realização da prova, poderá ocorrer de forma condicional, sujeita à posterior verificação quanto à regularidade do pagamento.

7.2.7. Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão da pessoa candidata será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.2.8. O CDI não será enviado, via serviços de postagem ou via e-mail, tão pouco qualquer informação sobre a realização da prova, cujo conhecimento é de responsabilidade da pessoa candidata,

que não poderá alegar desconhecimento acerca da data, do horário e do local da prova, para fins de justificativa de sua ausência.

7.2.9. Também é responsabilidade da pessoa candidata pesquisar sobre o trajeto até o local de realização da prova indicado no CDI, a fim de evitar eventuais atrasos, sendo aconselhável visitar o local com antecedência.

7.2.10. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência da pessoa candidata.

7.2.11. Não será permitido à pessoa candidata realizar a prova fora da data confirmada, do horário ou do local determinados no CDI, salvo o previsto no item 7.6.5.4 ou caso fortuito reconhecido pela Fundação CEFETMINAS.

7.2.12. O não comparecimento para realização da Prova Objetiva, por qualquer motivo, caracterizará a desistência da pessoa candidata, cujo nome constará como ausente na lista de resultados.

7.2.13. A pessoa candidata deverá comparecer ao local de prova 60 (sessenta) minutos antes do fechamento dos portões, provido de documento original de identificação com foto; caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente; e preferencialmente com o CDI.

7.2.14. O cumprimento do horário previsto de fechamento dos portões será comprovado na presença de, no mínimo, duas pessoas candidatas convocados aleatoriamente nos locais de realização das provas, mediante assinatura de termo formal.

7.2.15. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital e fatos intervenientes.

7.2.16. A pessoa candidata será impedido de realizar a prova, caso não apresente o documento de identificação com foto, conforme estabelecido neste Edital.

7.2.17. Serão considerados documentos de identificação: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira de Identidade Nacional (CIN); Carteira Profissional, expedida por Órgão ou Conselho de Classe (OAB, CREA, CRA, etc.); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira Nacional de Habilitação (CNH); e Passaporte. O documento deverá estar dentro do prazo de validade, quando for o caso, e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação da pessoa candidata e de sua assinatura.

7.2.17.1. Documentos digitais (nato digitais) serão aceitos somente com foto e assinatura, válidos nos termos da legislação vigente.

7.2.17.2. Documentos nato digitais são aqueles que foram emitidos/disponibilizados originalmente em formato digital.

7.2.17.3. Não serão aceitos como válidos os documentos originalmente físicos, apresentados de forma digitalizada.

7.2.18. Não serão aceitos documentos ilegíveis ou danificados, bem como documentos destinados a outros fins, tais como: Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal n.º 9.503/97; Carteira de Estudante; Crachás; Identidade Funcional, de natureza pública ou privada; Protocolo; Comprovante Definitivo de Inscrição, tão pouco a cópia do documento oficial, ainda que autenticada, ou quaisquer outros documentos não constantes neste Edital.

7.2.19. Na hipótese de perda, furto ou roubo do documento é obrigatória a apresentação do registro da ocorrência em órgão policial e nesse caso, a pessoa candidata poderá ter coletada a sua impressão digital e ser fotografado.

7.2.20. A pessoa candidata deverá colocar sua assinatura na lista de presença, de acordo com aquela constante do seu documento de identificação, vedada a colocação de rubrica.

- 7.2.21.** A Fundação CEFETMINAS recomenda que a pessoa candidata leve apenas o documento de identificação; caneta azul ou preta, fabricada em material transparente; recipiente próprio de uso individual para consumo de água, em embalagem transparente e sem rótulo.
- 7.2.22.** Outros pertences pessoais deverão ser deixados embaixo da carteira ou em local indicado pelos fiscais, durante todo o período de permanência das pessoas candidatas no local da prova.
- 7.2.23.** A Fundação CEFETMINAS e o IFAM não se responsabilizarão por perdas, extravios ou danos que eventualmente ocorrerem aos pertences das pessoas candidatas.
- 7.2.24.** Depois de entrar no prédio ou bloco ou sala onde realizará as provas, a pessoa candidata não poderá permanecer pelos corredores e demais espaços, tão pouco poderá realizar consultas ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguarda o horário de início da prova.
- 7.2.25.** Após identificação para entrada e acomodação na sala, será permitido à pessoa candidata ausentar-se antes do início da prova exclusivamente nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporária de necessidade extrema, desde que acompanhado de um fiscal. A pessoa candidata que, por qualquer motivo, não retornar à sala será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 7.2.26.** Durante o período de realização das provas, será proibido: usar óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço e afins, relógios de qualquer tipo; portar objetos pessoais como bolsa e carteira de documentos; fazer uso de telefone celular, pagers, bip, agenda eletrônica, calculadora ou outros instrumentos de cálculo, walkman, notebook, palmtop, ipod, tablet, gravador, aparelhos eletrônicos similares, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, agendas eletrônicas ou similares, MP3, MP4, máquina fotográfica; realizar qualquer espécie de consulta ou comunicação entre as pessoas candidatas ou entre estas e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido anotar informações relativas às suas respostas ou copiar o gabarito fora do meio permitido; consultar anotações, livros, revistas, folhetos, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material, sendo eliminado do concurso a pessoa candidata que descumprir estas determinações.
- 7.2.27.** Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados e guardados em porta-objetos lacrado. Caso tais aparelhos emitam qualquer som, a pessoa candidata poderá ser eliminado do concurso público.
- 7.2.28.** A pessoa candidata que, durante a realização da prova, for encontrado portando qualquer um dos objetos proibidos, incluindo os aparelhos eletrônicos, mesmo que desligados, será automaticamente eliminado.
- 7.2.29.** Não será permitida a entrada de pessoas candidatas no ambiente de provas portando armas, exceto nos casos expressamente previstos na legislação em vigor. A pessoa candidata que necessitar realizar a prova portando arma e for amparado pela Lei n. 10.826/2003 e alterações, deverá indicar tal necessidade no formulário de inscrição e encaminhar, via *upload*, a imagem do Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei. Não será permitida a entrada de pessoas candidatas no ambiente de provas portando armas que não estejam amparados pela Lei n. 10.826/2003 e alterações.
- 7.2.30.** A pessoa candidata poderá ser submetido a detector de metais e à identificação por meio da coleta da impressão digital durante a realização das provas.
- 7.2.31.** Não será permitida nos locais de realização das provas a entrada e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela Fundação CEFETMINAS, observadas as determinações deste Edital.
- 7.2.32.** No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 7.2.33.** Será fornecido pelo fiscal o Caderno da Prova Objetiva e o Cartão de Respostas, personalizado com os dados da pessoa candidata, para assinatura no campo próprio e transcrição das

respostas.

7.2.34. As instruções que constam no Caderno de Prova e no Cartão de Respostas, bem como as orientações e instruções expedidas pela Fundação CEFETMINAS no dia da realização das provas complementam este Edital e deverão ser observadas e seguidas pela pessoa candidata.

7.2.35. A pessoa candidata deverá conferir os seus dados pessoais impressos no Cartão de Respostas, em especial o seu nome, o número do documento informado no ato da inscrição e a área/disciplina para o qual se inscreveu no processo.

7.2.36. O Cartão de Respostas da Prova Objetiva será o único documento válido para a correção e, por isso, não poderá ser danificado de nenhum modo, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

7.2.37. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro da pessoa candidata e não serão computadas questões sem marcação ou que contenham mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta, assim como questões que apresentem emendas ou rasuras, ainda que legíveis.

7.2.38. Será considerado inválido o Cartão de Respostas que estiver marcado ou escrito a lápis, bem como se apresente com qualquer forma de identificação ou sinal distintivo (nome, pseudônimo, símbolo, data, local, desenhos ou formas, dentre outros sinais) produzidos pela pessoa candidata, fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

7.2.39. O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade da pessoa candidata.

7.2.40. A inviolabilidade do malote com os Cadernos de Prova será comprovada no momento do rompimento do lacre na presença de, no mínimo, duas pessoas candidatas, convocados aleatoriamente nos locais de realização das provas, mediante assinatura de termo formal.

7.2.41. Somente será permitido à pessoa candidata retirar-se definitivamente da sala de prova, sem o Caderno de Provas, após transcorrido o tempo de 1h00 (uma) hora de seu início, mediante a entrega obrigatória do Cartão de Respostas, devidamente preenchido e assinado, ao fiscal.

7.2.42. Nesse certame a pessoa candidata poderá levar o Caderno de Provas com o rascunho do gabarito, no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos do horário previsto para o seu término.

7.2.43. A pessoa candidata que, por qualquer motivo ou recusa, não permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido e/ou se recusar a entregar o Caderno de Prova e o Cartão de Respostas ao fiscal terá o fato consignado em ata e será automaticamente eliminado do processo.

7.2.44. As 3 (três) últimas pessoas candidatas de cada sala de aplicação de prova somente poderão entregar a respectiva prova e retirar-se do local, simultaneamente, após assinatura do relatório de aplicação de provas.

7.2.45. Durante todo o período de realização da prova, é proibida a permanência de pessoas estranhas e/ou acompanhantes de pessoa candidata dentro do prédio e nos pátios, exceto nos casos previstos neste edital.

7.2.46. Ao terminar a prova, a pessoa candidata deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização de banheiro e bebedouro.

7.3. Aprovação e Classificação da Prova Objetiva (PO)

7.3.1. Os critérios de classificação nesta etapa estão determinados nos **Quadros III e IV** (Avaliação Prova Objetiva) deste Edital, pelo qual também se determina que a pessoa candidata que não obtiver os mínimos requeridos para aprovação, assim como a pessoa candidata ausente no dia da prova, serão eliminados do concurso.

7.3.2. No caso de empate, será aplicado o critério disposto no Art. 27, parágrafo único, da Lei Nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, sendo considerado idoso a pessoa candidata que possuir 60 anos completos ou mais na data de encerramento das inscrições.

7.3.3. Persistindo o empate para as pessoas candidatas de todas as áreas, o desempate ocorrerá em favor da pessoa candidata que tiver, sucessivamente, maior número de pontos na Prova Objetiva, disciplina de:

- a) Conhecimentos Específicos;
- b) Didática;
- c) Língua Portuguesa;
- d) Legislação Aplicada ao Serviço Público;
- e) Informática Básica;
- f) Idade mais elevada, salvo na hipótese prevista no Art. 27, parágrafo único, da Lei Nº 10.741/2003, em que este critério prevalece sobre os demais.

7.3.4. Persistindo o empate para as pessoas candidatas da área de Informática, o desempate ocorrerá em favor da pessoa candidata que tiver, sucessivamente, maior número de pontos na Prova Objetiva, disciplina de:

- a) Conhecimentos Específicos;
- b) Didática;
- c) Língua Portuguesa;
- d) Legislação Aplicada ao Serviço Público;
- e) Idade mais elevada, salvo na hipótese prevista no Art. 27, parágrafo único, da Lei Nº 10.741/2003, em que este critério prevalece sobre os demais.

7.3.5. Serão classificados para a próxima etapa o quantitativo de pessoas candidatas correspondente a 10 (dez) vezes o número de vagas ofertadas para cada cargo/área, aplicado a cada lista separadamente (ampla concorrência, reserva de vagas para pretos e pardos, indígenas e quilombolas ou pessoas com deficiência), e segundo critérios estabelecidos neste edital.

7.3.5.1. O número de pessoas candidatas às vagas reservadas consideradas aprovadas em cada fase do certame será igual ao número de pessoas candidatas consideradas aprovadas na lista da ampla concorrência.

7.3.5.2. As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas que obtiverem pontuação suficiente para aprovação em ampla concorrência não serão contabilizadas no quantitativo total de pessoas aprovadas para as vagas reservadas a pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, conforme previsto em edital para aquela fase.

7.3.5.3. As pessoas com deficiência que obtiverem pontuação suficiente para aprovação em ampla concorrência deverão figurar tanto na lista de pessoas classificadas dentro das vagas reservadas quanto na lista de pessoas classificadas da ampla concorrência.

7.3.5.4. As pessoas com deficiência que alcançarem pontuação suficiente para aprovação na ampla concorrência não serão computadas no quantitativo total de pessoas aprovadas para as vagas reservadas a pessoas com deficiência, observando-se o disposto no edital para a respectiva fase do certame.

7.3.5.5. Para ser convocado para a 2ª Fase, as pessoas candidatas devem atingir o mínimo de 37,00 pontos (todas as áreas, exceto Informática), 40,00 pontos (área Informática) e **nota maior que zero em cada disciplina** da prova objetiva.

7.3.5.6. Na hipótese de não ser oferecida vaga imediata nas modalidades de ampla concorrência, reserva de vagas para pretos ou pardos ou pessoas com deficiência, conforme distribuição prevista neste Edital, o limite máximo em relação a cada modalidade será de 10 (dez) pessoas candidatas classificadas, ou seja, ainda que a quantidade de vaga seja igual a zero, serão convocados 10 (dez) pessoas candidatas, devido à possibilidade de surgimento de vagas durante a validade do concurso.

7.4. Critérios de Eliminação na Prova Objetiva (PO)

7.4.1. Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados.

7.4.2. Não apresentar o documento de identificação determinado neste Edital.

7.4.3. Não permitir a coleta de sua assinatura.

7.4.4. Deixar de atender as normas contidas no Caderno de Prova e na Folha de Resposta Definitiva e demais orientações/instruções expedidas pela Fundação CEFETMINAS.

7.4.5. Usar objetos pessoais e equipamentos eletrônicos, mesmo que desligados, conforme subitem **7.2.27**.

7.4.6. Realizar consultas conforme descrição do subitem **7.2.27**.

7.4.7. Realizar qualquer espécie de consulta ou comunicação entre as pessoas candidatas ou entre estas e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito.

7.4.8. Anotar informações relativas às suas respostas fora dos meios permitidos.

7.4.9. Não devolver a Folha de Resposta Definitiva.

7.4.10. Ausentar-se da sala de prova, sem o acompanhamento do fiscal, ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido neste Edital.

7.4.11. Recusar-se a se submeter ao sistema de detecção de metal.

7.4.12. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do Concurso público.

7.4.13. Fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações acerca do local da prova, do Caderno de Prova e de seus participantes.

7.4.14. Desrespeitar, ofender, agredir ou, de qualquer outra forma, tentar prejudicar outra pessoa candidata.

7.4.15. Perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos durante a preparação ou realização das provas.

7.4.16. Tratar com falta de civilidade os fiscais, auxiliares, coordenadores ou autoridades presentes.

7.4.17. Recusar-se a seguir as instruções dadas por membros da equipe de organização da Fundação CEFETMINAS ou qualquer outra autoridade presente.

7.5. Resultado da Prova Objetiva (PO)

7.5.1. O Gabarito Preliminar e o Resultado Preliminar da Prova Objetiva serão publicados no site da Fundação CEFETMINAS, para os quais haverá prazo de interposição de recurso, via sistema, conforme o cronograma, as determinações deste Edital e de Edital Específico.

7.5.2. A decisão de deferimento ou indeferimento de recurso será divulgada no sistema, na data prevista no cronograma, por meio de acesso com *login* e senha individuais, cadastrados no ato da inscrição.

7.5.3. O Cartão de Respostas da pessoa candidata, digitalizado, será divulgado no Sistema da Fundação CEFETMINAS, por meio de acesso com o *login* e a senha cadastrados no ato da inscrição.

7.5.4. O resultado, preliminar e final, da Prova Objetiva será publicado em ordem decrescente de pontuação em três listas distintas: ampla concorrência, pretos e pardos, pessoas com deficiência.

7.5.5. A pessoa candidata reprovado estará, automaticamente, desclassificado do presente concurso público.

7.5.6. A convocação e demais descrições para a etapa seguinte serão publicadas nos canais oficiais de divulgação, conforme o cronograma, por meio de Edital Específico e a partir das determinações sobre a etapa.

7.6. SEGUNDA ETAPA

7.6.1. Prova de Desempenho Didático

7.6.1.1. A Prova de Desempenho Didático visa a avaliar os conhecimentos da pessoa candidata e sua capacidade didática, por meio da apresentação de uma aula, ministrada em nível de ensino básico, técnico e tecnológico, a uma banca examinadora, durante no máximo 45 (quarenta e cinco) minutos, sobre um tema/ponto, sorteado dentre uma lista de 10 (dez) temas/pontos para cada área de conhecimento específica, os quais serão listados dentre as temáticas de cada área de conhecimento específico, conforme **Anexo II**, e publicados em data prevista no cronograma.

7.6.1.2. A prova de todas as áreas seguirá as determinações deste Edital e de Edital Específico de Convocação, às quais as pessoas candidatas convocados devem observar e cumprir, a fim de não comprometerem a sua avaliação.

7.6.1.3. Quaisquer esclarecimentos e contraposições relativos à Prova de Desempenho Didático deverão ser direcionados, via recursos, no prazo de impugnação do edital, conforme cronograma e determinações deste Edital.

7.6.1.4. As pessoas candidatas serão convocados e informados sobre a Prova de Desempenho Didático por meio de Edital Específico de Convocação, publicado conforme cronograma do concurso.

7.6.2. Banca Examinadora

7.6.2.1. A apresentação da pessoa candidata será avaliada, exclusivamente conforme os critérios de avaliação dessa etapa, por uma Banca Examinadora composta por 3 (três) profissionais, sendo 02 (dois) mestres e/ou doutores da área de conhecimento correspondente à vaga e 1 (um) com graduação ou pós-graduação da área de educação.

7.6.2.2. A relação completa da banca será divulgada na página do concurso para conhecimento das pessoas candidatas, análise e impugnação, fundamentada de eventual impedimento, conforme as regras e o cronograma deste edital.

7.6.2.3. Além das situações de impedimento e suspeição previstas no capítulo VII, da Lei Nº 9.784/99, fica proibida a participação na banca examinadora de professores co-autores de publicações acadêmicas, orientadores e co-orientadores de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*, de pessoa candidata da própria área, no recorte de 18 (dezoito) meses anterior à data de convocação para a prova prevista em cronograma.

7.6.2.4. Caberá à Fundação CEFETMINAS nomear novos membros da banca, em razão de força maior e com o objetivo de garantir a realização da fase.

7.6.3. Sorteio dos Temas/Pontos

7.6.3.1. O sorteio de temas/pontos acontecerá no dia anterior à realização da prova, em sessão pública, gravada em sistema de áudio e vídeo, para uso exclusivo da organizadora e da comissão.

7.6.3.2. O local e horário do sorteio serão divulgados em Edital Específico de Convocação, publicado conforme o cronograma do concurso.

7.6.3.3. O número sorteado valerá para a apresentação de todas as pessoas candidatas de cada área – Exemplo: se o número sorteado for o nº 5, a prova de todas as pessoas candidatas convocadas, conforme as determinações do edital, será correspondente ao tema de nº 5, cuja descrição será específica de cada área do concurso.

7.6.3.4. O tema sorteado para o primeiro dia de provas permanecerá na lista para os demais dias, se houverem.

7.6.3.5. Não é obrigatória a presença da pessoa candidata durante os sorteios, porém é de responsabilidade da pessoa candidata tomar conhecimento do tema sorteado para a sua prova.

7.6.3.6. O não comparecimento da pessoa candidata ao sorteio implica renúncia do direito a qualquer questionamento ou recurso sobre o dia e horário ou sobre os procedimentos relativos ao sorteio.

7.6.3.7. A ata com a indicação das informações sorteadas para a prova será publicada no site do concurso, imediatamente após o seu preenchimento.

7.6.3.8. Não serão fornecidas informações sobre o tema sorteado via contato telefônico e/ou e-mail. É responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a atualização da página do concurso.

7.6.4. Critérios de Avaliação, Aprovação e Classificação

A Prova de Desempenho Didático contemplará os seguintes critérios de avaliação:

Quadro V – Avaliação Desempenho Didático			
Item	Critérios	Pontuação Máxima	Critério Aprovação / Classificação
1	Plano de Aula - pertinência ao nível do curso e ao efetivo desempenho.	10	60%
2	Objetivos - apresentação, delimitação, contextualização, problematização e desenvolvimento da aula em relação ao tema.	10	
3	Linguagem - adequação, clareza, fluência e dicção.	20	
4	Domínio de conteúdo - adequação temática, conhecimento técnico, habilidade e consistência argumentativa.	40	
5	Metodologia - adequação de recursos didáticos ao tema e à aula; e proposta de avaliação da aprendizagem.	10	
6	Organização - sequência lógica de raciocínio, distribuição cronológica e conclusão.	10	
Total de Pontos Prova		100	

7.6.4.1. De acordo com o exame das apresentações, os membros da banca examinadora atribuirão a devida nota, individualmente, considerando até duas casas decimais.

7.6.4.2. A pontuação alcançada será processada pela média aritmética dos pontos atribuídos por cada membro da banca e apresentada em duas casas decimais, sem arredondamentos.

7.6.4.3. A nota da prova será divulgada em resultado preliminar por critério de avaliação, que respaldará a interposição de eventuais recursos contra a avaliação. Nesse certame não haverá divulgação de ficha de avaliação individual.

7.6.4.4. A pessoa candidata que obtiver o mínimo requerido para aprovação será classificado para a próxima etapa e a pessoa candidata que não obtiver o mínimo requerido para aprovação, assim como a pessoa candidata ausente no momento da sua convocação para a prova, serão eliminados do concurso.

7.6.5. Realização da Prova

7.6.5.1. A prova terá duração máxima de 45 (quarenta e cinco) minutos, realizada na cidade de Manaus-AM, no período previsto no cronograma, em locais, datas e horários estabelecidos em Edital Específico de Convocação, em sessão pública, gravada por sistema de áudio e vídeo para uso exclusivo da organizadora e da comissão do concurso.

7.6.5.2. Todas as aulas serão apresentadas em língua portuguesa, com exceção das Áreas Letras/L. Portuguesa/LE/Inglês e Letras/L. Inglesa, que deverão ser ministradas em língua portuguesa e inglesa.

7.6.5.3. Os dias e horários de realização de cada prova serão definidos por ordem alfabética dos nomes das pessoas candidatas convocadas.

7.6.5.4. Pessoas candidatas que professam a fé Adventista não realizarão as provas do período do pôr-do-sol da sexta-feira ao pôr-do-sol do sábado, por questões de consciência religiosa.

7.6.5.5. É vedado à pessoa candidata prestar as provas fora do local, data e horário pré-determinados, salvo o previsto no item 7.6.5.4 ou situações autorizadas pela organizadora, em que o objetivo seja manter o cronograma de realização das provas.

- 7.6.5.6.** Solicita-se que a pessoa candidata compareça ao local da prova com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.
- 7.6.5.7.** Ao chegar no local de provas, a pessoa candidata deverá aguardar na sala de espera indicada pelas Equipes de Coordenação da Fundação CEFETMINAS. A convocação para a prova será realizada somente na sala de espera.
- 7.6.5.8.** O ingresso na sala de prova só será permitido à pessoa candidata que apresentar documento oficial de identidade, conforme as determinações deste edital. Na hipótese de perda, furto ou roubo do documento é obrigatória a apresentação do registro da ocorrência em órgão policial e, nesse caso, a pessoa candidata poderá ter coletada a sua impressão digital e ser fotografado.
- 7.6.5.9.** A pessoa candidata que não comparecer munido de documento de identificação original ou demais documentos de identificação determinados neste edital, no local, na data e no horário determinados para a realização da prova será eliminado do presente concurso público.
- 7.6.5.10.** Não haverá segunda chamada para a realização desta etapa. O não comparecimento a essa fase implicará a eliminação automática da pessoa candidata.
- 7.6.5.11.** Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude do afastamento da pessoa candidata da sala onde se dará a sua convocação, bem como de afastamento da sala de realização da prova.
- 7.6.5.12.** Não realizará a prova a pessoa candidata que se apresentar após o horário previsto ou após a sua convocação, ainda que haja tempo dentro o máximo permitido.
- 7.6.5.13.** As despesas necessárias à participação da pessoa candidata na prova, inclusive as decorrentes de deslocamento e hospedagem, são de sua inteira responsabilidade, ficando a Fundação CEFETMINAS e o IFAM isentas de qualquer ônus.
- 7.6.5.14.** A aula apresentada pela pessoa candidata será submetida à avaliação da banca examinadora, que não poderá ser solicitada a interagir e também não direcionará qualquer tipo de arguição à pessoa candidata.
- 7.6.5.15.** Para realização da prova será disponibilizado 1 (um) quadro branco ou 1 (um) quadro para giz, 1 (uma) caneta pincel ou 1 (um) giz e 1 (um) apagador.
- 7.6.5.16.** Eventuais mobiliários, equipamentos, acessórios, projetores, monitores, telas, painéis, computadores, caixas de som, microfones, pincéis ou giz coloridos; extensões elétricas; adaptadores de tomadas; acesso à internet; etc., deverão ser providenciados pela pessoa candidata, por seus próprios meios, organizados e instalados sob sua inteira responsabilidade, dentro do tempo máximo permitido para a apresentação da aula.
- 7.6.5.17.** Não será permitida a ajuda de terceiros ou de membros da Banca Examinadora para organização, montagem e instalação de equipamentos e materiais usados para a prova, salvo situações de desmontagem, em que o objetivo seja manter o cronograma de realização das provas.
- 7.6.5.18.** Não é permitida a troca ou o empréstimo de itens de prova entre pessoas candidatas, dentro das dependências dos locais de prova.
- 7.6.5.19.** A Fundação CEFETMINAS e o IFAM não se responsabilizarão por perdas, extravios ou danos em objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos nessa etapa.
- 7.6.5.20.** Logo após os procedimentos de identificação da pessoa candidata, o início da contagem do tempo de prova será informado pela banca examinadora.
- 7.6.5.21.** As pessoas candidatas deverão entregar à banca um plano de aula em 04 (quatro) vias (uma para cada membro da banca e outra para fins de registros pela organizadora do concurso),

devidamente identificadas pelo nome da pessoa candidata, assinadas, escritas em português, com exceção das Áreas Letras/L. Portuguesa/LE/Inglês e Letras/L. Inglesa, cuja escrita deverá ser em língua portuguesa e inglês, não sendo disponibilizado nenhum modelo de plano.

- 7.6.5.22.** Ao término do tempo máximo de prova, as pessoas candidatas serão interrompidos pela banca examinadora, que comunicará o encerramento da prova.
- 7.6.5.23.** Será de responsabilidade da pessoa candidata o controle do tempo de execução da sua prova.
- 7.6.5.24.** Não será permitido o uso de celular para cronometrar o tempo de prova, como recurso de exposição ou para outro fim.
- 7.6.5.25.** Durante a realização da prova, o celular não poderá emitir notificações gerais e chamadas, sob pena de prejuízos na avaliação da banca examinadora, conforme critérios para a prova.
- 7.6.5.26.** Durante a espera para a convocação e durante a realização da prova não será permitido à pessoa candidata fazer uso de aparelhos celulares ou quaisquer equipamentos que faça conexão com o ambiente externo. Os celulares deverão permanecer desligados e lacrados em porta-objetos.
- 7.6.5.27.** Para fins de silêncio e manutenção da ordem, organização e segurança dos procedimentos de avaliações, não será permitida a permanência da pessoa candidata fora do local indicado para espera ou para a realização da prova.
- 7.6.5.28.** A movimentação da pessoa candidata será permitida somente com o acompanhamento de um fiscal de provas.
- 7.6.5.29.** Ao término da prova, não será permitida a permanência de pessoa candidata no prédio.
- 7.6.5.30.** Não será permitido à pessoa candidata e aos demais indivíduos participantes dessa etapa fumar nas dependências dos locais de provas.
- 7.6.5.31.** É vedado o ingresso de pessoa candidata na sala de prova portando arma de fogo ou objetos similares, mesmo que possua o respectivo porte e que não estejam amparados pela Lei n. 10.826/2003 e alterações.
- 7.6.5.32.** No dia de realização das provas não será fornecida, por qualquer membro das Equipes de Coordenação da Fundação CEFETMINAS, Bancas Examinadoras ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação.
- 7.6.5.33.** A presença de espectadores no local da prova deve ser precedida de inscrição, cuja autorização será avaliada pela Fundação CEFETMINAS, condicionada à disponibilidade de espaço físico no local de realização da prova, à constatação de identidade e ausência de vínculo entre pessoas candidatas, independente da área de conhecimento.
- 7.6.5.34.** A presença será solicitada pelo próprio espectador e registrada em formulário, com termos de compromisso, conduta e ciência sobre a proibição de intervenções durante a prova.
- 7.6.5.35.** Será vedado às pessoas candidatas assistirem à prova de outras pessoas candidatas inscritos no certame, independentemente da área/disciplina.
- 7.6.5.36.** A pessoa candidata não poderá solicitar, por outrem, a presença em sua prova.
- 7.6.5.37.** Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela Fundação CEFETMINAS.

7.6.5.38. Na sala de prova serão permitidas as atividades de filmagem das provas, avaliação das provas e, se necessário, manutenção técnica pelas Equipes autorizadas pela Coordenação da Fundação CEFETMINAS.

7.6.5.39. Durante eventual período de excepcionalidade decorrente de pandemia, devidamente decretado pelos agentes governamentais de controle de saúde, caso seja verificada a impossibilidade de realização dessa etapa de forma presencial, a Fundação CEFETMINAS e o IFAM poderão determinar a realização das provas de forma telepresencial, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação, com registro audiovisual.

7.6.5.40. As orientações específicas para comprovação de situação excepcional, bem como sobre a realização da etapa de forma telepresencial, constarão em edital específico referente à etapa na ocasião da convocação.

7.6.5.41. Será eliminado, após sindicância, a pessoa candidata que, durante a realização da prova: usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais nas avaliações; faltar com a devida urbanidade para com qualquer membro das Equipes de Coordenação da Fundação CEFETMINAS, da Banca Examinadora e das autoridades presentes ou pessoa candidata; perturbar, de qualquer modo, a ordem, a segurança e o ambiente adequado às avaliações; não permitir a coleta da digital, se necessário; quando, após a prova, for constatado por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou qualquer meio em direito admitido, ter a pessoa candidata se utilizado de processos ilícitos.

7.6.5.42. Fica permitida a intervenção imediata dos responsáveis pela prova, caso sejam observados procedimentos realizados pelas pessoas candidatas que, porventura, possam colocar em risco a integridade física dos presentes, assim como provocar algum dano às instalações, aos espaços, instrumentos, equipamentos, acessórios e materiais pertencentes aos locais de provas.

7.6.5.43. A ocorrência de eventos alheios à vontade da banca e da pessoa candidata provocará a interrupção da prova. Neste caso, a prova deverá continuar após a regularização dos fatos que geraram sua interrupção, concedendo à pessoa candidata o tempo restante de prova, como previsto. Não sendo possível a regularização no tempo determinado, a Fundação CEFETMINAS e a Comissão do IFAM determinarão o procedimento a ser seguido.

7.6.6. Resultado da Prova de Desempenho Didático

7.6.6.1. O Resultado Preliminar da Prova de Desempenho Didático será publicado no site da Fundação CEFETMINAS, para o qual haverá prazo de interposição de recurso, via sistema, conforme o cronograma, as determinações deste Edital Específico.

7.6.6.2. A decisão de deferimento ou indeferimento de recurso será divulgada no sistema, na data prevista no cronograma, por meio de acesso com *login* e senha individuais, cadastrados no ato da inscrição.

7.6.6.3. A convocação e demais descrições para a etapa seguinte serão publicadas nos canais oficiais de divulgação, conforme o cronograma, por meio de Edital Específico.

7.6.7. Prova de Títulos

7.6.7.1. A Prova de Títulos, aplicada para todas as áreas do concurso, será avaliada a partir do **Quadro VI**.

7.6.7.2. Somente serão avaliados nessa etapa os documentos entregues pelas pessoas candidatas aprovados na etapa anterior, referente a prova de desempenho didático.

7.6.7.3. A prova de títulos de todas as áreas seguirá as determinações deste edital e do Edital Específico de Convocação, às quais as pessoas candidatas devem observar e cumprir, a fim de não comprometerem a sua avaliação.

7.6.7.4. Os documentos para a prova de títulos deverão ser entregues pela própria pessoa candidata, somente no dia e no local previstos em Edital Específico de Convocação, imediatamente após a realização da sua prova de desempenho didático, na sala de títulos. As entregas feitas fora do dia, do horário e do local determinados serão atribuídas nota zero.

7.6.7.5. O documento comprobatório da titulação deverá ser entregue em fotocópia autenticada em serviço notarial e de registro (Cartório de Notas) ou, quando da entrega do documento em cópia simples, a pessoa candidata deverá apresentar, obrigatoriamente, o original ou a cópia autenticada em cartório do documento que está sendo entregue para conferência por parte do servidor público responsável pelo atendimento.

7.6.7.6. A pessoa candidata que apresentar o(s) documento(s) ao servidor público responsável pela autenticação, deverá lacrar o envelope após a conferência, sendo de responsabilidade da pessoa candidata providenciar o envelope, organizar os documentos e lacrar o envelope.

7.6.7.7. As comprovações referentes à experiência profissional poderão ser entregues em fotocópias não autenticadas (cópia simples).

7.6.7.8. A análise relativa à Prova de Títulos será feita de acordo com a documentação apresentada pela pessoa candidata, impreterivelmente, conforme os critérios deste Edital e de Edital Específico de Convocação, e **Quadro VI**, pelo qual se determina as alíneas, especificações e pontuações, por título e máximas, ainda que a soma dos pontos obtidos pelos títulos apresentados seja superior à pontuação indicada, e por meio do qual também se estabelece a atribuição de nota zero à pessoa candidata que não entregar documentos para comprovação de titulação.

7.6.7.9. Quanto aos títulos de pós-graduação, será considerado apenas o de maior titulação, impossibilitada a pontuação cumulativa da mesma titulação ou de titulações diferentes, conforme o quadro de avaliação da prova de títulos. Cada título de pós-graduação será considerado uma única vez.

7.6.7.10. Para fins de avaliação de cada alínea da prova de títulos serão usadas como referências, primeiramente, as áreas de inscrição dispostas no **Quadro I** deste edital e, em seguida, a tabela *Qualis* CAPES de classificação, vigente na ocasião do período definido para a entrega de títulos, conforme o cronograma e Edital Específico de Convocação.

7.6.7.11. Os comprovantes de títulos devem ser apresentados organizados, sem rasuras ou danos, com assinatura da autoridade responsável pelo órgão emissor, menções de prazos, períodos e datas de início e fim, manter aspectos de legibilidade, bem como uma ordenação coerente com o Formulário da Prova de Títulos, que será disponibilizado em Edital Específico.

7.6.7.12. Os títulos deverão ser entregues em envelope da própria pessoa candidata, preferencialmente, no tamanho ofício, contendo uma cópia de cada documento e uma via do Formulário de Entrega de Titulação, disponível no Edital Específico de Convocação, devidamente preenchido, datado e assinado.

7.6.7.13. Não serão computados como títulos os comprovantes relativos à escolaridade/requisitos exigidos para investidura no cargo, indicadas no **Quadro I** deste Edital.

7.6.7.14. A pessoa candidata poderá apresentar mais de um título por alínea, observados os valores máximos para pontuação.

7.6.7.15. Eventuais comprovações de documentos em formato digital deverão ser feitas por meio de cópia simples de certificado, declaração, programa ou documentação que atestem a sua veracidade, contendo, ainda, data de apresentação (dia, mês, ano), instituição promotora, nome da pessoa candidata, além de informações completas de acesso ao material, por endereço digital, sites ou plataformas digitais, dentre outros.

7.6.7.16. Somente será pontuado documento no qual constem todos os dados necessários à sua perfeita comprovação.

7.6.7.17. Não serão avaliados documentos danificados, ilegíveis, contendo rasuras e/ou emendas, apresentados fora do prazo ou documentos destinados a outros fins.

- 7.6.7.18.** Para efeito de contagem de tempo de serviço 1 (um) mês equivale a 30 (trinta) dias trabalhados, a contar da data de admissão até a data de rescisão.
- 7.6.7.19.** Para efeito de contagem de tempo de serviço 1 (um) semestre equivale a 6 (seis) meses trabalhados, a contar da data de admissão até a data de rescisão.
- 7.6.7.20.** Para efeito de contagem de tempo de serviço 1 (um) ano equivale a 12 (doze) meses trabalhados, a contar da data de admissão até a data de rescisão.
- 7.6.7.21.** Os documentos que fazem menção a períodos deverão permitir identificar claramente o período inicial e final (se for o caso neste último) da experiência, não sendo assumido implicitamente que o período final seja a data atual.
- 7.6.7.22.** Não serão pontuados os documentos que não contenham todas as informações relacionadas e/ou não permitam uma análise precisa e clara da experiência profissional da pessoa candidata.
- 7.6.7.23.** As experiências em bancas, orientação, coordenação e supervisão de projetos, estágios, monitorias, projetos voluntários e afins não serão pontuados.
- 7.6.7.24.** A comprovação de títulos de pós-graduação (*lato sensu*), será avaliada por meio de certificado de conclusão do curso expedido por instituição credenciada pelo MEC.
- 7.6.7.25.** A comprovação de títulos de pós-graduação (*stricto sensu*), será avaliada por meio de diploma expedido por instituição credenciada pelo MEC.
- 7.6.7.26.** Os documentos relativos aos cursos realizados no exterior só serão computados, se revalidados em território nacional, na forma prevista na legislação nacional, sendo obrigatória, neste caso, a entrega de cópia da documentação probatória da revalidação.
- 7.6.7.27.** Para comprovação do tempo de trabalho (experiência profissional docente e não docente), só serão aceitos cópia do contrato de trabalho legal ou cópia da carteira de trabalho (legível) ou Carteira de Trabalho Digital e previdência social, da página em que se encontra o número da carteira, dados pessoais (frente e verso) e das páginas dos contratos que comprovem o respectivo período de trabalho. Caso não haja absoluta clareza da relação entre o registro e a função com a área, deverá ser anexada declaração da empresa, com firma reconhecida, que identifique o título do cargo e da função exercida no cargo.
- 7.6.7.28.** Para comprovação do tempo de trabalho (experiência profissional docente e não docente), no caso de autônomo, somente será aceito o contrato de prestação de serviços, devidamente registrado na junta comercial ou órgão competente, contendo o prazo e a vigência do contrato.
- 7.6.7.29.** Para comprovação do tempo de trabalho (experiência profissional docente e não docente), se órgão público, somente será aceita a cópia de certidão ou declaração de tempo de serviço, original, expedida pelo órgão público competente;
- 7.6.7.30.** Para comprovação do tempo de trabalho (experiência profissional docente e não docente), no caso de profissional liberal com registro no CNPJ, apresentar registro no conselho de classe e documentos ART (Anotações de Responsabilidade Técnica), se for o caso, certidões emitidas pelo INSS com tempo de serviço.
- 7.6.7.31.** Não serão aceitos períodos de tempo em que a pessoa candidata figure como proprietário ou sócio de empresa. A participação societária não é elemento hábil para a contagem de pontos na fase “experiência profissional”.
- 7.6.7.32.** Quanto aos documentos que comprovem experiência profissional, serão pontuados apenas aqueles adquiridos após a data de conclusão da graduação, exigida para ingresso no cargo pretendido e exercidos na área do cargo/área pretendido. Para tanto, é necessário enviar cópia que certifique a conclusão da graduação.

Quadro VI – Pontuação Prova de Títulos e Experiência Profissional				
Titulação		Critérios	Pontuação	Pontuação máxima
Titulação (Pós-Graduação)		Doutorado	15	15
		Mestrado	10	
		Especialização	5	
Experiência Profissional	Como Professor (pós graduação conforme Formação Exigida para área de atuação)	Acima de 96 meses comprovados	10	10
		60 ≤ meses comprovados < 96	6	
		36 ≤ meses comprovados < 60	4	
		12 ≤ meses comprovados < 36	2	
	Na Indústria, Comércio ou Serviço (pós graduação conforme Formação Exigida para área de atuação)	Acima de 96 meses comprovados	4	
		60 ≤ meses comprovados < 96	3	
		36 ≤ meses comprovados < 60	2	
		12 ≤ meses comprovados < 36	1	
Pontuação total			25	

7.6.8. O Resultado Preliminar da Prova de Títulos será publicado no site da Fundação CEFETMINAS, para o qual haverá prazo de interposição de recurso, via sistema, conforme o cronograma, as determinações deste Edital e do Edital Específico de Convocação.

7.6.9. A decisão de deferimento ou indeferimento de recurso será divulgada no sistema, na data prevista no cronograma, por meio de acesso com *login* e senha individuais, cadastrados no ato da inscrição.

7.6.10. A classificação e demais descrições para a etapa seguinte serão publicadas nos canais oficiais de divulgação, conforme o cronograma, por meio de Edital Específico.

8. DAS IMPUGNAÇÕES

8.1 Da Impugnação do Edital

8.1.1. Qualquer cidadão poderá impugnar fundamentadamente este edital ou suas eventuais alterações, por meio de requerimento disponível no sítio eletrônico em **até 5 (cinco) dias úteis após a publicação no Diário Oficial da União deste edital do certame.**

8.1.2. Os pedidos de impugnação serão julgados pela Banca Organizadora do Concurso.

8.1.3. O impugnante deverá, necessariamente, indicar o item/subitem que será objeto de impugnação e sua fundamentação legal, junto à Banca Organizadora do Concurso, no endereço eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br> na área da pessoa candidata.

8.1.4. Não caberá recurso administrativo contra a decisão acerca da impugnação.

8.1.5. As respostas às impugnações serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br> na área da pessoa candidata, na data informada no cronograma.

8.2. Da Impugnação da Banca Examinadora da Prova de Desempenho Didático

8.2.1. Qualquer cidadão poderá impugnar fundamentadamente a(s) banca(s) examinadora(s) de que trata(m) este edital, protocolando requerimento justificado junto à Comissão Organizadora do Concurso, no endereço eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br> na área da pessoa candidata em até dois dias úteis após a divulgação dos membros da Banca, quando evidenciado impedimento ou suspeição de membros, nos termos dos art. 18 a 20 da Lei n.º 9.784/99.

8.2.2. As respostas às impugnações serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br> na área da pessoa candidata, na data informada no cronograma.

8.2.3. Em caso de deferimento, a Comissão do Concurso Público divulgará a nova composição da banca.

9. DOS RECURSOS

9.1. Das Disposições gerais sobre os recursos

9.1.1. A pessoa candidata poderá interpor recurso por meio de requerimento disponível no sítio eletrônico, sem efeito suspensivo, contra os resultados preliminares nas etapas do concurso, dispondo de 2 (dois) dias úteis para fazê-lo, contados do ato de publicação, conforme procedimentos disciplinados nos respectivos editais de resultados provisórios.

9.1.2. A fundamentação constitui pressuposto para o conhecimento do recurso, devendo a pessoa candidata ser clara, consistente e objetiva. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.1.3. O recurso deve ter uma solicitação clara do que se pretende, seja a alteração, a anulação ou a revisão e deverá ter suporte de documentos anexos, em casos aplicáveis e se necessário.

9.1.4. Não será aceito recurso via postal, via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

9.1.5. Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso. A Banca Examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9.1.6. Recursos cujo teor desrespeitem a banca serão preliminarmente indeferidos.

9.1.7. A decisão dos recursos, correspondente a qualquer fase do concurso, será divulgada no sítio eletrônico.

9.1.8. O IFAM não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade da pessoa candidata, que impossibilitem, em fase de recurso, o acesso a gravação de áudio e vídeo da Prova de Desempenho Didático e interposição de recursos.

9.2. Dos Recursos Contra os Gabaritos Oficiais Preliminares da Prova Objetiva

- 9.2.1.** Os gabaritos oficiais preliminares da Prova Objetiva serão divulgados na internet, no sítio eletrônico, conforme previsto no cronograma.
- 9.2.2.** A pessoa candidata que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da Prova Objetiva disporá de dois dias úteis para fazê-lo, a contar do ato de publicação por meio de requerimento disponível no sítio eletrônico. Após esse período, não será aceita a interposição de recurso.
- 9.2.3.** Admitir-se-á um único recurso por questão, para cada pessoa candidata, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado.
- 9.2.4.** Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de quesito integrante de prova, a pontuação correspondente a essa questão ou quesito será atribuída a todas as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
- 9.2.5.** Se houver alteração, por força de recursos, de gabarito oficial preliminar de questão integrante de prova, essa alteração valerá para todas as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
- 9.2.6.** O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique a pessoa candidata, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
- 9.2.7.** Todos os recursos válidos serão analisados e as alterações/anulações de gabarito serão disponibilizadas no sítio eletrônico, quando da divulgação dos gabaritos oficiais definitivos.

9.3. Dos Recursos contra o Resultado Preliminar da Prova de Desempenho Didático

- 9.3.1.** Os resultados oficiais preliminares da Prova de Desempenho Didático serão divulgados na internet, no sítio eletrônico, conforme previsto no cronograma.
- 9.3.2.** Para recorrer contra o resultado provisório da Prova de Desempenho Didático, a pessoa candidata poderá, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a sua publicação, interpor recurso por meio de requerimento disponível no sítio eletrônico. Após esse período, não será aceita a interposição de recurso.
- 9.3.3.** Admitir-se-á um único recurso contra o resultado preliminar da Prova de Desempenho Didático, para cada pessoa candidata, devendo ser devidamente fundamentado, indicando os critérios de correção específicos previstos para essa prova.
- 9.3.4.** A análise do recurso será feita apenas quanto aos critérios de avaliação nele indicados e seus respectivos fundamentos, não podendo abranger demais critérios de avaliação.
- 9.3.5.** Todos os recursos válidos serão analisados e as justificativas quanto ao seu julgamento serão disponibilizadas na área da pessoa candidata, quando da divulgação do resultado definitivo da Prova de Desempenho Didático.

9.4. Dos Recursos contra o Resultado Preliminar da Prova de Títulos

- 9.4.1.** Os resultados oficiais preliminares da Prova de Títulos serão divulgados na internet, no sítio eletrônico, conforme previsto no cronograma.
- 9.4.2.** Para recorrer contra o resultado provisório da Prova de Títulos, a pessoa candidata poderá, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a sua publicação, interpor recurso por meio de requerimento disponível no sítio eletrônico. Após esse período, não será aceita a interposição de recurso.

9.4.3. Admitir-se-á um único recurso contra o resultado preliminar da Prova de Títulos, para cada pessoa candidata, devendo ser devidamente fundamentado, indicando os critérios de correção específicos previstos para essa prova.

9.4.4. A análise do recurso será feita apenas quanto aos critérios de avaliação nele indicados e seus respectivos fundamentos, não podendo abranger outros documentos comprobatórios e outros critérios de avaliação.

9.4.5. Todos os recursos válidos serão analisados e as justificativas quanto ao seu julgamento serão disponibilizadas na área da pessoa candidata, quando da divulgação do resultado definitivo da Prova de Títulos.

10. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

10.1. A nota final no concurso será calculada a partir da soma da pontuação alcançada na prova objetiva (NPO), na prova de desempenho didático (NPDD) e na prova de títulos (NPT), conforme demonstrado na fórmula:

$$\text{Nota Final} = (\text{NPO}) + (\text{NPDD}) + (\text{NPT})$$

10.1.1. Para as Provas Objetiva, Didática e de Títulos será considerada a nota final publicada no resultado final de cada etapa.

10.1.2. Para a Prova de Desempenho Didático será considerada a média aritmética dos valores individuais emitidos por cada membro da banca examinadora, calculando-se a nota na forma dos itens **7.6.4.1.** e **7.6.4.2.**

10.2. Havendo mais de 1 (uma) pessoa candidata classificado, a Banca Organizadora do Concurso indicará a respectiva ordem de classificação decrescente, em função dos resultados apurados.

10.3. Será desclassificado do concurso a pessoa candidata que não alcançar, pelo menos a pontuação prevista nos Quadros III e IV, independentemente do peso atribuído às provas e não pontuar em uma ou mais disciplinas da Prova Objetiva.

10.4. A Banca Organizadora do Concurso publicará o resultado parcial da classificação das pessoas candidatas no sítio eletrônico, obedecendo à ordem decrescente da pontuação total (soma dos pontos obtidos em cada uma das fases do concurso) em três listas distintas: ampla concorrência, pretos e pardos, pessoas com deficiência.

10.5. A classificação final das pessoas candidatas aprovadas obedecerá à ordem decrescente da pontuação total, respeitada a condição de reserva de vagas.

10.6. Nenhuma das pessoas candidatas empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados, nos termos do §3º do Art. 39 do Decreto nº 9.739/2019.

10.7. Em caso de empate no resultado final terá preferência a pessoa candidata que tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, de acordo com o previsto no Parágrafo único do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

10.8. Caso a situação de empate permaneça, o desempate ocorrerá em favor da pessoa candidata que tiver, sucessivamente:

- a) Maior número de pontos na Prova de Desempenho Didático;
- b) Maior número de pontos na Prova de Títulos;

- c) Maior número de pontos na Prova de Objetiva; área de Conhecimentos Específicos;
- d) Maior número de pontos na Prova de Objetiva; área Didática;
- e) Maior número de pontos na Prova de Objetiva; área de Língua Portuguesa;
- f) Idade mais elevada, salvo na hipótese prevista na Lei n. 10.741/2003, em que este critério prevalece sobre os demais.

10.9. A Fundação CEFETMINAS publicará o resultado parcial da classificação das pessoas candidatas no sítio eletrônico, obedecendo à ordem decrescente da pontuação total (somatória dos pontos obtidos em cada uma das fases do concurso) em três listas distintas: ampla concorrência, pretos e pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

10.10. O resultado final do Concurso Público será homologado, por ordem de classificação, e publicado no Diário Oficial da União contendo a relação das pessoas candidatas aprovados no certame, classificados.

10.11. As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas serão classificadas no resultado final do concurso público, tanto nas vagas destinadas à ampla concorrência quanto nas vagas reservadas.

10.12. As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

10.13. Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa preta ou parda, indígena ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

10.14. Na hipótese de número insuficiente de pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas no mesmo certame para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.

10.15. Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa com deficiência aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

10.15.1 Excepcionalmente, em caso de esgotamento da lista de pessoas classificadas dentro das vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas no mesmo certame para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.

10.15.2 Na hipótese de todas as pessoas aprovadas na ampla concorrência serem nomeadas e remanescerem cargos vagos durante o prazo de validade do certame, poderão ser nomeadas as pessoas aprovadas que se encontram na lista da reserva de vagas para pessoas com deficiência, de acordo com a ordem de classificação e os critérios de alternância e proporcionalidade, desde que possua, em cada fase do certame, nota ou pontuação suficientes.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. A homologação do presente Concurso Público ficará a cargo do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM.

11.2. O resultado final do Concurso Público e sua homologação serão publicados no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico <https://concurso.fundacaocefetminas.org.br>.

11.3. A homologação do resultado final do Concurso Público será feita considerando-se o número máximo de pessoas candidatas aprovados para cada área de conhecimento deste edital, em conformidade com o disposto no Decreto n. 9.508/2018 e suas atualizações, Decreto n. 11.211/2022 e Decreto n. 12.533/2025.

12. DA NOMEAÇÃO E INVESTIDURA NO CARGO

12.1. A nomeação das pessoas candidatas aprovados e classificados observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservado a pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas e a outros grupos previstos na legislação. A nomeação das pessoas candidatas aprovados do presente Concurso Público ficará a cargo do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM.

12.1.1. Na hipótese de todos os aprovados da ampla concorrência serem nomeados e remanescerem cargos vagos durante o prazo de validade do concurso público, poderão ser nomeados os aprovados que ainda se encontrarem na lista da reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

12.1.2. A ordem classificatória obtida a partir da aplicação dos critérios de alternância e proporcionalidade na nomeação das pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas aprovadas será utilizada durante a vida funcional do servidor em todas as hipóteses nas quais a classificação no concurso público seja critério de avaliação ou de desempate.

12.2. Na hipótese de provimento adicional durante o prazo de validade do certame, será realizada a nomeação ou contratação das pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas aprovadas nos termos do edital, respeitado o percentual previsto no art. 3º do Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, e conforme critérios de alternância e proporcionalidade.

12.3. A nomeação de pessoas aprovadas, ainda que exclusivamente em cadastro de reserva e enquanto válido o certame, respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, devendo ser considerada a relação entre o número total de vagas, inclusive as que surgirem após a publicação do edital, e o número de vagas reservadas a pessoas com deficiência.

12.4. A nomeação das pessoas candidatas aprovadas deverá obedecer à ordem de classificação, observados os critérios definidos na Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260, de 26 de junho de 2025, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

12.5. A pessoa candidata aprovado no concurso público objeto deste edital será nomeado, obedecendo, rigorosamente, à ordem de classificação.

12.6. A entrega da documentação só será aceita em sua totalidade, e deverá ser agendada junto à área de Gestão de Pessoas.

12.7. Documentos admissionais:

a) Laudo Pericial de Investidura em cargo público;

b) Currículo;

c) Dados bancários para pagamento (conta corrente);

d) Cédula Oficial de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade Nacional (CIN);

e) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

f) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo órgão competente;

g) Certificado de Reservista e/ou Carta-patente para pessoa candidata com idade até 45 anos (para pessoa candidata do sexo masculino);

h) CNH (caso possua);

i) Certidão de Casamento; se viúvo apresentar a Certidão de Óbito; se divorciado, apresentar a Averbação ou Escritura Pública de União Estável;

j) Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível exigido para o cargo, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério de Educação, comprovado por meio de apresentação de

seu original e de cópia, acompanhado do Histórico Escolar;

k) Cópia de declaração do IRPF (todas as vias) encaminhada à Receita Federal, relativa ao último exercício fiscal e Certidão Negativa de Débitos emitida pelo site da Receita Federal;

l) Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone), emitidas há, no máximo, três meses;

m) Registro no Conselho Regional da categoria profissional, quando for o caso;

n) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

o) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP, se já for cadastrado.

12.8. Acrescentam-se as certidões e declarações para posse e exercício:

a) Declaração indicando a atividade pública ou particular que a pessoa candidata porventura exerça, mencionando o local, cargo e horário de trabalho; ou declaração de que não exerce atividade pública ou privada remunerada, em formulário próprio a ser disponibilizado pelo IFAM;

b) Declaração de bens e de renda atualizada até a data da posse;

c) Apresentar declaração de autorização de acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, de acordo com a Instrução Normativa do TCU N° 65/2011;

d) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo/emprego ou função pública e quanto ao recebimento de proventos de aposentadorias e/ou pensões, salvo nos casos constitucionalmente admitidos;

e) Declaração de que não é beneficiário de seguro-desemprego;

f) Declaração de que não sofreu, no exercício de função pública, penalidade incompatível com a nova investidura em cargo público;

g) Certidão negativa da Justiça Federal – 1º e 2º Graus: ações cíveis e criminais;

h) Certidão negativa da Justiça Estadual (do estado em que reside) – 2º grau: ações cíveis e criminais;

i) Certidão negativa da Justiça Estadual (do estado em que reside) – 1º Grau: distribuição – Ações cíveis e criminais – Resolução 156-CNJ;

j) Certidão negativa da Justiça Eleitoral (crimes eleitorais);

k) Certidão negativa da Justiça do Trabalho – TRT ou TST – débitos trabalhistas;

l) Certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;

m) Certidão Negativa da Polícia Civil;

n) Certidão Negativa da Polícia Federal.

12.9. A entrega dos exames médicos somente será aceita em sua totalidade, durante a Perícia Médica, a ser agendada em qualquer Unidade do SIASS, em data e horário a serem divulgados à pessoa candidata, por e-mail ou telegrama, direcionados pelo setor de Gestão de Pessoas da respectiva unidade.

12.10. A pessoa candidata DEVERÁ apresentar para Perícia Médica Oficial, os exames abaixo relacionados, que deverão ser realizados às suas expensas.

12.10.1. Lista de exames:

a) Hemograma completo com contagem de plaquetas, com validade de 60 (sessenta) dias;

b) Glicemia de jejum, com validade de 60 (sessenta) dias;

c) Lipidograma (colesterol total e triglicérides), com validade de 60 (sessenta) dias;

d) AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO), com validade de 60 (sessenta) dias;

e) ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP), com validade de 60 (sessenta) dias;

f) Creatinina, com validade de 60 (sessenta) dias;

g) Sumário de Urina (EAS), com validade de 60 (sessenta) dias;

h) Tipagem sanguínea (ABO/RH), com validade de 60 (sessenta) dias;

i) Avaliação de sanidade mental, emitido por psiquiatra com RQE, com validade de 180 (cento e oitenta) dias;

- j) Eletrocardiograma com parecer cardiológico, com validade de 180 (cento e oitenta) dias;
- k) Exame Oftalmológico com parecer médico, com validade de 180 (cento e oitenta) dias; e
- l) Avaliação otorrinolaringológica, acompanhada de laringoscopia e audiometria tonal com parecer médico de aptidão funcional otorrinolaringológica, com validade de 180 (cento e oitenta) dias.

12.11. A pessoa candidata nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias ininterruptos, conforme estabelecido na Lei n. 8.112/90, sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

12.12. A posse poderá ocorrer mediante procuração específica. Após tomar posse, a pessoa candidata passará à condição de servidor público e deverá entrar em exercício no prazo máximo de 15 (quinze) dias ininterruptos, conforme estabelecido pela Lei nº 8.112/90.

12.13. Após o período descrito no item anterior, caso o servidor não entre em exercício será exonerado, conforme estabelece a Lei nº 8.112/90.

12.14. A pessoa candidata que não atender, no ato da posse, aos requisitos dos subitens **2.1**, **12.4** e **12.8** deste Edital será considerado desclassificado, excluído automaticamente do Concurso Público, perdendo seu direito à vaga e ensejando a convocação da próxima pessoa candidata na lista de classificação.

12.15. É de inteira responsabilidade da pessoa candidata acompanhar os atos convocatórios de nomeação, publicados no DOU, após a homologação do Concurso Público.

12.16. As pessoas candidatas aprovadas dentro do número de vagas previstas neste Edital serão convocados observando-se estritamente a ordem classificatória para o tipo de vaga concorrida (ampla concorrência, cotas para pretos e pardos, cotas para pessoas com deficiência), dentro da área e campus de lotação escolhida no momento da inscrição.

12.17. A pessoa candidata nomeado no Concurso dentro do quantitativo de vagas previsto no edital, que não aceitar a sua nomeação para assumir o cargo para o qual concorreu, poderá solicitar ao IFAM a sua reclassificação para a última posição da lista de pessoas candidatas classificados.

12.17.1. O pedido de reclassificação será oportunizado apenas para as pessoas candidatas aprovados dentro do número de vagas previsto no edital.

12.17.2. A solicitação de reclassificação deverá ser formalizada pela pessoa candidata junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, mediante assinatura de Termo de Desistência Temporária irretratável e o envio para o e-mail nomeacao.progesp@ifam.edu.br.

12.17.3. A reclassificação para a última posição para o cargo ao qual concorreu terá efeito tanto para o campus para o qual concorreu, quanto na classificação geral.

12.17.4. À pessoa candidata nomeado, não será permitida mais de uma reclassificação de vaga ao final da lista de resultado. Havendo a nova nomeação, a pessoa candidata que não aceitar a vaga será automaticamente eliminado do concurso.

12.18. Na hipótese de surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do certame, será observada a ordem de novas nomeações do concurso, para fins de definição do tipo de vaga a ser preenchida para a área e campus de lotação, conforme item 4.7.

12.19. Caso se trate de vaga de cotas para pretos ou pardos ou pessoa com deficiência, na inexistência da pessoa candidata aprovada para a área/unidade de lotação naquele tipo de vaga, esta será revertida para a ampla concorrência.

12.20. Para definição do tipo de vaga a ser preenchida, nos casos de surgimento de novas vagas, a nomeação das pessoas candidatas aprovadas respeitará os critérios legais.

12.21. Na hipótese do surgimento de novas vagas para os campi não contemplados no Edital do Concurso, ou ainda, para os campi contemplados, porém que tenham sua lista específica de pessoa candidata concluída, haverá formação de lista geral com as pessoas candidatas aprovadas como excedente ao limite de vagas previsto neste edital, por cargo/área de formação para lotação em qualquer um dos campi do IFAM.

12.22. A pessoa candidata aprovado neste concurso que, após o preenchimento da(s) vaga(s), constar como excedente ao limite de vagas previsto neste edital, poderá, a critério do IFAM e em comum acordo com a pessoa candidata, durante o período de vigência deste concurso, ser lotado em qualquer um dos campi do Instituto.

12.23. Caso a pessoa candidata não aceite a vaga ofertada será desclassificado da lista geral de aprovados, permanecendo classificado para o campus para o qual prestou concurso.

12.24. A pessoa candidata deverá formalizar desistência à vaga dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, através do preenchimento e devolução do Termo de Aceite/Desistência ou correspondência eletrônica.

12.25. Poderão ser exigidos outros exames, a depender da avaliação durante a inspeção médica, que deverão ser realizados com custo por conta da pessoa candidata.

12.26. A pessoa candidata que não atender os requisitos contidos no edital relativos à documentação e exames necessários para posse, terá sua nomeação tornada sem efeito, sendo excluído automaticamente do concurso público, perdendo o direito à vaga, ensejando a convocação da próxima pessoa candidata na lista de classificação.

12.27. Todas as titulações obtidas em instituições estrangeiras devem estar devidamente revalidadas por instituição de ensino brasileira, autorizada pelo sistema de ensino respectivo, conforme legislação em vigor, com comprovação em português.

12.28. Respeitada a quantidade de vagas a serem preenchidas, a ordem das nomeações, das vagas previstas no item **2.1** e das que eventualmente surgirem no prazo de validade deste concurso, seguirá os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservado a pessoas pretas e pardas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações a respeito de notas e classificações poderão ser acessadas por meio dos informes de resultados, divulgados no sítio eletrônico. Não serão fornecidas informações que já constem dos editais ou fora dos prazos previstos nesses editais.

13.2. A pessoa candidata poderá obter informações referentes ao concurso público e relatar os fatos ocorridos junto à Fundação CEFETMINAS, pelo e-mail concursopublico@fundacaocefetminas.org.br.

13.3. Não serão fornecidas informações por telefone e nem presencialmente. Dúvidas serão esclarecidas pelo e-mail concursopublico@fundacaocefetminas.org.br.

13.4. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de pessoas candidatas a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

13.5. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha durante a realização das provas.

13.6. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, o IFAM tem a prerrogativa de entregar à pessoa candidata prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.

- 13.7.** A pessoa candidata deverá manter atualizados os seus dados pessoais e o seu endereço perante o IFAM enquanto estiver participando do concurso público, por meio de formulário próprio disponível no sítio eletrônico do concurso e, após a homologação do resultado final, perante a Diretoria de Gestão de Pessoas, desde que aprovado. São de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos da não atualização de seus dados pessoais e de seu endereço residencial e eletrônico.
- 13.8.** Os casos omissos serão resolvidos preliminarmente pela Comissão Organizadora do Concurso, consultada a Fundação CEFETMINAS.
- 13.9.** Todos os documentos e comunicados publicados no sítio eletrônico do concurso público fazem parte deste edital.
- 13.10.** Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser realizadas por meio de outro edital ou comunicado na página do concurso.

Jaime Cavalcante Alves
Reitor IFAM

ANEXO I**Distribuição da lista de alternância - Considerando até 50 vagas por área/disciplina**

Ampla Concorrência (AC) + Pessoa Preta ou Parda (PPP) (25%) + Pessoa Indígena (PI) (3%) + Pessoa Quilombola (PQ) (2%) + Pessoa com Deficiência (Pcd) (5%).			
Vagas	Concorrência	Vagas	Concorrência
1	Ampla Concorrência	26	Pretos e Pardos
2	Pretos e Pardos	27	Ampla Concorrência
3	Ampla Concorrência	28	Ampla Concorrência
4	Ampla Concorrência	29	Ampla Concorrência
5	Pessoa com Deficiência	30	Pretos e Pardos
6	Pretos e Pardos	31	Ampla Concorrência
7	Ampla Concorrência	32	Ampla Concorrência
8	Ampla Concorrência	33	Ampla Concorrência
9	Ampla Concorrência	34	Pretos e Pardos
10	Pretos e Pardos	35	Ampla Concorrência
11	Ampla Concorrência	36	Ampla Concorrência
12	Ampla Concorrência	37	Ampla Concorrência
13	Ampla Concorrência	38	Pretos e Pardos
14	Pretos e Pardos	39	Ampla Concorrência
15	Ampla Concorrência	40	Ampla Concorrência
16	Ampla Concorrência	41	Pessoa com Deficiência
17	Pessoa Indígena	42	Pretos e Pardos
18	Pretos e Pardos	43	Ampla Concorrência
19	Ampla Concorrência	44	Ampla Concorrência
20	Ampla Concorrência	45	Ampla Concorrência
21	Pessoa com Deficiência	46	Pretos e Pardos
22	Pretos e Pardos	47	Ampla Concorrência
23	Ampla Concorrência	48	Ampla Concorrência
24	Ampla Concorrência	49	Ampla Concorrência
25	Quilombola	50	Pretos e Pardos

Atividade	Data Início	Data Fim	Status
Publicação / Divulgação do Edital e Cronograma	28.11.25	28.11.25	previsto
Interposição de recursos contra o Edital	28.11.25	03.12.25	previsto
Publicação do resultado dos recursos contra o Edital	12.12.25	12.12.25	previsto
Realização de Inscrição	09.12.25	09.01.26	previsto
Realização de pagamento de boleto da taxa de inscrição	09.12.25	12.01.26	previsto
Solicitações de isenção da taxa de inscrição	09.12.25	15.12.25	previsto
Solicitações de condições especiais para realização da Prova Objetiva (PCD, Lactantes, Outros)	09.12.25	09.01.26	previsto
Publicação do resultado preliminar dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	16.12.25	16.12.25	previsto
Interposição de recursos contra o resultado preliminar dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	17.12.25	18.12.25	previsto
Publicação do resultado final dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	19.12.25	19.12.25	previsto
Publicação do resultado preliminar da Homologação das inscrições	14.01.26	14.01.26	previsto
Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Homologação das inscrições	15.01.26	16.01.26	previsto
Publicação do resultado preliminar das solicitações de condições especiais para realização da Prova Objetiva (PCD, Lactantes, Outros)	14.01.26	14.01.26	previsto
Interposição de recursos contra o resultado preliminar das solicitações de condições especiais para realização da Prova Objetiva (PCD, Lactantes, Outros)	15.01.26	16.01.26	previsto
Publicação do resultado final da Homologação das Inscrições	19.01.26	19.01.26	previsto
Publicação do resultado final das solicitações de condições especiais para realização da Prova Objetiva (PCD, Lactantes, Outros)	19.01.26	19.01.26	previsto
Publicação da relação candidato/vaga	19.01.26	19.01.26	previsto
Publicação Comprovante Definitivo de Inscrição	04.02.26	04.02.26	previsto
Publicação Edital de Convocação Prova Objetiva	04.02.26	04.02.26	previsto
Realização Provas Objetivas	08.02.26	08.02.26	previsto
Publicação do caderno de provas e do gabarito	09.02.26	09.02.26	previsto
Interposição de recursos contra as questões e o gabarito Prova Objetiva	10.02.26	11.02.26	previsto
Publicação do resultado preliminar da Prova Objetiva e dos cartões de respostas na área	25.02.26	25.02.26	previsto
Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Prova Objetiva	26.02.26	27.02.26	previsto

Atividade	Data Início	Data Fim	Status
Publicação de resultado final da Prova Objetiva	04.03.26	04.03.26	previsto
Publicação de Edital Específico de Convocação para a Prova de Desempenho Didático, entrega de Títulos e Averiguação de candidatos autodeclarados negros	04.03.26	04.03.26	previsto
Publicação da Composição Preliminar das Bancas Examinadoras da Prova Didática	04.03.26	04.03.26	previsto
Interposição de recursos contra a composição preliminar das Bancas Examinadoras da Prova Didática	05.03.26	06.03.26	previsto
Publicação da lista de temas para Prova Didática	até 04.03.26	até 04.03.26	previsto
Publicação da Composição Final das Bancas Examinadoras da Prova Didática	13.03.26	13.03.26	previsto
(período para) Realização Prova de Desempenho Didático, entrega de Títulos e Averiguação de candidatos autodeclarados negros	20.03.26	30.03.26	previsto
Publicação de resultado preliminar da Prova de Desempenho Didático	31.03.26	31.03.26	previsto
Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Prova de Desempenho Didático	01.04.26	02.04.26	previsto
Publicação de resultado final da Prova de Desempenho Didático	10.04.26	10.04.26	previsto
Publicação de resultado preliminar da Prova de Títulos	15.04.26	15.04.26	previsto
Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Prova de Títulos	16.04.26	17.04.26	previsto
Publicação do resultado final da Prova de Títulos	23.04.26	23.04.26	previsto
Publicação do resultado preliminar da Averiguação de candidatos inscritos nas reservas de vagas	15.04.26	15.04.26	previsto
Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Averiguação de candidatos inscritos nas reservas de vagas	16.04.26	17.04.26	previsto
Publicação de resultado final da Averiguação de candidatos inscritos nas reservas de vagas	23.04.26	23.04.26	previsto
Publicação do resultado preliminar do concurso	27.04.26	27.04.26	previsto
Interposição de recursos contra o resultado preliminar do concurso	28.04.26	29.04.26	previsto
Publicação do resultado final do concurso	30.04.26	30.04.26	previsto

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

COMUM

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos: compreensão e interpretação de variados gêneros discursivos. Informações implícitas e explícitas. Significação contextual de palavras e expressões. Ponto de vista do autor. 2. Linguagem verbal, não verbal e mista. 3. Semântica e estilística: polissemia, sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia, hiperonímia, denotação e conotação, sentido e sentido figurado, figuras de linguagem. 4. Recursos de estilo e adequação vocabular. 5. Funções da linguagem. 6. Texto e discurso: intertextualidade, paródia, metalinguagem, ironia. 7. Tipos de discurso: direto, indireto, indireto livre. 8. Tipologia textual e gêneros discursivo de circulação social: estrutura composicional; objetivos discursivos do texto; contexto de circulação; aspectos linguísticos. 9. Texto e textualidade: coesão, coerência, argumentação e intertextualidade. 10. Linguagem e adequação social: Variedades linguísticas e seus determinantes culturais, sociais, regionais, históricos e individuais. Registros formal e informal da escrita padrão. 11. Fonética e fonologia: tonicidade; ortografia: regras ortográficas e uso correto das palavras; acentuação gráfica de acordo com as normas vigentes. Crase. 12. Morfologia: classificação e flexão das palavras, emprego de nomes, pronomes, conjunções, numerais, artigos, advérbios, preposições, interjeições, modos e tempos verbais. Análise morfológica. 13. Sintaxe: frase, oração, período. Termos da oração. Sintaxe do período composto: coordenação e subordinação. Mecanismos de sequencição. Relações discursivo-argumentativas. Relações lógico-semânticas. Análise sintática. 14. Concordâncias verbal e nomina aplicadas ao texto. 15. Regências verbal e nominal aplicadas ao texto. 16. Colocação pronominal aplicada ao texto. 17. Sinais de pontuação como fatores de coesão. 18. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. 19. Ortografia oficial – Novo Acordo Ortográfico.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CEGALLA, D. Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 2010.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza A. Cochar; Cleto, Ciley. **Interpretação de textos: construindo competências e habilidades em leitura**. 3 ed. São Paulo: Atual, 2016.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva: Texto, semântica e interação**. São Paulo: Atual, 2013.

CHALHUB, Samira. **Funções da linguagem**. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FIORIN, José L.; BARROS, Diana L. P. de (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

KOCH, Ingedore V. **O texto e a construção de sentidos**. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Cortez, 2008.

SARMENTO, Leila Lauer. **Oficina de redação**. São Paulo: Moderna, 2013.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2006.

OBSERVAÇÃO: A bibliografia sugerida não limita nem esgota o programa. Serve apenas como orientação para a banca elaboradora de provas e para os candidatos.

Informática Básica

1. Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais; Windows e Linux. 2. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, formatação) com Editores de Texto (MS-Word, LibreOffice-Writer e Google-Docs). 3. Operações básicas (conceitos básicos,

menus, barras de ferramentas, comandos e funções) com Planilhas Eletrônicas; MS-Excel; LibreOffice - Calc; Google-Docs. 4. Operações básicas de Navegação na Internet e noções de segurança; Google-Chrome; Mozilla-Firefox; conceitos de vírus (spyware, spam, worms etc.); acesso a sites seguros; golpes e ataques na Internet; cuidados e prevenções. 5. Hardware; arquitetura de computadores; componentes de um computador.

BLUM, Richard. Linux Para Leigos. ISBN 9786555208580. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2023.

CERT.br. Cartilha de Segurança para Internet: Fascículos. CGI.br. 2018. Disponíveis em <<https://cartilha.cert.br/fasciculos/#codigos-maliciosos>> Acesso em 10 de dezembro de 2024.

JESUS, W. T. AZARA FILHO M. F. Informática Básica para estudos on-line. IFG. 2020. Disponível em:

<[https://ifg.edu.br/attachments/article/19169/Inform%C3%A1tica%20b%C3%A1sica%20para%20o%20estudo%20on-line%20\(19-12-2020\).pdf](https://ifg.edu.br/attachments/article/19169/Inform%C3%A1tica%20b%C3%A1sica%20para%20o%20estudo%20on-line%20(19-12-2020).pdf)> Acesso em 10 de dezembro de 2024.

LIBREOFFICE. Livros Oficiais do LibreOffice: Guias. Disponíveis em <<https://documentation.libreoffice.org/pt-br/portugues/>> Acesso em 10 de dezembro de 2024.

MARÇULA, Marcelo, e PIO, Armando Benini Filho. INFORMÁTICA - CONCEITOS E APLICAÇÕES. Grupo GEN, 2009.

MCFEDRIES, Paul. Análise de dados com excel Para Leigos. E-book. ISBN 9786555201932. Editora Alta Books, 2020.

MIRANDA, L. F. F. MATTAR, M. M. Informática Básica. IFPE/ETEC. 2014. Disponível em <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/arte_informatica_basica.pdf> Acesso em 10 de dezembro de 2024.

RAGSDALE, Cliff T. Modelagem de planilha e análise de decisão: uma introdução prática a business analytics. ISBN 9788522128303. 3. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2021.

RATHBONE, Andy. Windows 11 Para Leigos. ISBN 9788550820385. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2024.

VELLOSO, Fernando de C. Informática: Conceitos Básicos. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Grupo GEN, 2022.

Legislação Aplicada ao Serviço Público

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas: 1.1 Dos Princípios Fundamentais (art. 1º a 4º). 1.2 Dos Direitos e Garantias Fundamentais (art. 5º a 17). 1.3 Da Organização do Estado (art. 18 a 43). 1.4 Da Educação (art. 205 a 214). 2. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112/1990). 3. Decreto que regula os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, para avaliação de desempenho de servidores ocupantes de cargo público efetivo durante o estágio probatório (Decreto nº 12.374/2025). 4. Lei que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892/2008). 5. Lei que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal (Lei nº 14.540/2023). 6. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). 7. Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal (Lei nº 12.772/2012). 8. Resoluções internas do IFAM. 8.1 Resolução nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. 8.2 Resolução nº 66-CONSUP/IFAM, 15 de dezembro de 2017. 8.3. Resolução nº 072/CONSUP/IFAM, 15 DE AGOSTO DE 2022.

BRASIL. Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988 (e alterações posteriores).

BRASIL. Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (e alterações posteriores). Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. Decreto nº 12.374, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2025 (e alterações posteriores). Dispõe sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, para avaliação de desempenho de servidores ocupantes de cargo público efetivo durante o estágio probatório previsto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (e alterações posteriores). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Nº 14.540, de 3 de abril de 2023 (e alterações posteriores). Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (e alterações posteriores). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

BRASIL. Lei nº 12.772, de 18 de dezembro de 2012 (e alterações posteriores). Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

RESOLUÇÃO nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015 - Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.. Disponível em: <<https://ead2.ifam.edu.br/arquivos/2015resolucao94aprovaanovaorgdiddoifam.pdf>>.

RESOLUÇÃO nº 66 - CONSUP/IFAM, 15 de dezembro de 2017. Regulamento das Atividades Docentes e a Distribuição da Carga Horária Semanal da Docência no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Plano de Carreiras do Magistério Federal no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/campus/cprf/ensino/graduacao/resolucoes-norteadoras-de-graduacao-no-ambito-do-ifam/pit-rit-resolucao-66-consup.pdf>.

RESOLUÇÃO nº 072 - CONSUP/IFAM, 15 DE AGOSTO DE 2022. Aprova o Revisão do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Observações: 1. Considerar-se-á a legislação vigente e atualizada até a data da publicação do Edital.2. Recomenda-se que as normas sejam consultadas em sites oficiais.

Didática

1. Teorias pedagógicas e processos de ensino em sala de aula. 2. Avaliação interna e externa à escola: limites e possibilidades. Avaliação formativa: concepções, instrumentos, práticas de feedback. Instrumentos e critérios avaliativos na formação inicial (rubricas, portfólios, observação). Avaliação na Educação Infantil e anos iniciais: observação, registros e encaminhamentos pedagógicos. Avaliação para recomposição de aprendizagens (temas pós-pandemia e programas locais). 3.

Uso de tecnologias nos processos de ensino na Educação Superior e na Educação Básica. 4. Práticas pedagógicas, profissionalidade docente e Didática. 5. Modos de organização do ensino: contribuições da Didática. 6. Didática e mediação pedagógica no ensino presencial e a distância. 7. Interação professor-aluno-conhecimento: contribuições da Didática na sociedade contemporânea. 8. Organização do trabalho docente na escola. 9. Projeto pedagógico, currículo e planejamento de ensino. 10. Situações de ensino na sala de aula. 11. Didática Geral. 12. Questões críticas da didática: disciplina/indisciplina, ciclos escolares e avaliações. 13. Fundamentos da Didática contextualizada à Amazônia: práticas e saberes locais: Estratégias didáticas para Educação Infantil em contextos amazônicos (brincar, registro, observação). Inclusão e acessibilidade didática. Práticas de sala de aula e sequências didáticas produzidas em IFAM/UFAM. 14. Formação de professores: Formação inicial vs. formação continuada: características e necessidades locais (propostas de seminários interdisciplinares). Formação pela/para pesquisa (modelos implementados no IFAM — ProfEPT). Narrativas docentes e autoformação (dissertações sobre metamorfose docente e recomposição). Programas e cursos de pós-graduação profissional em ensino.

ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2017. Disponível em: <https://www.edicoesvozes.com.br> . Acesso em: 08 dez.2025.

BARROS, Ranyelle Lopes. Avaliação da aprendizagem: instrumentos e critérios avaliativos na formação inicial de professores. 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/683> . Acesso em: 08 dez. 2025.

BIZZO, Lais S. C. Percepção e observação da didática e ensino. 2021. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6455/6/TCC_LaisBizzo.pdf .

Acesso em: 08 dez. 2025.

BORDENAVE, Juan Díaz. Estratégias de ensino-aprendizagem. 33. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2018. Disponível em: <https://www.edicoesvozes.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

CANDAU, Vera Maria (Org.). Rumo a uma nova Didática. Petrópolis: Vozes, 2003. Disponível em: <https://www.edicoesvozes.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: às práticas educativas. Porto Alegre: Cortez. E-book. Disponível em: <https://www.wook.pt/ebook/da-relacao-com-o-saber-as-praticas-educativas-bernard-charlot/18139073> . Acesso em: 08 dez. 2025.

CGI.br; CETIC.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. TIC Educação 2021: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras. São Paulo: CGI.br/CETIC.br, 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121124124/tic_educacao_2021_livro_eletronico.pdf . Acesso em: 08 dez. 2025.

COSCARELLI, Carla Viana (Org.). Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Disponível em: <https://www.editorautentica.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

DAMASCENO, Mônica S.; OLIVEIRA, Ricardo D. (Orgs.). Tecnologias Educacionais. Brasília: eduCapes, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600539> . Acesso em: 08 dez. 2025.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

DIAS, Fátima Regina (Org.). Desenvolvimento e aprendizagem. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Disponível em: <https://www.ufmg.br/> . Acesso em: 08 dez.2025.

EDITORA CIENTÍFICA (Org.). Tecnologias Educacionais: ferramentas disruptivas para a docência. 2024. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-760-6.pdf> . Acesso em: 08 dez. 2025.

FERREIRA, Danielle Cristina Oliveira. Formação de professores pela/para pesquisa: proposta pedagógica para o seminário interdisciplinar das licenciaturas do IFAM. Repositório

BDTD/IFAM. Disponível em: https://bdtb.ibict.br/vufind/Record/IFAM-1_507c8533f8399eebdda8302b649e38dd . Acesso em: 08 dez. 2025.

GADOTTI, Moacir. A escola como projeto sociocultural. In: GADOTTI, Moacir. *Pedagogia e práxis*. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação: Pedagogia e Didática – o campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Didática e formação de professores*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

LIVROS ABERTOS (UFMG). *Formação de Professores(as) e Condição Docente*. 2023. Disponível em: <https://livrosabertos.fae.ufmg.br/produto/formacao-de-professores-as-e-condicao-docente/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

LOPES, D. T. Avaliação formativa: estudo sobre adoção na formação de professores em exercício. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1594> . Acesso em: 08 dez. 2025.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2021. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/educacao/avaliacao-da-aprendizagem-escolar-114/p> . Acesso em: 08 dez. 2025.

MACHADO, Nilson José. *Epistemologia e Didática*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/> . Acesso em: 08 dez.2025.

MEC – Ministério da Educação (Brasil). *Guia de avaliação e mediações pedagógicas para a recomposição das aprendizagens*. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/GuiaDeAvaliaoMediaesPedaggicaspar.pdf> . Acesso em: 08 dez. 2025.

MEIRIEU, Philippe. *O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e compreender*. Porto Alegre: Artmed, 2005. Disponível em: <https://www.planetaeditorial.com/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: <https://www.edicoesvozes.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

PERRENOUD, Philippe. *Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. Disponível em: <https://www.groupoeditorialmartinsfontes.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Didática e formação de professores*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

PINHEIRO, Jeová Gama. *Formação do professor: vivências e reflexões em Juruá-AM*. 2024. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/8036> . Acesso em: 08 dez. 2025.

SANTIAGO, Reila Garcia. *Avaliação da aprendizagem na formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental I*. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1168> . Acesso em: 08 dez. 2025.

SANTOS, Ana Lúcia. *Didática sob a ótica do pensamento complexo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. Disponível em: <https://www.editorasulina.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

SANTOS, Vanessa Lopes dos. *Concepção de avaliação da aprendizagem na perspectiva dos professores do curso de Pedagogia do IEAA*. UFAM, 2023. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/7418> . Acesso em: 08 dez. 2025.

SILVA, Jéssica Freitas. *O processo de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil no município de Humaitá-AM*. UFAM, 2021. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6029> . Acesso em: 08 dez. 2025.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente*. Petrópolis: Vozes, 2005. Disponível em: <https://www.edicoesvozes.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Lições de Didática*. Campinas: Papyrus, 2006. Disponível em: <https://www.editorapapyrus.com.br/> . Acesso em: 08 dez. 2025.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Artes

1. Fundamentos teóricos das Artes: conceitos, categorias, definições, estética, crítica, apreciação e recepção; arte como fenômeno cultural, histórico e social; teoria da imagem. 2. História Geral da Arte: manifestações artísticas da Pré-História ao século XXI; estilos, escolas, movimentos, técnicas e suportes; principais artistas; arte antiga, medieval, renascentista, barroca, moderna e contemporânea. 3. Arte Contemporânea: poéticas e linguagens; arte conceitual, arte relacional, instalações, performance, land art, minimalismo, fotografia expandida, novas mídias; arte, política, corpo, gênero, território e memória. 4. Arte Brasileira: modernismo, vanguardas e desdobramentos; movimentos artísticos; artistas e coletivos; arte urbana, periferias, redes e contemporaneidade; patrimônio artístico nacional. 5. Arte Latino-Americana: movimentos históricos, identidades visuais, processos decoloniais; artistas e coletivos; estética da resistência e das lutas políticas. 6. Arte Afro-Brasileira: ancestralidade; oralidade e memória; arte popular; simbolismos; artistas negros contemporâneos; Lei nº 10.639/2003 e educação das relações étnico-raciais. 7. Arte Indígena no Brasil: cosmologias, rituais, grafismos, técnicas e materiais; arte indígena contemporânea; coletivos e artistas; direito à memória e territorialidade. 8. Arte e Cultura Amazônica: iconografias, artesanato, trançados, cerâmicas, visualidades ribeirinhas e caboclas; artistas amazônicos; patrimônio material e imaterial; práticas tradicionais; modos de vida amazônicos. 9. Educação das Relações Étnico-Raciais e Decolonialidade: políticas de inclusão; identidades; crítica à colonialidade; interseccionalidade; práticas pedagógicas antirracistas. 10. Linguagem Visual: elementos da linguagem visual (ponto, linha, forma, cor, textura, luz, composição); princípios da organização visual; análise e leitura de imagens; semiótica visual. 11. Processos de Criação Artística: pesquisa, poética, materialidade, experimentação, metodologias inventivas; criação individual e coletiva; pensamento artístico. 12. Arte e Tecnologia: fotografia, audiovisual, design digital, som, animação, realidade aumentada e virtual, inteligência artificial generativa; relações entre arte, ciência e tecnologia; mídia-arte. 13. Estudos da Cultura Visual: teorias e metodologias; circulação e consumo de imagens; mídias sociais; disputas simbólicas; imagem como narrativa. 14. História do Ensino de Arte no Brasil: políticas, legislações e documentos normativos; perspectivas históricas; transformações no ensino de Arte na escola básica. 15. Metodologias do Ensino de Arte: Abordagem Triangular; projetos de trabalho; multiletramentos; metodologias ativas; ensino híbrido; práticas investigativas; pedagogias críticas. 16. Planejamento do Ensino de Arte: currículo; objetivos; sequências didáticas; avaliação processual; BNCC – Arte; documentos curriculares do IFAM; construção de itinerários formativos. 17. Arte-Educação Inclusiva: educação especial; desenho universal para aprendizagem (DUA); recursos e tecnologias assistivas; acessibilidade comunicacional e pedagógica; práticas com estudantes neurodivergentes e com deficiência. 18. Avaliação em Arte: critérios, instrumentos, portfólios, acompanhamento processual, autoavaliação; avaliação da experiência estética, da criação e da fruição. 19. Museologia, Patrimônio e Mediação Cultural: museus, acervos, processos curatoriais; mediação crítica; patrimônio amazônico; documentação e conservação; museus digitais. 20. Artes Integradas: relações entre artes visuais, música, teatro, dança, performance, literatura e audiovisual; projetos interdisciplinares e multimodais. 21. Fundamentos da Música: elementos básicos (ritmo, melodia, harmonia, timbre, forma); história da música ocidental; educação musical na escola. 22. Fundamentos do Teatro e Performance: jogos teatrais, improvisação, corpo e presença; dramaturgia; pedagogia do teatro; teatro popular. 23. Fundamentos da Dança e Movimento: práticas corporais; expressão; danças populares e amazônicas; processos criativos corporais. 24. Políticas Culturais: Sistema Nacional de Cultura; políticas públicas da cultura; leis de incentivo; Lei Paulo Gustavo; Lei Aldir Blanc; marcos legais da arte e patrimônio. 25. Legislação Educacional: LDB; DCNs; BNCC; leis sobre cultura e ensino de Arte; legislação sobre relações étnico-raciais e ensino indígena. 26. Direitos Autorais e Ética Profissional: propriedade intelectual; uso de imagens; licenças abertas; Creative Commons; ética docente e artística. 27. Softwares, Plataformas e Ferramentas Artísticas: edição de imagem, vídeo e som; ferramentas digitais educacionais; repositórios públicos; softwares gratuitos utilizados no ensino de Arte.

28. Pesquisa em Arte e Arte/Educação: métodos de pesquisa artística; pesquisa baseada em práticas; etnografia visual; investigação narrativa; pesquisa-ação. 29. Arte e Sustentabilidade: eco-arte; materiais naturais e recicláveis; práticas sustentáveis.

ADES, Dawn; CATLIN, Stanton Loomis.; O'NEILL, Rosemary.; BRETT, Guy. Arte na America Latina: a era moderna, 1820-1980. São Paulo: Cosac & Naify, 1997

ARAUJO, Emanuel. A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica. São Paulo: Tenenge, 1988.

ARCHER, Michael. Arte contemporânea: uma história concisa. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporaneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. A imagem no ensino da arte : anos oitenta e novos tempos. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos.; CUNHA, Fernanda Pereira da. A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais. São Paulo: Cortez, 2010.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos.; PORTELLA, Adriana. Inquietações e mudanças no ensino da arte. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2017.

BENJAMIN, Walter; SELIGMANN-SILVA, Márcio; GAGNEBIN, Jeanne-Marie; ROUANET, Sergio Paulo. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CAUQUELIN, Anne. Arte contemporânea: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CONDURU, Roberto; PIMENTEL, Lucia Gouvêa; DUCARMO, Alexandrino. Arte afro-brasileira. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2007.

DANTO, Arthur. Depois do fim da arte. São Paulo: Odysseus, 2006.

DIDI-HUBERMAN, Georges; CASA NOVA, Vera; ARBEX, Márcia. Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DOMINGUES, Diana. Arte e vida no século XXI: tecnologia, ciência e criatividade. São Paulo: Ed. Unesp, 2003

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2008.

FRANCASTEL, Pierre. Arte e técnica: nos séculos XIX e XX. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

FREIRE, Cristina.; MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA (São Paulo, SP). Poéticas do processo: arte conceitual no museu. São Paulo: Iluminuras, 1999

FUSARI, Maria F.de Rezende e; FERRAZ, Maria Heloisa C.de T. Metodologia do ensino de arte. São Paulo: Cortez, 1997 135p.

GOMBRICH, E. H. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GROUT, Donald Jay; PALISCA, Claude V. História da música ocidental. 6. ed. Lisboa: Gradiva, 2014.

IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2003.

KRAUSS, Rosalind E.; FISCHER, Julio. Caminhos da escultura moderna. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LAGROU, Els.; PIMENTEL, Lucia Gouvêa; QUINTAL, William Resende. Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação. Belo Horizonte: C/Arte, 2009. 1

MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz. Pedagogias em educação musical. Curitiba: IBPEX, 2011.

MESQUITA, André; ESCHE, Charles; BRADLEY, Will. Arte e ativismo: antologia. 2. ed. São Paulo: MASP; Afterall, 2021.

NAVES, Rodrigo. A forma difícil: ensaios sobre a arte brasileira . Ed. rev. ampl. -. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2011.

OSTROWER, Fayga. Universos da arte. 11a. ed. Rio de Janeiro: Campus, c1996.

PLAZA, Julio. Tradução intersemiótica. São Paulo: Perspectiva; [Brasília, D.F.]: CNPq, 1987. vii, 217 p. (Estudos, 93).

ROBBINS, Stephen, P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 2004.

SCHAFER, R. Murray; FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. O ouvido pensante. 2. ed. atual. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

STANGOS, Nikos.; CABRAL, Alvaro. Conceitos da arte moderna: com 123 ilustrações. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

TUKANO, Daiara. Daiara Tukano. Metodologia interativa na gestão de políticas públicas: métodos combinados numa abordagem antissexista e antirracista in: OLIVA, Anderson Ribeiro.; CHAVES, Marjorie Nogueira.; FILICE, Renísia Cristina Garcia.; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

ZANINI, Walter. INSTITUTO WALTHER MOREIRA SALLES; FUNDAÇÃO DJALMA GUIMARÃES. Historia geral da arte no Brasil. Monografias: Acervo Curt Lange São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles: Fundação Djalma Guimarães, 1983. 2v

Atendimento Educacional Especializado

1. Atendimento educacional especializado: concepção, princípios e aspectos organizacionais, diretrizes operacionais; público alvo; institucionalização; sala de recursos multifuncionais.
2. Conceito de pessoa com deficiência, direito à igualdade e não discriminação, direito ao atendimento prioritário, direito à educação e acessibilidade no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei no 13.146/15, de 06 de julho de 2015). Terminologia adequada.
3. Deficiência física, deficiência intelectual, (síndrome de Down), deficiência visual, deficiência auditiva, surdocegueira, deficiência múltiplas. Transtornos globais do desenvolvimento (TEA – Transtorno do espectro autista.; Síndrome de Rett; Transtorno Desintegrativo da Infância; Dislexia.
4. De cada deficiência acima citados: Conceitos, características, dicas de convivência, especificidades educacionais. Recomendações Úteis. Alfabetização e Aprendizagem. Recursos Didáticos.
5. De cada deficiência acima citados: Formação e a aprendizagem. Comunicação. Trabalho em Sala de Aula. A avaliação. Acompanhamento na escola.
6. Sistema Braille. Língua Brasileira de Sinais: conceitos e especificidades.
7. Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e comunicação Alternativa (Tipos de estímulos e estratégias utilizados nos recursos para comunicação alternativa). Tecnologia assistiva na perspectiva da educação inclusiva. Conceitos, ferramentas.
8. Acessibilidades: conceitos, tipos, desafios e possibilidades. Barreiras.
9. Auxiliar ou acompanhante de aluno com deficiência: atribuições, competências. Postura. Ética.
10. Educação Inclusiva, Educação Especial: conceitos, especificidades, características. Diversidade, Inclusão, Exclusão, Diferença, Igualdade, equidade, preconceito e discriminação: conceitos, características, causas, consequências.
11. Desenho Universal de Aprendizagem.
12. Aprendizagem: concepções, estilos, categorizações, dimensões. Avaliação: tipos, teorias, taxionomia bloom.
13. Formação de professores, suas características, suas funções / competências, estratégias de intervenção, atribuições do professor.
14. A inclusão da pessoa com deficiência. O papel da família e da escola.
15. Legislação: Constituição Federal de 1988, na parte referente à Educação. LEI No 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Resolução CNE/CEB no 2 de 2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008 e o Decreto Legislativo no 186, de

julho de 2008. Resolução no 04, de 2/10/2009 que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação
Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Decreto no 6.571, de 18/09/2008. Decreto Federal no 6.949, de 25/08/2009. Legislação: Lei no 10.048/00. Lei no 10.098/00. Decreto-Lei no 5.296/04. Decreto No 7611/2011. Lei 10.436 de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências
Lei 14.880 de 04/06/2024, instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce)
Decreto No 5.626 de 22/12/2005. Lei Brasileira de inclusão – 13.146 /2015. Lei no 12.764 de 2012 Política Nacional de Proteção aos Direitos das Pessoas autistas. Base Nacional. Comum Curricular (BNCC) tópicos de Educação Especial e AEE. Lei 15.249 de 03/11/2025 dispõe sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, com vistas à promoção da acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação.
16 Documentos oficiais: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008. Nota Técnica – SEESP/GAB/No 11/2010. Resolução No. 4, de 2 de outubro de 2009. Resolução no 138, de 16 de outubro de 2012. Estabelece normas regulamentares para a oferta da Educação Especial no Sistema de Ensino do Estado do Amazonas. Lei N.o 7.090, de 30 de Setembro de 2024. 17. Competências socioemocionais. Identificação e desenvolvimento das habilidades e competências socioemocionais.

BRASIL. LEI No 13.146, de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. LEI No 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

BRASIL. LEI No 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm

BRASIL. DECRETO No 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Operacionais Da Educação Especial Para O Atendimento Educacional Especializado Na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192

BRASIL. MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial no 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria no 948, de 09/10/ 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

Nota Técnica – SEESP/GAB/No 11/2010. Orientações Para Implementação Da Política De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. Brasil, 2015. Disponível:https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/secadi_documento_subsidiario_2015.pdf

AMAZONAS (Estado). Conselho Estadual de Educação do Amazonas. Resolução no 138, de 16 de outubro de 2012. Estabelece normas regulamentares para a oferta da Educação Especial no Sistema de Ensino do Estado do Amazonas. Disponível: <https://www.mpam.mp.br/images/attachments/article/7720/CEE%20DIGITALIZADO.pdf>

Lei N.o 7.090, de 30 de setembro de 2024. disponível em:<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:amazonas:estadual:lei:2024-09-30;7090>.

BRASIL. Manual de acessibilidade espacial para escolas : o direito à escola acessível / Marta Dischinger; Vera Helena Moro Bins Ely; Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges. – Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4793-manual-acessibilidade&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. Atendimento educacional especializado: fundamentos, práticas e intervenções. Organização de Flávio Aparecido de Almeida. 1ª Edição. Guarujá-SP: Científica Digital, 2024.

ALMEIDA, I. C. A., OLIVEIRA, R. S., and OLIVEIRA, U. F. C. Salas de recursos multifuncionais (srm) e atendimento educacional especial (aee): viabilizando a inclusão. In: CASTRO, A. S. A., BASTOS, E. R. O., and SOUZA, Z. F. J., eds. Educação inclusiva: formação e experiências [online]. Feira de Santana: UEFS Editora, 2020.

BATISTA, Cristina Abranches Mota; ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Orientações gerais e educação a distância: atendimento educacional especializado. Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado. SEESP / SEED / MEC. Brasília, DF, 2007.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação inclusiva : atendimento educacional especializado para a deficiência mental. [2. ed.] / Cristina Abranches Mota Batista, Maria Teresa Egler Mantoan. – Brasília : MEC, SEESP, 2006. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>

BETTIO, Claudia Daiane Batista. Desenho universal para a aprendizagem e ensino inclusivo na educação infantil / Claudia Daiane Batista Bettio, Ana Carolina Arruda Miranda, Andréia Schmidt. – 1. ed. – Ribeirão Preto : FFCLRP-USP, 2021.

CÂNDIDO, Rita de Kássia; GENTILINI, João Augusto. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 323-336, set. 2017. Disponível em: Acesso em: 14 abr. 2020.

CAZZANELLI, Paola; KLEIN, Rejane Ramos. Aprendizagens dos alunos com deficiência visual e o Atendimento Educacional Especializado, AEE. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, v. 27, n. 62, e276206, 2021.

CRISPIM, Ana Carla, ZUANAZZI Ana Carolina, ALVES Gisele. Competências socioemocionais são para a vida [livro eletrônico]: A relação do desenvolvimento socioemocional com o desempenho escolar, estratégias de aprendizagem, bem-estar, saúde mental, autoestima acadêmica, violência, bullying e pertencimento escolar / organização.

Carolina Zuanazzi, Gisele Alves. Competências socioemocionais: a importância do desenvolvimento e monitoramento para a educação integral. 1. ed. -- São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2023.

20. DOMINGUES, Celma dos Anjos. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual : baixa visão e cegueira. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.

FAGUNDES, Ana Lucila Ribeiro Dantas. Inclusão Escolar de Alunos Surdos: Práticas Pedagógicas, Ambiente Linguístico Adequado e AEE. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo no 2596.

GALDINO, Mary Neuza Dias. Competências socioemocionais sustentáveis. Mary Neuza Dias Galdino; Valeria Marques de Oliveira; Marcelo Pereira Marujo. Rio de Janeiro: Instituto de Ciência, Tecnologia e de Inovação Sustentável Global, 2023.

GURGEL, Thais. Inclusão, só com aprendizagem. Revista Nova Escola. São Paulo, ed. 206, p.39-41, out. 2007.

JÚNIOR, Francisco Varder Braga. Atendimento educacional especializado para o estudante com transtorno do espectro autista. Organizador: Francisco Varder Braga Júnior. Mossoró: EdUFERSA, 2018.

Kraemer, Graciele Marjana A educação das pessoas com deficiência no Brasil. Graciele Marjana Kraemer. - Porto Alegre: UFRGS, 2020.

LANUTTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista, MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Resignificar o Ensino e a Aprendizagem a partir da Filosofia da Diferença. 2018.

MILANEZ, Simone Ghedini Costa, OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de, MISQUIATTI, Andrea Regina Nunes. Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento. Orgs: Simone Ghedini Costa Milanez, Anna Augusta Sampaio de Oliveira, Andrea Regina Nunes Misquiatti. Sao Paulo: Cultura Academica ; Marília : Oficina Universitaria, 2013.

OLIVEIRA, Elinalva Alves de; SANTOS, Geandra Claudia Silvia; MATOS, Izabeli Sales; RIBEIRO, Renata Rosa Russo Pinheiro Costa. Pedagogia: educação especial. 1. ed. Fortaleza, 2019.

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (org.). Atendimento educacional especializado: aprendizagem, saúde e inclusão. Santa Maria, RS: Ed. pE.com, UFSM, 2018.

QUEIROZ, Anesio Marreiros. O ensino de português para surdos no atendimento educacional especializado AEE . – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino de Araújo. Atendimento educacional especializado: função e operacionalização. Julia Graziela Bernardino de Araújo Queiroz. – Manaus: IFAM, 2017.

RODRIGUES, Maria Clara Calderon Almeida de Oliveira; GUIMARÃES, Décio Nascimento; PESSIN, Gisele. Pessoas com deficiência na sala de aula: práticas inclusivas na concepção do desenho universal. Caderno orientador para formação inicial/continuada com pedagogos. s.l.: s.n., 2023.

RIBEIRO, Carla Beatriz Carvalho; MELQUES, Paula Mesquita. Atendimento educacional especializado (AEE): a rede social Facebook como possibilidade de espaço educativo para o desenvolvimento de estudantes com deficiência intelectual. Cenas Educacionais, Caetité, BA, v. 6, n. e16974, p. 1-22, 2023

ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva / Edilene Aparecida Ropoli ... [et.al]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2010. Volume de 1 a 10. Disponíveis em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com_content&view=article

ROSALIN, Mariliz Cristiane. Desenho universal para a aprendizagem: contribuições à prática pedagógica. Universidade Estadual do Paraná, Paranaguá, 2022.

SANTOS, Ana Paula dos. Coleção Paraná Inclusivo. Volume I: Conhecendo a pessoa com deficiência. s.l.: s.n., s.d.

SANTOS, Luciana de Jesus Botelho Sodrê dos. Caderno de apoio pedagógico ao professor do atendimento educacional especializado: orientações pedagógicas para o aluno com deficiência intelectual [recurso digital] / Luciana de Jesus Botelho Sodrê dos Santos. 1. ed. -- Belém: RFB Editora, 2021.

Sartoretto, Mara Lúcia. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa / Mara Lúcia Sartoretto, Rita de Cássia Reckziegel Bersch. - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.

SEBASTIAN-HEREDERO, Eladio. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v. 26, n. 4, p. 733-768, out./dez., 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382020000400733&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 maio 2021.

SILUK, Ana Claudia Pavão; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. Atendimento educacional especializado: práticas pedagógicas na sala de recursos multifuncional. Organizadoras Ana Claudia Pavão Siluk; Sílvia Maria de Oliveira Pavão. Santa Maria: UFSM PRE; Ed. pE.com, 2015.

STANGHERLIN, Débora Adamatti; QUARESMA, Karoline; SANT'ANNA, Bruna. Guia sobre comunicação aumentativa e alternativa. Organização: Associação Brasileira de Apraxia de Fala na Infância. s.l.: s.n., s.d.

VILELA, Lailah. Caracterização das deficiências: orientações para fins de cumprimento do art. 93 da Lei no 8.213/91. Brasília, DF, 2018.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. Tradução de Jefferson Luiz Camargo Garcia. Revisão técnica de José Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Biologia

1. Biologia celular: tipos celulares, membrana plasmática, citoplasma e organelas, ribossomos e síntese proteica, citoesqueleto e núcleo; 2. Bioquímica celular: água, sais minerais, carboidratos, lipídios, proteínas, ácidos nucleicos, replicação do DNA, transcrição e vitaminas; 3. Divisões celulares, cromossomos e genes: mitose, meiose; mutações gênicas e cromossômicas, estudo da hereditariedade e biotecnologia e suas aplicações; Biotecnologia Amazônica: bioprospecção; bioativos de organismos amazônicos; biotecnologia de plantas regionais; centros de pesquisa; Genética da Conservação na Amazônia: fragmentação florestal; fluxo gênico; populações naturais; bancos genéticos. 4. Metabolismo energético da célula fermentação, respiração aeróbia e anaeróbia, fotossíntese, quimiossíntese e fluxo de energia; 5. Ecologia: ecossistemas, biomas, ecologia de populações, ecologia de comunidade e biologia da conservação; Ecossistemas e Biomas Amazônicos: floresta de terra firme, várzea, igapó, campinaranas e manguezais amazônicos; dinâmica de rios e igarapés; rios voadores; ciclos biogeoquímicos regionais; 6. Evolução biológica: história da vida na terra, teorias evolutivas, origem das espécies, mecanismos de especiação, filogenia; 7. Vírus e bactérias: características gerais, classificação, multiplicação viral, reprodução de bactérias e doenças relacionadas à saúde humana; Microbiologia na Amazônia: arboviroses (Oropouche, Mayaro); vetores regionais; 8. Fungos e protozoários: características gerais, classificação, Reprodução e doenças relacionadas à saúde humana. Parasitologia na Amazônia: malária; leishmaniose; doença de Chagas amazônica; vetores regionais; 9. Reino animal: características gerais, filos e doenças relacionadas à saúde humana. Zoologia Amazônica: ictiofauna; anfíbios e répteis; insetos amazônicos; ecologia e comportamento de grupos-fauna regionais; 10. Reprodução humana: morfologia do aparelho reprodutor, coordenação hormonal, ciclo menstrual, fecundação e métodos contraceptivos; 11. Diversidade e classificação dos seres vivos; Biodiversidade Amazônica: endemismo, megadiversidade; grupos emblemáticos (peixes, primatas, anfíbios, aves, insetos, plantas medicinais); ecologia de espécies-chave; espécies ameaçadas; 12. Anatomia e Fisiologia comparadas (reprodução, trocas gasosas e respiração, circulação e defesa, nutrição, digestão e bioquímica, excreção, controle nervoso e endócrino, locomoção; 13. Botânica: histologia, organologia e fisiologia vegetal (hormônios e movimentos vegetais). Botânica Amazônica: plantas medicinais e de interesse econômico; etnobotânica indígena e ribeirinha.

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. Imunologia celular e molecular. 8. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

ADIS, J. Terrestrial Invertebrates of the Amazon. Auckland: Magnolia Press, 2002.

ALBERTS, B.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. Biologia Molecular da Célula. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

AYRES, J. M. et al. Os Peixes e a Pesca no Solimões-Amazonas: uma introdução. Brasília: IBAMA/ProVárzea, 2007.

BEGON, M.M.; TOWNSEND, C.R.; HARPER, J.L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. Oxford: Blackwell, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças Infecciosas e Parasitárias – Região Norte. Brasília: Ministério da Saúde, várias edições.

DE ROBERTIS JR.; E. PONZIO, Biologia Celular e Molecular. 14 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 2003. 413 p.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: causas e consequências. Environmental Conservation, v. 36, n. 4, p. 277–288, 2009.

GRIFFITHS, A.J.F.; LEWONTIN, R.C.; S.B.; WESSLER, S.R. Introdução à genética. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 2009. 740 p.

HEISER, JOHN B.; JANIS, C. M.; POUGH, H. A Vida dos vertebrados – 4. ed. São Paulo: Editora: Atheneu. 2008. 750 p.

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Biodiversidade na Amazônia. Manaus: INPA, várias edições.

JUNK, W. J. (Org.). The Central Amazon Floodplain: Ecology of a Pulsing System. Heidelberg: Springer, 1997.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia Básica – 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 2008. 542 p.

LOPES, A.; ALMEIDA, O. (Orgs.). Amazônia: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Peculiaridades Regionais. Belém: NAEA/UFPA, 2018.

LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazonia: The Fate of the Forest. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MAGNUSSON, W. et al. Biodiversity and conservation in Amazonia. Biological Conservation, v. 141, n. 9, p. 2418–2426, 2008.

NELSON, D. L.; MICHAEL, M. C. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 6. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

PERES, C. A. Conservation in the Amazon. Londres: Elsevier, 2020.

PRANCE, G. T. Biogeography of Amazonian Plants. Biotropica, v. 9, n. 4, p. 219–235, 1977.

PURVES, W.K.; SADAVA, D.; ORIAN, G.H.; HELLER, H.C. Vida: a ciência da biologia. 6. ed. Porto Alegre: Editora Artmed. 2002.

RAVEN, P.H., EVERT, R.F. & EICHHORN, S.E. Biologia Vegetal, 7. ed. Coord. Trad. J.E.Kraus. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro. 2007.

REECE, J. B. et al. Biologia de Campbell. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

RIBEIRO, J. E. L. S. et al. Flora da Reserva Ducke. Manaus: INPA, 1999.

RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. Rio de Janeiro: Editora: Guanabara Koogan – 6. ed. 2010. 570 p.

RUPPERT, E.E.; BARNES, R.D. Zoologia dos Invertebrados. 6. ed. São Paulo: Editora Roca. 1996. 1028 p.

SCHMIDT-NIELSEN, K. Fisiologia Animal. 5. ed. Editora Santos. 2002. 616 p

SILVA, M. S.; FRANCO, A. M. R. Biotecnologia e Recursos Naturais da Amazônia. Manaus: EDUA, 2021.

VALLE, D.; PIMENTA, P.; CULLEN JR., L. Malária na Amazônia: epidemiologia e controle. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

VIEIRA, I. J. C. et al. Bioeconomia da Amazônia: potencial e desafios. Brasília: Embrapa, 2020.

ZAHA, A.; FERREIRA, H. B.; PASSAGLIA, L. M. P. (Orgs.). Biologia Molecular Básica. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Educação Física

1. Educação Física escolar e a formação de corpos conscientes. 2. Cultura corporal e suas relações com o lazer nas interseccionalidades de gênero, raça e classe social. 3. A saúde e as práticas da cultura corporal como afirmação da vida e as relações com as políticas públicas. 4. Currículo e diversidades das identidades: intervenção pedagógica da cultura corporal no cotidiano escolar. 5. Educação Física escolar em uma perspectiva de inclusão social crítica e ampliada. 6. Educação Física no ensino médio integrado: práticas corporais e mundo do trabalho. 7. Educação Física Escolar na área de Linguagens: a compreensão do gesto humano.

ALMEIDA, Felipe Quintão de. A saúde como afirmação das vidas na Educação Física escolar. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 44, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/SgSL4hHdwbczqZk4hYYQQP/?format=html&lang=pt>

ALMEIDA, Felipe Mateus de. O conceito de lazer: uma análise crítica. Norus – Novos Rumos Sociológicos, v. 9, p. 206-229, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/21887>

AUAD, Daniela. CORSINO, Luciano. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar. Revista de Estudos Feministas. v. 26 n. 1 Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v26n1/1806-9584-ref-26-01-e42585.pdf>

BAGNARA, Ivan Carlos; BOSCATTO, Juliano Daniel. Educação Física no Ensino Médio integrado: especificidade, currículo e ensino (uma proposição fundamentada na multidimensionalidade dos conhecimentos). Ijuí: Unijuí, 2022.

BELTRÃO, José Arlen; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; TEIXEIRA, David Romão. A Educação Física no novo Ensino Médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista–Bahia, v. 16, n. 43, p. 656-680, Edição Especial, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7024/5247>

BRANDÃO, Pedro Paulo Souza; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Formação de professores de Educação Física na Amazônia: o currículo em questão. *Revista NUPEM*, v. 17, n. 41, 2025. <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/10210>

BRIGIDA, Alexsander Luiz Braga Santa; RAMOS, Evandro de Moraes. Banheiros do rio Negro e a escola ribeirinha: as aulas de educação física no contexto da hinterlândia amazônica. *Revista Teias*, v. 21, n. 61, p. 201-217, 2020. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052020000200201&script=sci_arttext

CORREIA, Mesaque Silva; OLIVEIRA, Marcos Renan Freitas; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. A formação corporal de estudantes de educação física para desenvolvimento de processos de alfabetização corporal na escola: narrativas de aprendizagens de uma prática educativa marcadamente freireana. *Revista de Educação Popular. Uberlândia*, v. 24, n. 1, p. 397-418, jan.-abr., 2025. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/73675/40966>

CORREIA, Mesaque Silva; OLIVEIRA, Marcos Renan Freitas; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. O círculo de cultura freiriano como estratégia de produção do conhecimento para a formação de corpos conscientes nas aulas de Educação Física em uma escola da Amazonia paraense. *Olhares & Trilhas. Uberlândia*, v. 27, n. 2, jul-dez/2025. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olhases trilhas/article/view/77006/41437>

FONSECA, Michele Pereira de Souza. Interseccionalidade e inclusão: um diálogo com os marcadores sociais da diferença. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. v. 46, p. 1-8, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/D5XbXgXVZJfCW6Kx9gTVHdq/?format=pdf&lang=pt>

FONSECA, Michele Pereira de Souza; BRITO, Leandro Teófilo. Por uma perspectiva inclusiva na Educação Física escolar. In: CARVALHO, Rosa Malena de Araújo; PALMA, Alexandre; CAVALCANTI André dos Santos Souza. (Org.). *Educação física, soberania popular, ciência e vida*. Niterói-RJ: Intertexto, 2022, v. 1, p. 69-83. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/397588846_Por_uma_perspectiva_inclusiva_na_educacao_fisica_escolar

GOMES, Rodrigo de Oliveira; TAVARES, Marie Luce; SILVA, Adriana Bitencourt Reis. *A Educação Física no Instituto Federal de Minas Gerais: experiências docentes em tempos de pandemia*. Curitiba: CRV, 2021.

KAWASHIMA, Larissa Beraldo; GODOI, Marcos; MARTINS, Elias. *Educação Física no Ensino Médio integrado da Rede Federal: compartilhando experiências*. Cuiabá-MT, EdUFMT Digital, 2021. p. 273-293.

MARCASSA; Luciana Pedrosa; ALMEIDA JÚNIOR, Admir Soares; NASCIMENTO, Carolina Picchetti. *Ensino de Educação Física e formação humana*. Curitiba: Appris, 2021.

MATTOS, Ivanilde Guedes de; MONTEIRO, Pamela Tavares. Educação Física: corpos negros e insurgências epistêmicas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 43, p. e007820, 2021. <https://www.scielo.br/j/rbce/a/Vscw6CNHS7NBhR9hc55cYBh/?format=html&lang=pt>

NEIRA, Marcos Garcia. A Educação Física nos parâmetros, orientações e na Base Nacional do Ensino Médio. *Ensaio: avaliação políticas públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.32, n.124, p. 1 – 21, jul./set. 2024. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/4258>

NOGUEIRA, Valdilene Aline. *A construção coletiva de inéditos viáveis: em busca de princípios epistemológicos, políticos e pedagógicos da Educação Física Escolar libertadora*. 291 f. Doutorado em Educação Física. Universidade São Judas. São Paulo, 2021.

PORTELA, Thalita Regina de Oliveira; ALVIANO JÚNIOR, Wilson. Educação Física, linguagem e a função social da escola. *Eccos – Revista Científica*. São Paulo, n. 66, p. 1-19, e22184, jul./set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/21928/10377>

ROCHA, Leandro Oliveira; COELHO, Márcio Cardoso; ARAÚJO, Samuel Nascimento. Educação Física Escolar crítica: experiências em diálogo. Curitiba: CRV, 2021.

TSCHÖKE, Aline; TARDIVO, Thais Gomes; RECHIA, Simone. Por que a escola se tornou também espaço de lazer das crianças?. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 14, n. 1, 2011. DOI: 10.5216/rpp.v14i1.11034. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/11034>.

Filosofia

1. Lógica: argumentos, verdade, validade, correção, linguagens formais vs linguagens naturais, dedução/indução, cálculo proposicional clássico e cálculo quantificacional clássico, falácias e lógica informal; 2. Epistemologia: tipos de conhecimento, as fontes do conhecimento, a definição tradicional de conhecimento, o problema de Gettier, empirismo, racionalismo, ceticismo, naturalismo, internalismo vs externalismo; 3. Ética: ética das virtudes, ética deontológica, utilitarismo, metaética, realismo e antirrealismo, emoções e cognitivismo; 4. Filosofia da Ciência: demarcação, o problema da indução, confirmação vs falsificação, realismo, antirrealismo, continuidade, revoluções científicas; 5. Metafísica/Ontologia: o problema dos universais, nominalismo, teorias da verdade, modalidades aléticas, o problema da identidade pessoal, o problema do não-ser, os argumentos a favor e contra a existência de Deus, determinismo e livre arbítrio.

ARENHART, J. Nota sobre ontologia analítica. Pelotas: Dissertatio, 2023.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Atlas, 2009.

BRAIDA, C. *Três aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Florianópolis: Rocca Brayde, 2005.

BRIAN, D. *Introdução à Teoria do Conhecimento*. Lisboa: Gradiva, 2013.

CARNIELLI, Walter; EPSTEIN, Richard. *Pensamento Crítico. O poder da lógica e da argumentação*. São Paulo: Editora Rideel, 2019.

CHALMERS, A. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

CHURCHLAND, Paul M. *Matéria e Consciência: uma introdução contemporânea à Filosofia da Mente*. São Paulo: Editora UNESP, 2004

CONEE, E. & SIDER, T. *Enigmas da Existência: Uma Visita Guiada à Metafísica*. Lisboa: Bizâncio, 2010.

DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUTRA, L. *Introdução à Teoria da Ciência*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

DUTRA, L. *Introdução à Epistemologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

GARRETT, B. *Metafísica. Conceitos-Chave em Filosofia*. São Paulo: Artmed, 2008.

GETTIER, E. *É a crença verdadeira justificada conhecimento?* Tradução de Célia Teixeira em *Crítica*. Endereço: https://criticanarede.com/epi_gettier.html.

HARE, R. *A Linguagem da Moral*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HUME, D. *Uma investigação sobre os princípios da moral*. Campinas: UNICAMP, 1995.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Editora Hedra, 2011.

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Discurso, 2009.

KRAUSE, D. *Tópicos em Ontologia Analítica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2018.

MOORE, G. *Princípios éticos; Escritos filosóficos; Problemas fundamentais da filosofia*. São Paulo: Abril, 1980.

MORTARI, C. A. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Unesp, 2016.

PLANTINGA, A. *Ciência, religião e naturalismo: onde está o conflito?* São Paulo: Vida Nova, 2018.

PLANTINGA, A. *Deus, a liberdade e o mal*. São Paulo: Vida Nova, 2012.

PLANTINGA, A. *Crença Cristã Avalizada*. São Paulo: Vida Nova, 2018.

PLATÃO. *Diálogos: A República*. Rio de Janeiro: Globo, 1964.

POPPER, K. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

QUINE, W. De um Ponto de Vista Lógico. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
RACHELS, J. Os elementos da filosofia moral. 7. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
RODRIGUES, A. Lógica. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
ROLLA, G. Epistemologia: uma introdução elementar. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.
RUSSELL, B. Da Denotação. Em "Os Pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1978.
RUSSELL, B. Os Problemas da Filosofia. Lisboa: Edições 70, 2008.
STRAWSON, P. Indivíduos: um ensaio de metafísica descritiva. São Paulo: Unesp, 2019.
STRAWSON, P. Análise e metafísica: uma introdução à Filosofia. São Paulo: Discurso Editorial, 2002.
SWINBURNE, R. A existência de Deus. Brasília: Academia Monergista, 2015.
SWINBURNE, R. Deus existe? Brasília: Academia Monergista, 2018.
VAN INWAGEN, P. O Problema do Mal. Brasília: Editora UNB, 2018.

Física

1. Cinemática: movimentos retilíneos uniformes e uniformemente variados; movimentos circulares uniformes e uniformemente variados; período e frequência; cinemática vetorial. 2. Mecânica: leis de Newton; dinâmica da partícula; dinâmica do corpo rígido; momento linear; torque; momento de inércia; rolamento; momento angular; equilíbrio estático; forças conservativas e dissipativas; trabalho e energia; leis de conservação. 3. Ondas e Oscilações: movimento harmônico simples e amortecido; oscilações forçadas e ressonância; princípio de superposição; ondas estacionárias; ondas mecânicas; ondas sonoras; efeito doppler. 4. Fluidos: Lei de Stevin; princípios de Pascal e Arquimedes; equação da continuidade; equação de Bernoulli; dinâmica de fluidos viscosos; 5. Gravitação: leis de Kepler; lei da gravitação universal; movimento de satélites; velocidade de escape. 6. Termodinâmica: escalas termométricas; tipos de termômetros; dilatação de sólidos e líquidos; calorimetria; transferência de calor; 1ª Lei da Termodinâmica; entropia e 2ª Lei da Termodinâmica; transformações reversíveis e irreversíveis; máquinas térmicas; o ciclo de Carnot. 7. Propriedades dos gases: gases reais e gases ideais; equações de estado; energia interna; transformações gasosas; misturas gasosas; teoria cinética dos gases; equipartição de energia; livre percurso médio; movimento browniano. 8. Eletromagnetismo: eletrostática; campo elétrico; lei de Gauss; polarização elétrica; trabalho da força elétrica; energia potencial elétrica; potencial elétrico; corrente contínua; corrente alternada; circuitos elétricos: capacitivos, resistivos e indutivos; leis de Ohm; leis de Kirchhoff; geradores; receptores; transformadores; campo magnético e sua origem; tipos de magnetização; força de Lorentz; campo magnético produzido por correntes; lei de Biot-Savart; fluxo de campo magnético; lei de Ampère; indução eletromagnética; lei de Faraday-Lenz; equações de Maxwell; ondas eletromagnéticas; balanço de energia; vetor de Poynting; potencial vetor. 9. Óptica: a natureza da luz: modelo corpuscular e ondulatório; óptica geométrica; lentes e espelhos; instrumentos ópticos; espectro eletromagnético; processos luminosos de interação luz-matéria: reflexão, refração, absorção, difração, interferência e polarização; óptica da visão. 10. Física quântica: o nascimento da teoria quântica: quantização e constante de Planck; efeito fotoelétrico; efeito Compton; modelos atômicos; a natureza ondulatória da matéria; a equação de Schrödinger; sistemas quânticos simples: potenciais quânticos; átomo de hidrogênio; oscilador harmônico quântico; operadores e observáveis. 11. Relatividade restrita: postulados de Einstein; simultaneidade; paradoxos; transformação de Lorentz; momento relativístico; energia relativística; efeito doppler da luz. 12. Física nuclear: propriedades do núcleo; ligação nuclear e estrutura nuclear; estabilidade nuclear e radioatividade; atividade e meia-vida; efeitos biológicos da radiação; reações nucleares; fissão nuclear; fusão nuclear.

EISBERG, R.; RESNICK, R. Física Quântica: Átomos, Moléculas, Sólidos, Núcleos e Partículas. 1. ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 1979.
GRIFFITHS, D. J. Introduction to Electrodynamics. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
GRIFFITHS, D. J. Introduction to Quantum Mechanics. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física, Vol. 1, Mecânica. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física, Vol. 2, Gravitação, Ondas e Termodinâmica. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física, Vol. 3, Eletromagnetismo. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física, Vol. 4, Óptica e Física Moderna. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

JEWETT Jr., J. W.; SERWAY, R. A. Física para Cientistas e Engenheiros Vol. 1 Mecânica. 2 ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2017.

JEWETT Jr., J. W.; SERWAY, R. A. Física para Cientistas e Engenheiros Vol. 2 Oscilações e Ondas, Termodinâmica. 2 ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2017.

JEWETT Jr., J. W.; SERWAY, R. A. Física para Cientistas e Engenheiros Vol. 3 Eletricidade e Magnetismo. 2 ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2017.

JEWETT Jr., J. W.; SERWAY, R. A. Física para Cientistas e Engenheiros Vol. 4 Luz, Óptica e Física Moderna. 2 ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2017

NUSSENZVEIG, H. MOYSÉS. Curso de Física Básica: Mecânica, Vol. 1. 5 ed. São Paulo: Blucher, 2013.

NUSSENZVEIG, H. MOYSÉS. Curso de Física Básica: Fluidos, Oscilações e Ondas de Calor, Vol. 2. 5 ed. São Paulo: Blucher, 2014.

NUSSENZVEIG, H. MOYSÉS. Curso de Física Básica: Eletromagnetismo, Vol. 3. 2 ed. São Paulo: Blucher, 2015.

NUSSENZVEIG, H. MOYSÉS. Curso de Física Básica: Ótica, Relatividade, Física Quântica, Vol. 4. 2 ed. São Paulo: Blucher, 2014.

TIPLER, P.; MOSCA, G. Física para Cientistas e Engenheiros - Mecânica, Oscilações e Ondas, Termodinâmica, Vol. 1, 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

TIPLER, P.; MOSCA, G. Física para Cientistas e Engenheiros - Eletricidade e Magnetismo, Vol. 2, 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

TIPLER, P.; MOSCA, G. Física para Cientistas e Engenheiros - Física Moderna, Vol. 3, 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. Sears & Zemansky Física I Mecânica. 14e São Paulo: Pearson Universidades, 2015.

YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. Sears & Zemansky Física II Termodinâmica e Ondas. 14e São Paulo: Pearson Universidades, 2015.

YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. Sears & Zemansky Física III Eletromagnetismo. 14e São Paulo: Pearson Universidades, 2015.

YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. Sears & Zemansky Física IV Ótica e Física Moderna. 14e São Paulo: Pearson Universidades, 2015.

Geografia

1. Categorias de análise geográfica; lugar, paisagem, região, território e espaço geográfico; conceitos e aplicações. 2. A Geografia acadêmica e a Geografia escolar. 3. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no ensino de Geografia. 4. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio; competências, habilidades; livros didáticos no ensino de Geografia. 5. Cartografia e aprendizagem geográfica; elementos dos mapas, projeções cartográficas, sensoriamento remoto, sistemas de informações geográficas; raciocínio geográfico. 6. Relação sociedade-natureza regional e nacional; elementos físicos da paisagem; geologia, geomorfologia, climatologia, recursos hídricos, pedologia, vegetação; dinâmicas e questões socioambientais. 7. Espaço Geográfico na contemporaneidade; perspectivas socioeconômicas, ambientais e geopolíticas. 8. Industrialização; fordismo, pós-fordismo e transformações socioespaciais. 9. Urbanização brasileira; processos, planejamento e organização da vida no espaço urbano. 10. A questão agrária. 11. Geografia da População; índices, análises, panorama estadual, regional e do Brasil. 12. Globalização; organização do espaço mundial. 13. Energia; matriz brasileira e mundial; fontes de energia, vantagens, desvantagens e impactos.

AB'SABER, Aziz. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2010.

AYOADE. Johnson Olaniyi. Introdução à climatologia para os trópicos. Bertrand Brasil, 2003. Rio de Janeiro.

BECKER, Bertha K. As Amazônias: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Vol. 3. Garamond, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Geografia – Ensino Médio. Brasília: Senado Federal, 2018.

CALAÇA, Manoel et al. Leituras geográficas da Amazônia 2. ed. – Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2024. Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/614/587/2421> Acesso em: 01 dez. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf Acesso em: 01 dez. 2025.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas: Papyrus Editora, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Regionalização e organização espacial. 7 ed. São Paulo. Editora Ática, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. Modelagem de Sistemas Ambientais. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

CHRISTOPHERSON, Robert W. Geossistemas: uma introdução à Geografia Física. 7. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

CUNHA, Sandra Batista; GUERRA, Antônio José Teixeira. A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

DAMIANI, Amélia Luisa. População e Geografia. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FERREIRA, Artur Gonçalves. Meteorologia prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

GUERRA, Antônio José Teixeira, CUNHA, Sandra Batista (org.). Geomorfologia do Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GROTZINGER, J. ; JORDAN, T. H. Para entender a Terra. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2023.

IBGE Panorama. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cidades e Estados. Amazonas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama> Acesso em: 01 dez. 2025.

LEPSCH, Igo Fernando. 19 Lições em Pedologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

MARTINELLI, Marcello. Mapas, gráficos e redes. São Paulo: Oficina de Textos. 2014.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. Campo-Território: revista de Geografia Agrária, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12048/7006> Acesso em: 01 dez. 2025.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos. (org). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: INCT, 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2022/04/Globalizacao-fragmentacao-e-reforma-urbana-o-futuro-das-cidades-brasileiras-na-crise.pdf> Acesso em: 01 dez. 2025.

SALGADO-LABOURIAU, Maria Léa. História ecológica da Terra. São Paulo: Blucher, 1994.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEPLANCTI. Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas. Amazonas em Mapas. 1ª Edição. Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações – DEPI Núcleo de Geoprocessamento – NGE0. Manaus, 2016. Disponível em: https://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/1a_Amazonas_em_Mapas_2015_em_novembro_de_2016.pdf
Acesso em: 01 dez. 2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política. 2019. SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (org.) Terra: feições ilustradas. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

TEIXEIRA, Wilson; TOLEDO, M. Cristina Motta de; FAIRCHILD, Thomas Rich; TAIOLI, Fábio. (orgs.) Decifrando a Terra. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

VENTURI, Luis Antônio Bittar (organizador). Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula. São Paulo: Editora Sarandi. 2011.

História

1. As primeiras civilizações da Grécia Antiga; 2. Roma Antiga: das origens à formação do Império Romano; 3. A formação do mundo medieval e o processo de apogeu do feudalismo; 4. O processo de construção da modernidade europeia: expansão marítima e formação das monarquias absolutistas; 5. Reinos, impérios e escravidão no continente africano; 6. As Américas que os europeus encontraram: povos originários; 7. América Portuguesa: sociedades coloniais na era do mercantilismo; 8. A África no contexto do tráfico atlântico; 9. A era das revoluções e o processo de consolidação do Estado liberal-burguês; 10. A industrialização: o processo de formação da classe operária;

11. O Império luso-brasileiro no século XVIII: do processo de independência à construção do Estado Imperial; 12. Imperialismo: a expansão do mundo burguês no século XIX; 13. O Brasil Republicano: do processo de emergência ao fim da Primeira República; 14. O Brasil dos anos 1930 ao Regime Militar instituído pelo golpe de 1964;

15. Processos históricos que marcaram o século XX: da Primeira Guerra Mundial à Queda do muro de Berlim e fim da União Soviética; 16. História da Amazônia: as evidências mais antigas de ocupação humana na Amazônia central; 17. História da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: Da Colônia ao PNE 2014-2024.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Palmares, 2006.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ARENDE, Hannah. Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BEAD, Michel. História do capitalismo de 1500 a nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BUENO, E. Naufragos, traficantes e degredados. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

CAIRES, Vanessa Guerra.; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Educação Profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

DE DECCA, E. 1930: O silêncio dos vencidos. Memória, história e revolução. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DELGADO, L.A.N.; FERREIRA, J. (orgs.) O Brasil republicano. vol. 4 O Tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRAGOSO, J.L.R.; ALMEIDA, C.M.C de.; SAMPAIO, A.C.J. de.(Orgs.) Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOBBSBAWN, E.J. A era das revoluções (1789-1848). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOBBSBAWN, E.J. A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. (comprei)

LE GOFF, J. & SCHMIDT, J-C. Dicionário temático do Ocidente Medieval. São Paulo: Edusc/Imprensa oficial, 2002.

MATTOS, I.R.de.; GONÇALVES, M.A. O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro. São Paulo: Atual, 1991.

NEVES, Eduardo Gomes. Sob o tempos do equinócio: oito mil anos de história da Amazônia central. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.) Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil: São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. v.2 A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Letras / Língua Portuguesa e Letras/Inglês

1. Compreensão e Interpretação de Textos: Análise e interpretação de textos de diferentes gêneros e tipologias textuais; 2. Fonética: Fonemas; Sílabas - Tonicidade; Ortografia; Acentuação: Regras do sistema ortográfico vigente e acentuação gráfica. 3. Morfologia: Estrutura e formação das palavras, classes de palavras (substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, conectivos, formas variantes) e seus empregos. 4. Sintaxe: Análise sintática da oração e do período (termos essenciais da oração, termos integrantes da oração, termos acessórios da oração, período composto, orações coordenadas independentes, orações principais e subordinadas). 5. Concordância e Regência: Regras de concordância verbal e nominal e de regência verbal e nominal, incluindo o uso da crase. 6. Pontuação: Emprego dos sinais de pontuação, especialmente a vírgula. 7. Semântica e Estilística: Significação das palavras e figuras de linguagem. 8. Variação Linguística: Aspectos sociolinguísticos e a norma culta. 9. Compreensão e Interpretação de Textos: Leitura e análise de textos em inglês de variados gêneros e níveis de complexidade. 10. Aspectos Gramaticais: Uso de tempos e modos verbais, estrutura de frases, pronomes, preposições, conjunções, e vocabulário. 11. Teorias Linguísticas: Principais correntes teóricas (estruturalismo, gerativismo, sociolinguística, análise do discurso). 12. Ensino de Língua Inglesa: Metodologias e abordagens de ensino: Didática e Práticas Pedagógicas. 13. Psicologia da Educação e Processos de Ensino-Aprendizagem. 14. Avaliação da Aprendizagem. 15. Educação Inclusiva e para a Diversidade (raça, gênero, inclusão). 16. Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico (PPP). 17. Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na Educação. 18. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. Brasília: MEC, 2014, Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf (Língua Portuguesa, p. 67-192 e p. 461-526).

BAGNO, Marcos. Língua, linguagem, linguística: Pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. São Paulo: Nacional, 2011.

CAETANO, Érika Amâncio. "But When Do I Do Critical Literacy?": Perspectives for Designing Critical Literacy Activities in EFL Classrooms. Available in: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6398202015635>.

CANÇADO, Márcia. Manual de semântica: Noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2013.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Dicionário das dificuldades da língua portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. De acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. 49. ed. São Paulo: Nacional, 2020.

CEREJA, Willian R., COCHAR, Thereza. Gramática reflexiva. São Paulo: Atual, 2013.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Tereza Cochar. Português: Linguagens. São Paulo: Atual, 2003.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. 3. Ed. São Paulo: Scipione, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de texto: Língua Portuguesa para nossos estudantes. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FARACO, Carlos Emílio et al.. Língua Portuguesa: Linguagem e Interação. Vol. 1/2/3. 3. ed. São Paulo: Editora Ática. 2016.

FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística: I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2014.

FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística: II. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2014.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.

KOCH, I. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore G. Villaça. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental – De acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2009.

MURPHY, Raymond. English Grammar in Use: A Self-Study Reference and Practice Book for Intermediate Learners of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Práticas de ensino e aprendizagem de inglês com foco na autonomia. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

POSSENTI, Sírio. Questões de linguagem: passeio gramatical dirigido. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SACCONI, Luiz Antonio. Gramática básica Sacconi: eminentemente escolar. São Paulo: Atual, 1999.

SACCONI, Luiz Antônio. Nossa gramática completa. 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática contemporânea: teoria e prática. São Paulo: Escala Educacional, 200-.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação. 5. Ed. São Paulo: Ática, 2006. Livros didáticos (ensino fundamental e ensino médio) - edições atualizadas.

SILVA, Thais Cristófar. Fonética e fonologia do português: Roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 2022.

SILVA, Thais Cristófar. Pronúncia do inglês: Para falantes do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Penso, 2014

Leras / Língua Inglesa

1. Compreensão e Interpretação de Textos: Análise e interpretação de textos de diferentes gêneros e tipologias textuais. 2. Fonética: Fonemas; Sílabas - Tonicidade; Ortografia; Acentuação: Regras do sistema ortográfico vigente e acentuação gráfica; Pronunciation and spelling of endings. 3. Morfologia: Compound Words, Blends and Phrasal Words. Affixes: Prefixes and Suffixes. 4. Sintaxe: Verbs; Modal verbs and related structures; The passive; If sentences, conditionals; Reported Speech; Nouns, articles and quantity; Pronouns; Adjectives; Adverbs; Relative clauses; Linking words; Prepositions, Phrasal verbs. 5. Semântica e Estilística: Significação das palavras e figuras de linguagem; Synonyms and Antonyms; Homonyms; Paronomasia. 6. Compreensão e Interpretação de Textos: Leitura e análise de textos em inglês de variados gêneros e níveis de complexidade. 7. Ensino de Língua Inglesa: Metodologias e abordagens de ensino: Didática e Práticas Pedagógicas. 8. Psicologia da Educação e Processos de Ensino-Aprendizagem. 9. Avaliação da Aprendizagem: instrumentos de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; Controle e avaliação do rendimento escolar dos alunos. 10. Educação Inclusiva e para a Diversidade (raça, gênero, inclusão). 11. Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico (PPP). 12. Tecnologias

da Informação e Comunicação (TICs) na Educação: Tecnologias digitais de informação e comunicação em contextos escolares; As possibilidades das tecnologias digitais como mediadoras no processo de ensino e aprendizagem de língua estrangeira; Os ambientes escolares e os participantes do processo (alunos e professores) para o uso de tecnologias digitais em contextos formais de ensino de língua inglesa. 13. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

14. Ensino e aprendizagem da competência comunicativa; Planejamento e competência comunicativa e habilidade de compreensão oral e escrita. 15. Teorias de aprendizagem de uma segunda língua; fatores que influenciam a aprendizagem de uma segunda língua; a linguagem do aprendiz; aprendizagem de uma segunda língua na sala de aula.

16. Linguística Aplicada (especialmente ao ensino/aprendizagem de inglês como língua estrangeira/adicional).

Almeida Filho, J. C. P. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

Bacich, L.; Moran, J. (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018.

BAGNO, Marcos. Língua, linguagem, linguística: Pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. Brasília: MEC, 2014, Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (Língua Portuguesa, p. 241-264 e p. 461-497).

BROWN, H. D.. Teaching by Principles: an interactive approach to language pedagogy. 3. ed. New York: Pearson, 2015.

Brown, H. D.; Abeywickrama, P. Language assessment: principles and classroom practices. 3rd ed. New York: Pearson, 2019.

CAETANO, Érika Amâncio. "But When Do I Do Critical Literacy?": Perspectives for Designing Critical Literacy Activities in EFL Classrooms. Available in: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6398202015635>.

CAMPOS, Giovana Teixeira. Manual compacto de gramática da língua inglesa. São Paulo: Rideel, 2010.

CARSTAIRS-MCCARTHY, Andrew. An Introduction to English Morphology: Words and Their Structure. Edinburgh: Edinburgh, 2018.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. 49. ed. São Paulo: Nacional, 2020.

CRISTÓFARO-SILVA, T. Pronúncia do inglês: para falantes do português brasileiro - Os sons. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2012.

CRYSTAL, David. English as a global language. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

CRYSTAL, David. Spell It Out: The Singular Story of English Spelling. London: Profile Books, 2012.

DAVIES, Benedict. Como entender o inglês falado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ELLIS, R. Second Language Acquisition. 2nd ed. Oxford: OUP, 1997.

HADLEY, A.O. Teaching Language in Context. Boston: Heinle & Heinle, 2001.

Harmer, J. The practice of English language teaching. 5th ed. Harlow: Pearson, 2015.

HUTCHINSON, T.; WATERS, A. English for Specific Purposes: A learning-centred approach. 22nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (orgs.). Gêneros textuais: Reflexões e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à linguística textual: Trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2015.

KUMARAVADIVELU, B. Understanding Language Teaching: From Method to Postmethod. Marwah: Erlbaum, 2006.

LAPKOSKI, Graziella Araújo de Oliveira. Do texto ao sentido: teoria e prática de leitura em língua inglesa. Curitiba: Intersaberes, 2012.

LARSEN-FREEMAN, D. Techniques and Principles in Language Teaching. 2nd ed. Oxford: OUP, 2011.

LIGHTBOWN, Patsy, and SPADA, Nina. How Languages are Learned. Oxford: Oxford UP, 2013.

LIMA, Denilso de. Inglês na ponta da língua: método inovador para melhorar seu vocabulário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MARQUES, Florinda Scremin. Ensinar e aprender inglês: o processo comunicativo em sala de aula. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental – De acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2009.

MURPHY, Raymond. English Grammar in Use: A Self-Study Reference and Practice Book for Intermediate Learners of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e (org.). Práticas de ensino e aprendizagem de inglês com foco na autonomia. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PENNYCOOK, A. Critical Applied Linguistics: a critical introduction. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001.

PEREIRA, Carlos Augusto. Inglês essencial para concursos: A handbook for the candidate. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Richards, J. C.; Rodgers, T. S. Approaches and methods in language teaching. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola, inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROJO, R.; BARBOSA, J. Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SANTOS, Denise. Ensino de língua inglesa: foco em estratégias. Barueri: Disal, 2012.

SILVA, Thais Cristófar. Pronúncia do inglês: Para falantes do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Penso, 2014.

SWAN, M. Practical English Usage. Oxford: Oxford University Press: 2017.

SWAN, M. Practical English Usage. Oxford: Oxford University Press: 2017.

WARSCHAUER, M. Technology and Social Inclusion: Rethinking the digital divide. Massachusetts: The MIT Press, 2004.

WOODS, Edward; COPPIETERS, Rudy. The Communicative Grammar of English: Workbook. London and New York: Routledge, 2013.

Letras/Língua Portuguesa

1. Integralidade da língua nas relações sociocultural e midiática. 2. Forma, relação e sentido das práticas de linguagem: leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica. 3. Tipos de gramática e situações de comunicação. 4. Práticas pedagógicas de aprendizagem morfológica, sintática e semântica. 4.1. A sintaxe e seus tipos nos processos de textualização. 5. Gênero discursivos e os mecanismos da língua. 5.1. Leitura e interpretação de textos: compreensão e interpretação de variados gêneros discursivos. Informações implícitas e explícitas. Ponto de vista do autor. 5.2. Coesão e coerência textual em diferentes gêneros discursivos. 6. Formação docente em educação básica na língua portuguesa. 7. Atuação docente em língua portuguesa na educação básica. 8. Processos metodológicos e avaliação de aprendizagem. 9. Novas tecnologias da informação e da comunicação e suas contribuições com a prática da língua portuguesa. 10. Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. 11. Parecer CNE/CEB N.º 11/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 12. RESOLUÇÃO

N.º 6/2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. LEI Nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB No. 11/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução No. 6/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

BUENO, Francisco da Silveira. Gramática de Silveira Bueno. São Paulo: Global, 2014.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: Texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 2013.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 1997.

HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

KOCH, Ingedore V. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003.

LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Cortez, 2008.

SARMENTO, Leila Lauar. Oficina de Redação. São Paulo: Moderna, 2013.

SAUTCHUK, Inez. Prática de morfosintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática. 2. São Paulo: Manole, 2010.

Letras Português/Linguística

1. Panorama das línguas indígenas do Brasil; 2. Processos de revitalização, fortalecimento e documentação de línguas indígenas; 3. Contato linguístico entre línguas indígenas e o português; 4. Políticas linguísticas voltadas às línguas indígenas no Brasil; 5. Educação escolar indígena e perspectivas interculturais no Brasil; 6. Formação de professores indígenas: políticas, desafios e práticas; 7. Pedagogias indígenas e saberes tradicionais nos processos educativos interculturais; 8. Produção, avaliação e adaptação de materiais didáticos interculturais; 9. Literatura indígena contemporânea: autores, temas e perspectivas; 10. Direitos linguísticos dos povos indígenas no Brasil. 11. Fundamentos e práticas de alfabetização. 12. educação escolar indígena. 13. Ensino de línguas e educação escolar.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. O Índio Brasileiro: O Que Você Precisa Saber Sobre os Povos Indígenas no Brasil de Hoje. MEC, 2006.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. CNE/MEC, 2012.

CANDAU, Vera Maria (org.). Educação Intercultural: Desafios e Possibilidades. Vozes, 2008.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas Indígenas: Uma Introdução. Zahar, 2011.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Formação de Professores Indígenas: Reflexões e Experiências. MEC/MARI, 2006.

IPHAN. Diversidade Linguística Indígena: Estratégias de Preservação, Salvaguarda e Fortalecimento. IPHAN, 2020.

KUHN, Danilo Paiva Ramos. Educação Escolar Indígena: Entre Políticas Públicas e Práticas Comunitárias. Vozes, 2016.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete (orgs.). A Temática Indígena na Escola. MEC/Unesco, 1995.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A Queda do Céu. Companhia das Letras, 2010.
MUNDURUKU, Daniel. O Caráter Educativo do Movimento Indígena Brasileiro. Paulinas, 2012.
NAHU, Julie Dorrico. Literaturas Indígenas: Poéticas da Resistência, Jandaíra, 2021.
ONU. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. ONU, 2007.
RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas Brasileiras: Para o Conhecimento das Línguas Indígenas. Loyola, 1986.
SIGNORINI, Inês. Língua(gem) e Identidade. Mercado de Letras, 1998.
WALSH, Catherine. Interculturalidad y Colonialidad del Poder. Ediciones Abya-Yala, 2009.
GOMES, A. A. S. (Org.). Ensino de línguas e educação escolar indígena. Série Ensino de Línguas em Contexto Indígena (ELCIND). Macapá: Editora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), 2019.
PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. Fundamentos e práticas de alfabetização de crianças pelos conhecimentos indígenas. Campinas: Pontes Editores, 2021.
FERREIRA, Isabelle Sedícias Nascimento. Ensino de língua portuguesa na educação escolar indígena. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

Libras

1. Língua Brasileira de Sinais, conceitos, especificidades, aspectos teóricos, gramaticais e práticos. Classificadores na Língua de Sinais. Escrita de Sinais. 2. Teorias da Educação e Estudos Surdos: educação bilíngue e as especificidades educacionais, linguísticas e culturais dos Surdos. Identidades e Cultura Surdas. Artefatos culturais do povo surdo. 3. Os Direitos Linguísticos dos Surdos. 4. Língua e linguagem. Língua materna, língua natural. Primeira e segunda língua: conceitos e especificidades. Ensino de Libras como L1 e L2. Aquisição de língua e de Língua de sinais. 5. Metodologia, didática e ensino: conceitos e especificidades para o ensino da Libras. teorias de aquisição de segunda língua. estilos cognitivos de aprendizagem e estratégias de aprendizagem. Observações sobre o ensino de vocabulário, gramática e contextos da Libras. Prática pedagógica. Competências e habilidades. 6. Recursos didáticos para o ensino de línguas de sinais como L2. Literatura Surda 7. Ética profissional e legislação específica da área da inclusão e surdez. 8. Metodologias do ensino de Libras para ouvintes e de Libras para Surdos. Metodologias do ensino de língua portuguesa como L2 para Surdos. 9. As variações linguísticas na Língua Brasileira de Sinais. Norma, uso e variação linguística: implicações para o ensino de língua portuguesa. A interface entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa: perspectivas no ensino de leitura, produção textual e análise linguística. Aspectos gramaticais da Língua Portuguesa e da Libras: descrição e aplicabilidade ao ensino. 10. Educação Bilingue para Surdos. Concepção de Política Linguística para a Educação Bilíngue de surdos. O estatuto da Língua Portuguesa na educação bilíngue. A cultura surda no espaço da educação bilíngue. 11. Planejamento e avaliação educacional. Práticas pedagógicas inclusivas. Níveis de planejamento, os elementos constitutivos e as diversas formas de organizar a intervenção pedagógica. Tipos de avaliação e suas características.

ALBRES, Neiva de Aquino. Ensino de Libras como segunda língua e as formas de registrar uma língua visuo-gestual: problematizando a questão. ReVEL, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em <http://www.revel.inf.br/files/6e9e138e1df0292c48e355324465cb64.pdf>
BASSO, Idavania Maria de Souza; STROBEL, Karin Lilian; MASUTTI, Mara. Metodologia de Ensino de Libras – L1. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Florianópolis, 2009. Disponível em http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL1/assets/631/TEXTO-BASE_SEM_AS_IMAGENS_.pdf
BEZERRA, Giovana Cristina de Campos (org.); ROMEU, Daniel Lopes (org.); GONÇALVES FILHO, José Sinésio Torres (org.); ROMEU, Marceli Lúcia Pavéglio (org.); SILVA, Taynan Alécio da (org.). A relação visual entre Libras (L1) e a escrita da Língua Portuguesa como L2 para pessoas surdas. Santo Ângelo: Ilustração, 2025.
BRASIL. 2015. Lei no 13.146 de 6 de julho de de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da

Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. 2002. Lei no 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n. o 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.o 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005, Seção 1, n. 246, p.28-30.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Guia de Avaliação e Mediações Pedagógicas para Recomposição das Aprendizagens. Brasília, DF: MEC, 2025.

CARNEIRO, Fernando Henrique Fogaça. Escrita da Língua de Sinais: elementos introdutórios / Fernando Henrique Fogaça Carneiro. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2017

CASAGRANDE, Ana Lara. Metodologias do ensino e aprendizado em Libras / Ana Lara Casagrande, Emily Nycole Ribeiro de Oliveira. – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Tecnologia Educacional, 2021.

COMUNIDADE SURDA. Direitos humanos das pessoas surdas: pela equidade social, cultural e linguística. Documento elaborado a partir do Grupo de Trabalho com os Surdos de Referência do Brasil. Versão jul. 2018.

CRUZ, Osilene Maria de Sá e Silva da. Educação de surdos em perspectiva bilíngue / Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz (Org.); Paula Tatiane Rocha dos Santos (Ilust.); Matheus Augusto Oliveira Medeiros (Colab.). Rio de Janeiro: INES, 2023.

FRANCISCO, Gildete da Silva Amorim M; JÚNIOR, Gláucio de Castro. Formação de professores e intérpretes educacionais para produção de materiais bilíngues [livro eletrônico]. – Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2023.

FERRAZ, Daniel de Mello. Língua-linguagem, educação e educação linguística. Daniel de Mello Ferraz. – Sao Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

GESSER, Audrei. Metodologia de Ensino em LIBRAS como L2. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Florianópolis, 2010. Disponível em http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsi noEmLibrasComoL2/assets/629/TEXTObase_MEN_L2.pdf

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GÓES, Alexandre Morand; LODI, Ana Cláudia Balieiro; KOTAKI, Cristiane Satiko; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; CAETANO, Juliana Fonseca; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; SANTOS, Lara Ferreira dos; MOURA, Maria Cecília de; CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Língua brasileira de sinais – Libras: uma introdução. São Carlos, 2011.

GODOI, Eliamar, 1968- Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS [recurso eletrônico]: a formação continuada de professores / Eliamar Godoi, Marisa Dias Lima, Letícia de Sousa Leite – 2. ed. – Uberlândia: EDUFU, 2021.

GORSKI, Edair; REITAG, Raquel Meister Ko. F. Ensino de Língua Materna. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Florianópolis, 2010. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/ensinoDePrimeiraLingua/assets/249/TEXTObase_ELM_2010.pdf

GRANEMANN, Jussara Linhares. Língua brasileira de sinais – Libras como L1 para estudantes surdos nos anos iniciais do ensino fundamental. REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura, v. 9, n. 2, dossiê Educação inclusiva e formação de professores: uma diversidade de olhares, jun. 2017.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; ROCHA, Luiz Renato Martins da. Educação bilíngue de Surdos e educação especial: avaliação e prática [recurso eletrônico] / orgs. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, Lara Ferreira dos Santos e Luiz Renato Martins da Rocha. 1a ed São Carlos: De Castro: EDESP – UFSCAR, 2023.

LADD, Paddy. Em busca da surdidade I: colonização dos surdos. 1. ed., dez. 2013.

LIMA, Mariana Farias. VASCONCELOS, Willer Cysne Prado e SILVA, Francisca Aldenisa Peixoto da. Escola Estadual de Educação Profissional. Ensino médio integrado à educação profissional: curso técnico em Libras. Noções de escrita de sinais. Fortaleza, mar. 2013.

LORDELO, Jose Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virginia. Avaliação educacional:

desatando e reatando nos / Jose Albertino Carvalho Lordelo, Maria Virginia Dazzani (organizadores). – Salvador: EDUFB, 2009.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; LOPES, Maura Corcini. Direito linguístico-educacional para alunos surdos e o “além-acessibilidade”. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 54, e10710, 2024.

MOTA, M. B. Aquisição de segunda língua . Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/aquisicaoSegundaLingua/assets/630/Texto-base_disciplina_AQUISICAOL2.pdf

MOURÃO, Claudio Henrique Nunes. Literatura surda: produções culturais de surdos em língua de sinais. Porto Alegre, 2011.

NASCIMENTO, Sandra Patrícia de Faria do; MOREIRA, Andréa Beatriz Messias Belém; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; SILVA, Ivani Rodrigues; BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida; CRUZ, Osilene Maria de Sá e Silva da. Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior [livro eletrônico]: caderno introdutório / Sandra Patrícia de Faria nascimento etc al. 1aedição – Brasília: Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: DIPEBS / SEMESP/ MEC, 2021.

Nóbrega, Alexsandra Juvencio. O material didático e o ensino de LP como L2 para surdos / Alexsandra Juvencio Nóbrega. –2021.

PANDINI, Carmen Maria Cipriani. Planejamento e avaliação educacional e institucional / Carmen Maria Cipriani Pandini (org.), Giselia Antunes Pereira, Vanessa de Almeida Maciel – Florianópolis : UDESC/CEAD/UAB, 2011.

PEREIRA, Daniane (org.); REIS, Flaviane (org.); ANTUNES, Joeli Teixeira (org.); BARBOSA, Liliane Pereira (org.); MOTA, Maria Alice (org.); RODRIGUES, Jonatas Lino (org.); BRAGA, Samuel Parrela (org.). Educação bilíngue de surdos: linguagem, políticas, educação e tecnologias. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

PERLIN, Gládis; Strobel, Karin. Teorias da Educação e Estudos Surdos. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Florianópolis, 2009. Disponível em [http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/teoriasDaEducacaoE](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/teoriasDaEducacaoEEstud) [EstudosSurdos/assets/257/TEXTObaseTeoria_da_Educacao_e_Estudos_Surdos_pronta.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/teoriasDaEducacaoEEstudosSurdos/assets/257/TEXTObaseTeoria_da_Educacao_e_Estudos_Surdos_pronta.pdf)

QUEIROZ, Anesio Marreiros O ensino de português para surdos no atendimento educacional especializado – AEE / Anesio Marreiros Queiroz. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias no 1.060/2013 e no 91/2013 do MEC/SECADI. Brasília, DF MEC/SECADI 2014. Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.unicamp.br/bd/index.php/detalhes-material/?code=56513>

Rita de Cácia Santos Souza et al. Introdução aos estudos sobre educação dos surdos. Rita de Cácia Santos Souza, Alex Reis dos Santos, Camila Silva de França, Charles Graziênio Batista Neves, Clécia Souza Santos, Daniella Ramos Feitosa, Danielle de Souza Silva, Genivaldo Oliveira Santos Filho, Greisse Kelly Silva Santos, Iranilde dos Santos Rocha Souza, Monic Vasconcelos de Brito, Raimunda dos Santos Barbosa, Richardson Batalha de Albuquerque, Rozilda Ramos dos Santos Oliveira e Suzy Kelly Barbosa Lisboa. 2. ed. revista e ampliada. Aracaju, SE: Criação Editora, 2020.

RODRIGUES, Verônica de Oliveira Louro. Os direitos linguísticos no ensino de Surdos no Brasil: uma valorização de línguas? Cadernos de Letras da UFF Dossiê: Línguas e culturas em contato. São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: Educação especial: Língua Portuguesa para surdos. São Paulo: SME / COPED, 2019.

SANTOS, Wasley de Jesus; BENEVIDES, Sílvia Lucia Lopes. Caminhos da escolarização de surdos: política, linguagem e 1.ed. educação [recurso eletrônico] / [orgs.] Wasley de Jesus Santos. Sílvia Lucia Lopes Benevides. – 1.ed. Curitiba-PR, Editora Bagai, 2022.

SANTOS, Marcos Roberto dos; CORDEIRO, Suammy Priscila Rodrigues Leite; VALE, Jackson da Silva. Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Purandu: Editora UEA.

SOUZA, Rita de Cácia Santos; VITORINO, Anderson Francisco; SOUZA, Adriana Alves Novais (org.). Educação de surdos: representações e diálogos contemporâneos. Diversos autores. - 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022.

SOUZA, Alexandre Melo de; GARCIA, Rosane; SANTOS, Tatiana Castro dos. Perspectivas para o ensino de línguas: volume 4. Organizadores: Alexandre Melo de Sousa, Rosane Garcia, Tatiana Castro dos Santos. Rio Branco: Edufac, 2020.

SOUZA, Cássia Fabiane dos Santos; LORENSINI, Sandra Regina Geiss. Planejamento, Avaliação E O Fazer Pedagógico. Revista Multidebates, v.4, n.1 Palmas-TO, abril de 2020.

VERÍSSIMO, Natalia Barbosa; PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza. Práticas Pedagógicas Inclusivas: estratégias e possibilidades de ensino e aprendizagem / Organizadoras Natalia Barbosa Verissimo, Jacqueline Lidiane de Souza Prais – Tutóia, MA: Diálogos, 2023.

Matemática

1. Teoria de Conjuntos: relação de pertinência, relação de inclusão, igualdade, operações 2. Conjuntos numéricos: operações, desigualdades, múltiplos e divisores. 3. Medidas (de comprimento, de área, de volume, de massa, de capacidade, de ângulo, de tempo) e grandezas (grandezas diretamente e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta). 4. Matemática Comercial e Financeira, sistemas de juros, sequência uniforme de pagamento; valor atual de uma série de pagamentos; anuidades; montante de uma série de pagamentos. 5. Geometria Plana: Semelhança de figuras geométricas planas, cálculo de áreas e perímetros de figuras planas, relações métricas no triângulo retângulo, circunferência e círculo. 6. Sólidos geométricos: prisma, cilindro, pirâmide, cone e esfera (elementos, áreas e volume). Sólidos gerados por rotação. 7. Relações e funções: função real de uma variável real, domínio, conjunto imagem, crescimento e decrescimento, zeros da função, taxa de variação, Gráficos. Funções polinomiais (gráficos, equações, inequações e sistemas de equações). Função Exponencial e Logarítmica (gráficos, equações e inequações). Funções compostas e funções inversas. 8. Trigonometria: no triângulo retângulo, na circunferência trigonométrica, funções trigonométricas (gráficos, equações e inequações). 9. Sequências numéricas: progressões aritméticas e geométricas. 10. Análise combinatória: Princípio Fundamental da Contagem, fatorial, arranjos e permutações simples, combinações simples e completa, permutações com elementos repetidos, permutações circulares e caóticas. 11. Probabilidade: Espaços de probabilidade; Definição de probabilidade; Probabilidade condicional; Probabilidade da união de eventos; Distribuição binomial 12. Álgebra Linear: Matrizes e determinantes, sistemas de equações lineares, espaços vetoriais e transformações lineares. 13. Geometria Analítica no plano e no espaço. 14. Tratamento da informação: leitura e interpretação de gráficos, estatística: (médias, moda, mediana, variância e desvio padrão). 15. Números complexos e suas aplicações. 16. Lógica matemática: Análise de proposições, conectivos, operações lógicas, negação, implicação, equivalência lógica, tabela verdade, proposições simples e compostas. Lógica de Argumentação. 17. Cálculo Diferencial e Integral: Limites, derivadas e integrais de funções de uma variável.

ALENCAR FILHO, E.. Iniciação à lógica matemática. São Paulo, Nobel, 2006.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C.. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos, funções. 9ª ed., São Paulo, v.1, Atual, 2013.

DOLCE, O., IEZZI, G.; MURAKAMI, C.. Fundamentos de matemática elementar: logaritmos. 10ª ed., São Paulo, v. 2, Atual, 2013.

IEZZI, G.. Fundamentos de matemática elementar: trigonometria. 9ª ed., São Paulo, v. 3, Atual, 2013.

HAZZAN, S; IEZZI, G.. Fundamentos de matemática elementar: sequências, matrizes, determinantes e sistemas . 9ª ed., São Paulo, v. 4, Atual, 2013.

IEZZI, G.. Fundamentos de matemática elementar: complexos, polinômios, equações. 9ª ed., São Paulo, v. 6, Atual, 2013.

IEZZI, G.. Fundamentos de matemática elementar: geometria analítica. 9ª ed., São Paulo, v. 7, Atual, 2013.

DOLCE, O.; POMPEO, J. N.. Fundamentos de matemática elementar geometria plana. 7ª ed., São Paulo, v. 09, Atual, 2013

DOLCE, O.; POMPEO, J. N.. Fundamentos de matemática elementar: geometria espacial, posição e métrica. 7ª ed., São Paulo, v. 10, Atual, 2013.

HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: combinatória, probabilidade. 8ª ed., São Paulo, v. 5, Atual, 2013.

DEGENSZAJN, D., HAZZAN, S., IEZZI, G.. Fundamentos de Matemática Elementar: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. 2ª ed. São Paulo, v. 11, 2013..

MORGADO, A. C. O. et al. Análise Combinatória e Probabilidade. 10. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2016.

MORGADO, A. C.; CÉSAR, B. Raciocínio Lógico-Quantitativo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Geometria Analítica. 2 ed. São Paulo: Editora Pearson, 2011

STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Álgebra Linear. 2 ed. São Paulo: Editora Pearson, 2011

GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo. Vol. 1, ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.

STEWART, J. Cálculo. Volumes 1 e 2. 7 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

THOMAS, G.: Cálculo – Vol. 1 e 2, 10ª edição. Editora Addison Wesley, 2003.

Pedagogia

1. Fundamentos da educação; pedagogia histórico-crítica; educação no campo – conceitos; especificidades da educação popular amazônica; educação profissional e tecnológica; educação socioambiental e a bioética. 2. Minorias sociais e a necessidade de se (re)pensar a formação de professores; epistemologias dissidentes. 3. Educação indígena; docência e interculturalidade; desafios e especificidades. 4. Educação quilombola; docência e interculturalidade; desafios e especificidades. 5. Educação de Jovens e Adultos; desafios e especificidades. 6. Políticas educacionais de ações afirmativas raciais. 7. Inclusão, acessibilidade e políticas educacionais. 8. Educação em contexto ribeirinho. 9. Alfabetização e Letramento. 10. Tecnologias digitais. 11. Didática; planejamento; abordagens e metodologias de ensino; avaliação; saberes e práticas docentes; currículo e saberes escolares. 12. Política de formação de professores; profissão, trabalho e identidade docente. 13. Pesquisa em educação; a importância da pesquisa narrativa e da pesquisa-ação. 14. Fundamentos legais da educação brasileira e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e organização dos níveis de ensino; Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Diretrizes Gerais da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica; Plano Nacional de Educação 2014; Documentos normativos nacionais e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Projeto Político Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

ASPIS, Renata Lima. Epistemologias dissidentes. Revista Fermentario, v. 16, n. 1, p. 42–51, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/7a3825ae-9f73-4baa-b152-bc1cdebbc9be/content> .

BASSO; Jaqueline Daniela; NETO, José Leite dos Santos; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Orgs). Pedagogia histórico-crítica e educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais. São Carlos: Pedro & João Editores e Navegando, 2016. 305p. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-gepec/pedagogia-historico-critica-e-educacao-no-campo.pdf> .

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm .

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm .

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amaxonas (IFAM). Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/normativos/educacao-profissional> .

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amaxonas (IFAM). Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes Gerais. Brasília: Setec/MEC, 2024. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/normativos/educacao-profissional> .

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amaxonas (IFAM). Projeto Político Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amaxonas (IFAM). Manaus: IFAM, 2019. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/normativos> .

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amaxonas (IFAM). Resolução Nº. 94 – CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Aprova as alterações e inclusões no Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme previsto no art. 220 da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/normativos/educacao-profissional> .

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm .

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm .

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm .

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm .

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em debate. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6695-dcn-paraeducacao-profissional-debate&Itemid=30192 .

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf .

BRASIL. Ministério da Educação. Histórico da EPT. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept> .

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura,

cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192 .

CALDART Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo:

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf> .

CANDAUI, Vera Maria. A didática hoje: uma agenda de trabalho In: CANDAUI, Vera Maria. Didática, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/rhVYnBdPg48sVMs3rYpyFjp/?format=pdf&lang=pt> .

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: _____ (org.). Múltiplos olhares sobre currículo e saberes escolares. 2ed. Rio de Janeiro: DP, 2022, p.

149-160. Disponível em: <https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-1996-Escola-espaco-socio-cultural.pdf> .

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Pesquisas de história de vida na formação docente: vantagens, dilemas, paradoxos e tensões. In: Vera Lúcia Ferreira Alves de Brito. (Org.).

Professores: Identidade, profissionalização e formação. 1ed. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2009, v. 1, p. 241-252. Disponível em:

https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/anelxo/a_pesquisa_na_formacao_e_no_trabalho_docente_julio_emilio_diniz-pereira_1.pdf .

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Ações Afirmativas e posicionalidades:: de quem é essa luta?. Pós – Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências

Sociais, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 22–29, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/46196> .

FORTUNATO, Ivan. Formação permanente de professores: experiências iberoamericanas / Francisco Imbernon; Alexandre Shigunov Neto; Ivan Fortunato; (org.). –

São Paulo: Edições Hipótese, 2019. 554p. Disponível em: [https://teoriadaaprendizagemdesenvolvimental.com/wp-content/uploads/2023/03/2019-O-MOVIMENTO-DO-](https://teoriadaaprendizagemdesenvolvimental.com/wp-content/uploads/2023/03/2019-O-MOVIMENTO-DO-PENSAMENTO-CONCEITUAL-DE.pdf)

[PENSAMENTO-CONCEITUAL-DE.pdf](https://teoriadaaprendizagemdesenvolvimental.com/wp-content/uploads/2023/03/2019-O-MOVIMENTO-DO-PENSAMENTO-CONCEITUAL-DE.pdf) .

KENSKI, Vani. Novas tecnologias: O redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. Trabalho apresentado na XX Reunião Anual da

ANPEd, Caxambu. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, vol. 01, n. 01, p. 13-40, ago./dez, 1997. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781998000200006 .

LIBÂNIO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, M. J. N. P.; LARANJEIRA, M. A.; SILVA, J. F. da; SOUZA, R. de O.; CARVALHO, M. L. de; COSTA, K. M. G.; SANTOS, M. R. S. dos; SANTOS JUNIOR, P. M. dos;

LEONES, M. B. de A. Um estudo sobre a implementação de políticas para a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola de ensino regular. Revista Foco, [S. l.], v. 18, n. 3, p. e7951, 2025. Disponível em:

<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7951> .

MIRANDA, S. A.. Sabres Emergentes: a pesquisa com professoras indígenas. Trabalho & Educação (UFMG), v. 25, p. 267-280, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9484/6776> .

MIRANDA, SHIRLEY APARECIDA DE. Quilombos e Educação: identidades em disputa. Educar em Revista, v. 34, p. 193-207, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/cQtxQ4L65n8K3wMYPZnnPWb/?lang=pt> .

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: E.P.U., 1992. (Temas básicos de educação e ensino)

MOTA NETO, João Colares da. Educação popular na Pan-Amazônia: silêncios e lutas, história e atualidade. Conjectura: filos. e Educ., Caxias do Sul, v. 27, e0220060, 2022. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-46122022000100305&lng=pt&nrm=iso .

PACHECO, Eliezer (Org.). Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf .

PADUA, K. C.. A interculturalidade em narrativas de professores/as indígenas: um estudo na aldeia Muã Mimatxi. Revista Cocar, v. 12, p. 34-59, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1718> .

PEREIRA, Laura Belém; SIMAS, Hellen Cristina Picanço. A Educação Escolar Quilombola na Amazônia. e-Curriculum, São Paulo , v. 22, e54663, 2024. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762024000100215&lng=pt&nrm=iso .

POMBO, V. B. ; Jungues, J.R. ; FLOR DO NASCIMENTO, wanderson. Epistemologia ambiental do Ecologismo Popular e suas consequências para uma bioética ambiental. Revista Redbioetica/UNESCO, v. 1, p. 140-150, 2015. Disponível em: <https://www.redbioetica.com.ar/wp-content/uploads/2018/11/BeckPomboetal.pdf> .

SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica primeiras aproximações. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; AMAZONAS-PASSOS, Mirlândia Regina (Orgs). Políticas afirmativas raciais e procedimentos de heteroidentificação: coletânea de leis, resoluções e portarias (E-book). Manaus: Edifam, 2023. 125 p. Disponível em: <https://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/normativos> .

SILVA, R. S. ; SOUZA, C. D. ; SILVA, J. F. . Análise político pedagógica sobre a educação de jovens e adultos Integrada à formação profissional e tecnológica no IFAM - campus Eirunepé. IGAPÓ – Revista de Educação Ciência e Tecnologia do IFAM, v. 17, p. 9-39, 2023. Disponível em: <https://igapo.ifam.edu.br/index.php/igapo/article/view/324> .

SOARES, Magda. Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020. 352 p.

SOUZA, R. D. ; BATISTA, E. R. M. ; SILVA, J. F. . Explorando o Contexto Amazônico como Recurso para a Alfabetização Científica de Ribeirinhos: Desafios e Oportunidades. Revista Cocar, v. 21, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8500> .

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas seqüências em relação à formação para o magistério: Revista Brasileira de Educação, n. 13, jan./fev./mar./abril 2000, p. 5-24. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n13/n13a02.pdf> .

THIOLLENT, M. J. M.; COLETTE, M. M. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 36, n. 2, p. 207-216, 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f65b/17efa9c0b9423d1a0e7bd4e8154ffbe36d22.pdf> .

Química

Estados de agregação da matéria, mudanças de fase e propriedades dos materiais; Estrutura atômica; Ligações Químicas: Modelos, Estruturas de Lewis, Teoria da Ligação de Valência, Teoria dos Orbitais Moleculares aplicada a moléculas diatômicas, Interações intermoleculares; Periodicidade química; Funções Inorgânicas: nomenclatura, propriedades, reações e aplicações; Teorias Ácido-Base de Arrhenius, Bronsted-Lowry e Lewis: definições, propriedades e reações; Reações inorgânicas e balanceamento de reações; Cálculos Químicos e estequiométricos. Termodinâmica: gases ideais; misturas gasosas; leis da termodinâmica; ciclo de Carnot; cálculo da variação de entalpia de uma reação; diagramas de fases. Soluções e propriedades coligativas; Eletroquímica: potencial de óxido-redução; pilhas; eletrólise;

equação de Nerst. Cinética química: velocidade das reações químicas; cinética de primeira e segunda ordem. Equilíbrio químico: constituição e perturbação do sistema em equilíbrio; cálculo do pH de soluções; equilíbrio de solubilidade; soluções tampão. Análise química: gravimétrica; volumétrica, potenciométrica e instrumental (espectroscópico). Representação estrutural de moléculas orgânicas; Acidez, basicidade e pKa; Alcanos, alcenos e alcinos: estrutura, propriedades e reações; Aromaticidade e Ressonância; Análises conformacionais; Isomeria plana e estereoquímica; Reatividade de compostos orgânicos e mecanismos de reação; Reações de substituição, eliminação, adição e radicalar; Funções orgânicas oxigenadas e nitrogenadas: estrutura, propriedades, nomenclatura e reações; Conceitos de espectroscopia de RMN e Infravermelho e espectrometria de massas; Biomoléculas (proteínas, lipídeos e carboidratos) - Conceitos, propriedades, reações e aplicações; Polímeros - Conceitos, propriedades, reações e aplicações; Química Verde e Biocombustíveis.

Atkins, P.W., Paula, J. Físico-Química. Vol. 1, 2 e 3, 9. Ed., Rio de Janeiro: LTC, 2012.

Atkins, P. W.; Jones, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente. 7. Ed., Porto Alegre: Bookman, 2018.

Baccan, N.; Andrade, J. C.; Godinho, O. E. S.; Barone, J. S. Química Analítica Quantitativa Elementar. 3. Ed., São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

Barbosa, L.C.A. Introdução à Química Orgânica. 2. Ed., São Paulo: Pearson, 2010.

Brown, T. L.; Lemay, H. E.; Bursten, B. E.; Burdge, J. R. Química: a ciência central. 13. Ed., São Paulo: Prentice-Hall, 2016.

Bruice, P. Y. Fundamentos de Química Orgânica. 2. Ed. São Paulo: Pearson, 2014.

Castellan, G.W. Físico-Química. 1. Ed., Rio de Janeiro: LTC, 1986.

Clayden, J.; Greeves, N.; Warren, S.; Wothers, P. Organic Chemistry. Oxford University Press, 2001.

Feltre, R. Química. Vol. 3, 6. Ed., São Paulo: Moderna, 2004.

Harris, D.C. Análise Química Quantitativa, 8. Ed.; Rio de Janeiro: LTC, 2012

Klein, D. Química Orgânica, Vol.1 e 2, 2. Ed; Rio de Janeiro: LTC, 2016.

Lee, J. D. Química Inorgânica não tão concisa. 1. Ed., São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

March, J.; Smith, M. B. March's advanced organic chemistry reactions, mechanisms, and structure. 6. Ed. Wiley-interscience. 2007.

Mcmurry, J. Química Orgânica: Combo. 7. Ed., São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.

Russel, J. B. Química Geral. Vol. 1 e 2, 2. Ed., São Paulo: McGraw-Hill, 1994.

Shriver, D. F.; Atkins, P. W.; Overton, T. L.; Rourke, J. P.; Weller, M. T.; Armstrong, F. A. Química Inorgânica. 4. Ed., Porto Alegre: Bookman, 2008.

Housecroft, C. E.; Sharpe, A. G. Química Inorgânica. Vol. 1 e 2, 4ª Edição, Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Skoog, Douglas A Et Al. Fundamentos de química analítica. São Paulo: Cengage, 2006.

Solomons, T. W. G.; Fryhle, C. B. Química Orgânica. Vol.1 e 2, 10. Ed., Rio de Janeiro: LTC, 2012.

Sociologia

1. Teorias Sociológicas clássicas; 2. Teorias Sociológicas contemporâneas (séculos XX e XXI); 3. Intérpretes do Brasil: Sociologia Brasileira clássica e contemporânea; 4. Sociologia da Educação; 5. Cultura, identidade e grupos sociais.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2023.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2013.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Contracorrente, 2025.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52. ed. São Paulo: Global, 2006.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2019.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2008.

PATTO, Maria Helena de Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: 2022.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 45. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870–1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. Ensaios de sociologia. 45. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

Administração

1. Evolução do pensamento administrativo; teoria geral da administração; conceitos de administração; funções administrativas; teoria das organizações e organizações; e planejamento. 2. Gestão de recursos humanos; recrutamento e seleção de pessoal; qualidade de vida no trabalho; desenvolvimento organizacional; clima e cultura organizacional; comunicação; teorias de liderança; mudança organizacional e administração do estresse. 3. Marketing: Conceitos e tarefas da administração do marketing; Captura de oportunidades do marketing; conexão com clientes, desenvolvimento de marcas, desenvolvimento das ofertas ao mercado, entrega de valor e comunicação do valor. 4. Administração Financeira: O papel e o ambiente da administração financeira, Demonstrações financeiras e sua análise, Técnicas de orçamento de capital. 5. Administração da produção e operações: Conceitos, objetivos, papéis e estratégias da produção; projeto, planejamento, controle e melhoramento da produção. 6. Administração Pública: Conceitos e Princípios Fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação e Controle; Formas de Administração Pública: Patrimonial, burocrática e gerencial; Propósitos da desburocratização; atividades meio e atividades fim.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública. 2 a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3 a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7 a .ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GITMAN, LAWRENCE Princípios de Administração financeira. 12 a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Kotler, Philip; Keller, Lane Kevin. Administração de marketing. 12 a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

SLACK, Nigel; CHAMBERS Stuart, JOHNSTON Robert. Administração da Produção. 3 a ed São Paulo: Atlas, 2009.

Agroecologia

1. Fundamentos da Agroecologia: ecossistemas naturais e agroecossistemas; bases científicas da agroecologia; evolução dos sistemas agrícolas; modelos alternativos de agricultura; agriculturas de base ecológica (agricultura orgânica, agricultura ecológica, permacultura, agricultura biodinâmica, agricultura natural, agricultura regenerativa). 2.Solo, Ciclagem de Nutrientes e Fertilidade: ciclos biogeoquímicos; reciclagem de nutrientes nos agroecossistemas; dinâmica dos nutrientes, da água e da energia; consequências do uso de adubos solúveis; práticas agrícolas e perda da fertilidade; manejo ecológico do solo; matéria orgânica e húmus; fertilização orgânica; alternativas à adubação mineral solúvel; adubos de baixa solubilidade; adubação verde; compostagem; fixação biológica de nitrogênio; micorrizas; importância das minhocas; teoria da trofobiose. 3.Sementes, Biodiversidade e Erosão Genética: vulnerabilidade genética das cultivares; sementes selecionadas; germoplasma; erosão genética; industrialização das sementes. 4.Agrotóxicos, Impactos e Sanidade Agroecológica: efeitos adversos dos agrotóxicos; impactos nos sistemas naturais; manejo ecológico e integrado de espécies daninhas, pragas e patógenos; alelopatia; repelência; atração; variedades resistentes; controle biológico.5. Estratégias de Diversificação e Conservação do Solo: diversificação de cultivos; consorciação; rotação de culturas; cultivo em faixas; cordões de contorno; cultivo mínimo; plantio direto; coberturas vivas e mortas.6. Sistemas Agroflorestais e Agrossilvicultura: conceitos de agrossilvicultura tropical; sistemas agroflorestais (SAFs); SAFs no contexto amazônico.7. Manejo Ecológico de Pastagens e Animais: manejo ecológico de pastagens; manejo ecológico de animais. 8.Sistema Normativo, Certificação e Sustentabilidade: legislação da produção orgânica; certificação participativa e de auditoria; sistemas autossustentáveis.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a base científica da agricultura sustentável. 3ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, M. Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120p.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R.L. Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. EMBRAPA, 2005. 517p.

BRADY, N. C.; WEIL, R.R. Elementos da natureza e propriedades dos solos. 3ª edição. Rio de Janeiro. Editora Bookman Companhia Editora LTDA. 2013, 716p.

CHABOUSSOU, F. Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos. 1 a ed: Expressão Popular. 2006. 320p.

COSTA, L. M., CARMO, T. T. M. DO, ARAGÃO, D. V. DE, & KATO, O. R. (2025). Estrutura de florestas secundárias nos sistemas de manejo com e sem queima em Igarapéçu, nordeste paraense. Revista Brasileira De Agroecologia, 20(2), 219–240. <https://doi.org/10.33240/rba.v20i2.56977>

DE JESUS MILÉO, L., & FREITAS, H. R. (2025). Estratégias de manejo da água na agricultura familiar da Amazônia: uma revisão sistemática. Revista Brasileira De Agroecologia, 20(4), 646–667. <https://doi.org/10.33240/rba.v20i4.57583> .

DUARTE, Adair; MARANHO, Álisson Sobrinho; BURLAMAQUI, Flávia; LOPES, Maria Aparecida; TESSINARI, Eliz. Elaboração, organização e revisão. Em: Sistemas Agroflorestais / SOS Amazônia. Rio Branco: SOS Amazônia, 2016.

FRAXE, T. J.P.; CASTRO, A. P.; SANTIAGO, J.L. Agroecologia em Sociedades Amazônicas. 393 p. 2025.

FUKUOKA, M. Agricultura Natural. São Paulo: Nobel, 1995. 300 p.

FUKUOKA, M. Agricultura Natural. São Paulo: Nobel. 1995. 300p.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005

GLIESSMAN, S. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 658 p.

GOMES, J.C.C.; Assis, W.S. editores técnicos - Agroecologia: princípios e reflexões conceituais /, Brasília, DF : Embrapa, 2013. 245 p. : il. (Coleção Transição Agroecológica 1).

NOVAIS, R. F.; ALVAREZV, V. H.; BARROS, N. F.; FONTES, R. L. F.; CANTARUTTI, R. B.; NEVES, J. C. L. Fertilidade do solo. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007. 1017p.

PENTEADO, S.R. (Ed). Adubação na agricultura ecológica: cálculo e recomendação numa abordagem simplificada. Campinas: Via orgânica, 2007. 168p.

PENTEADO, S.R. (Ed). Adubos verdes e produção de biomassa: melhoria e recuperação dos solos. Campinas: Via Orgânica, 2007. 170p.

PENTEADO, S.R. (Ed). Manual prático de agricultura orgânica. 2.ed. Campinas: Via orgânica, 2007. 209p.

PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: A agricultura em regiões tropicais. 1º. ed. Editora Nobel, 2017.

SANTOS, G.A.; SILVA, L.S., CANELLAS, L.P., CAMARGO, F.A.O. Fundamentos da Matéria Orgânica do Solo: ecossistemas tropicais e subtropicais. 2ªED. Porto Alegre: Metrópole. 654.2008

SCHWERZ, F.; CARON, B.O; ELLI, E.F. Org. Sistemas agroflorestais: resultados, aplicações e desafios / organizadores:– Lavras : UFLA, 2022. 101 p.

SCOTTO, G. et al. Desenvolvimento sustentável. Vozes, 2007. 107p.

VENZON, M.; PAULA JÚNIOR, T.J.; PALLINI, A. Controle alternativo de pragas e doenças na agricultura orgânica. Viçosa: UFV/EPAMIG, 2010. 232p.

Agronomia

1. Fruticultura e agrofloresta na Amazônia; 2. Conservação de solo e água; 3. Fertilidade e nutrição de plantas; 4. Irrigação; 5. Botânica e Fisiologia Vegetal e bioquímica; 6. Grandes culturas anuais e perenes (Açaí, Banana, Cacau, Camu-camu, Café, Guaraná, Laranja, Mandioca, Milho e Soja); 7. Acarologia agrícola; 8. Manejo Integrado de Pragas Agrícolas; 9. Manejo de doenças das plantas cultivadas da Amazônia (Açaí, Banana, Cacau, Café, Guaraná, Laranja, Mandioca, Milho e Soja); 10. Manejo e controle de plantas daninhas; 11. Receituário agrônomo.

AGRIOS, G.N. Plant pathology./ George Agrios. — 15. ed. Editora: Elsevier, ISBN- San Diego: Elsevier Academic Press Publications, 2004. 635 p. ISBN 0-12-044565-4.

ALVES, S.B. (Ed.). Controle microbiano de insetos. 2. ed. rev. e atual. Piracicaba, SP: FEALQ, 1998. 1163 p. ISBN 85-7133-041-7.

AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIM FILHO, A.; CAMARGO, L.E.A. (eds.) 2016. Manual de Fitopatologia, Editora Ceres, São Paulo, Vol. 2. 820 p. ISBN: 978-85-31800-53-5

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMICOS DE SÃO PAULO. Uso adequado de defensivos agrícolas e receituário agrônomo. Jaboticabal: [s.n.], 1980. 149 p.

Associação Nacional de Defesa Vegetal. Manuais de aplicação e proteção do aplicador. Em: www.andef.com.br/manuais.

AMORIM, L.; BERGAMIM FILHO, A.; REZENDE, J.A. M. (eds.) 2018. Manual de Fitopatologia, Editora: Agronômica Ceres, ISBN: 9788531800566, São Paulo, Vol. 1. 573 p.

ATROCH, A. L.; NASCIMENTO FILHO, F. J. do. Cultivar BRS Noçoquém: principais características e recomendações básicas para plantio no Amazonas. Folhetos, Embrapa Amazônia Ocidental, 2021. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1135599/1/ComTec154.pdf> Acessado em 30 de novembro de 2025.

BENTES, J.L.S.; PEREIRA, J.C.R (eds.) 2014. Doenças de espécies florestais arbóreas nativas e exóticas na Amazônia / Luadir Gasparotto, Jânia Lília da Silva Bentes, José Clério Rezende Pereira, editores técnicos. - Brasília, DF: Embrapa, 2014. 209 p.

BERNARDO, S.; MANTOVANI, E.C.; SILVA, D.D. da; SOARES, A.A. 2019. Manual de irrigação. 9. ed., Viçosa, MG: Ed. UFV, 2019. 545 p. ISBN 9788572696104

BETTIOL, W.; MELO, I.S. de; TERAPO, D. et. al. (2024). CONTROLE BIOLÓGICO DE DOENÇAS DE PLANTAS. cap. 17. part. 3. Morandi, M. A. B.; Packer, A. P.; Mendes, R.; Tanure, J. P. M.; Andrade, C. A. de; Menezes, C. (eds). Agricultura & meio ambiente: a busca pela sustentabilidade. Brasília, DF: Embrapa, 2024. 1010 p.

BRAGA SOBRINHO, R.; CARDOSO, J. E.; FREIRE, F. das C. O. Pragas de fruteiras tropicais de importância agroindustrial. Brasília, DF: Embrapa-SPI; Fortaleza: Embrapa-CNPAT, 1998. 209 p. ISBN: 85-7383-032-8

CAMPOS, V.P. 1999. Manejo de doenças causadas por fitonematóides. Editora UFLA – FAEPE, Lavras MG, 106 p.

CATARINA S. CARVALHO; RAQUEL MOURA MACHADO.; MARISTERRA R. LEMES.; DOMINGOS CARDOSO. Ecological Niche Modeling Predicts Alarming Impacts of Global Climate Change on Economically Important Neotropical Trees. *Ecology and Evolution*, 2025; 15:e72105. <https://doi.org/10.1002/ece3.72105> Acesso em 28/11/2025 por <https://www.gov.br/inpa/pt-br/assuntos/noticias/2025/pesquisa-do-inpa-revela-que-mudancas-climaticas-ameacam-especies-amazonicas-de-alto-valor-economico-e-cultural>

DELLA LUCIA, T.M.C. Formigas-cortadeiras: da bioecologia ao manejo. Viçosa: Editora UFV. 2011. 421 p. ISBN: 9788572694308

DEUBER, R. Ciência das plantas daninhas: Fundamentos. Jaboticabal: FUNEP, 2002. 932p.

DIAS-ARIEIRA, CLAUDIA REGINA.; ARAÚJO, FERNANDO GODINHO DE.; MACHADO, ANDRESSA CRISTINA ZAMBONI. 2023. Manejo de nematóides em grandes culturas. Editora NPCT, 1ª Edição, 252 p.il. ISBN: 9786598049003

EMBRAPA AMAPÁ. Notificação de Nova Doença - 'Vassoura de Bruxa' da mandioca causada por *Ceratobasidium theobromae* (*Rhizoctonia theobromae*) no Brasil. Nota técnica n.10729769, 2024. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.embrapa.br/documents/1354337/83055060/NT_PDF_21157.001205_2024_84+doen%C3%A7a+da+mandioca.pdf/f3e70a88-7544-6302-daac-617bb5c8dc38. Acesso em: 30 nov. 2025.

FRONZA, DINIZ; HAMANN, JONAS JANNER. Frutíferas de clima tropical e subtropical. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil, 2015.

FURTINI NETO, A.E.; VALE, F.R.; RESENDE, A.V.; GUILHERME, L.R.G.; GUEDES, G.A.A. Fertilidade do solo. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 252p.

GALLO, D.; NAKANO, O.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R.P.L.; BAPTISTA, G.C.; BERTI FILHO, E.; PARRA, J.R.P.; ZUCCHI, R.A.; ALVES, S.B.; VENDRAMIM, J.D.; MARCHINI, L.C; LOPES, J.R.S.; OMOTO, C. 2002. Entomologia Agrícola. Piracicaba, Fealq, 920p.

GASPAROTTO, L.; BENTES, J.L. da S.; ARRUDA, M.R. de. Doenças do guaranazeiro. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2020. 23 p. (Embrapa Amazônia Ocidental. Circular técnica, 78). Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/221947/1/CircTec78.pdf>. Acesso em: 30 novembro 2025.

GENTIL, D.F. DE O.; VASCONCELOS, G. J. N. DE.; ASSIS, L. A. G. DE.; NETTO, R. A. C.; HANADA, R. E.; FIGUEIREDO, J. N. R. 2023. Guia fitossanitário de hortaliças cultivadas no Amazonas / - Manaus: Editora INPA, 145 p. : il. color. https://www.researchgate.net/publication/373258178_Guia_fitossanitario_de_hortalicas_cultivadas_no_Amazonas

GRAZIANO NETO, Francisco. Uso de agrotóxicos e receituário agrônomo. São Paulo: Agroedições, 1982. 194 p.

GUERRA, Milton de Souza. Receituário agrônomo. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 436 p.

GULLAN, P.J.; CRANSTON, P.S. Os insetos: um resumo de entomologia. 4. ed. São Paulo, SP: Roca, 2012. xiv, 480 p. ISBN 9788572889896

INFORME AGROPECUÁRIO. Pragas em cultivos protegidos e o controle biológico. Belo Horizonte: Epamig, v.26, n.225, 2005.

INFORME AGROPECUÁRIO. Bioinsumos: das biofábricas à produção nas propriedades rurais. Belo Horizonte: Epamig, v.44, n.322, 2023.

JUDD, Walter S. et al. Sistemática vegetal: um enfoque filogenético. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009. xvi, 612 p. ISBN 9788536317557.

KISSMAN, K.G. Plantas nocivas e infestantes. São Paulo, BASF. Volumes: 1, 2 e 3. 2000.

LARINI, Lourival. Toxicologia dos inseticidas. São Paulo: Sarvier, 1979. 172 p.

LARINI, Lourival. Toxicologia dos praguicidas. 1. ed. Barueri: Manole, 1999. 230 p. ISBN 978-8520409428.

LEITE, L.A.R.; CASAGRANDE, M.M.; MIELKE, O.H.H. Morfologia, comportamento, parasitismo e mecanismos de defesa dos imaturos de *Heraclides anchisiades capys* (Hübner) (Lepidoptera, Papilionidae). *Revista Brasileira de Entomologia*, v.54, n.2, p.277–287, 2010.

LIMA, A. F. 2022. *Receituário agrônomo; aspectos gerais e exercícios* / Aurino Florêncio Lima, Elen de Lima Aguiar Menezes – Rio de Janeiro: Livro Lindo Editor, 250 p.il.

LORENZI, H. *Manual de identificação e controle de plantas daninhas*. 6.ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2006. 179 p.

MALAVOLTA, E. *Manual de química agrícola: nutrição de plantas e fertilidade do solo*. São Paulo: Agronômica Ceres, 1976. 528 p.

MALAVOLTA, E. *Nutrição mineral e adubação de plantas cultivadas*. São Paulo, SP: Pioneira, 1974. 727 p.

MALAVOLTA, E. *Manual de nutrição mineral de plantas*. São Paulo: Ceres, 2006. 631 p.

MARICONI, F.A.M. 1977. *Insetos daninhos às plantas cultivadas*. São Paulo, Ed. Nobel, 123 p.

MARICONI, F.A.M. 1977. *Inseticidas e seu emprego no combate às pragas*. 3a. edição, Piracicaba, Ed. Nobel, 305 p.

MENEZES, M.; OLIVEIRA, S.M.A. 1993. *Fungos fitopatogênicos*. UFRPE, Imprensa Universitária, Recife PE, 277 p.

MONQUERO, P.A. *Manejo de Plantas Daninhas nas Culturas Agrícolas*. São Carlos: Rima Editora, 2014. 306p. ISBN 978-85-7656-302-0

Ministério da Agricultura - Sistema AGROFIT. Em: agrofit.agricultura.gov.br/agrofit_cons/principal_agrofit_cons.

MORAES, G.; FLECHTMANN, C.H.W. *Manual de Acarologia: Acarologia Básica e Ácaros de Plantas Cultivadas no Brasil*. Ribeirão Preto: Holos Editora. 2008. 308 p.

NAKANO, O.; SILVEIRA NETO, S.; ZUCCHI, R.A. 1981. *Entomologia Econômica*. Piracicaba, Esalq-USP, 314 p.

NASCIMENTO, W.M.O.; CARVALHO, J.E.U. *A cultura do camu-camu* / Embrapa Amazônia Oriental. – Brasília, DF: Embrapa, 2012. 81 p.: il. (Coleção Plantar, 71). ISBN 978-85-7035-166-1

NELSON, D.L.; COX, M.M. *Princípios de bioquímica de Lehninger*. 7. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2019. xxxiv, 1278 p. ISBN 9788582715338

NOVAIS, R.F.; V. ALVAREZ, V.H.; BARROS, N.F.; FONTES, R.L.F.; CANTARUTTI, R.B.; NEVES, J.C.L. (Eds.). *Fertilidade do solo*. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007. 1017 p.

OLIVEIRA JR, R.S. de; CONSTANTIN, J.(ed.). *Plantas daninhas e seu manejo*. Guaíba: Agropecuária, 2001. 362 p.

OLIVEIRA JR, R.S. de; CONSTANTIN, J.; INOUE, M.H. (ed.). *Biologia e manejo de plantas daninhas*. Curitiba, PR: Omnipax, 2011. 348 p. ISBN 9788564619029.

OLIVEIRA JR., R.S. de; CONSTANTIN, J.; HERNANDES, A.I.F.M.; INOUE, M.H., MARCHIORI JR., O; RAMIRES, A.C. *Manejo químico de plantas daninhas em área de plantio direto de mandioca*. *Revista Brasileira de Herbicidas*. v.2, n.3, p. 99-106, 2001. DOI: 10.7824/rbh.v2i3.357

PARRA, J.R.P. et al. *Controle biológico no Brasil: parasitóides e predadores*. São Paulo: Manole, 2002. 609 p. ISBN 8520415547.

PENTEADO, S.R. *Enxertia e Poda de Fruteiras*. (2010). Editora: Via Orgânica, 192 p.il. ISBN: 9788561348021. 2010).

RAVEN, P.H.; EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. *Biologia vegetal*. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2014. 856 p. ISBN 9788527723626

RIBEIRO, A.C.; GUIMARÃES, P.T.G.; ALVAREZ V., V.H. (Eds.). Viçosa: CFSEMG, 1999, 359p. (14565) RAIJ, B.Van. *Fertilidade do solo e adubação*. Piracicaba-SP: Agronômica Ceres, 1991. 343 p.

RIBEIRO, G.D.; COSTA, J.N.M.; VIEIRA, A.H.; SANTOS, M.R.R.A. dos. *Enxertia em fruteiras*. EMBRAPA. *Recomendações técnicas* 92. Porto Velho RO, 2005.

RODRIGUES, R.N.; ALMEIDA, F.S. *Guia de herbicidas*. 5. ed. Londrina: Ed. dos Autores, 2005.

ROMAN, E.S.; VARGAS, L. *Manual de manejo e controle de plantas daninhas*. Embrapa Uva e Vinho, Brasília DF, 2004. 652p. ISBN 9788589921022

ROMAN, Erivelton et al. Como funcionam os herbicidas: da biologia a aplicação. Passo Fundo: Berthier, 2007. 160 p. ISBN 9788589873512

ROMEIRO, R.S. 1995. Bactérias fitopatogênicas. Editora UFV, Viçosa MG, 283 p.

ROMEIRO, R.S. Controle biológico de doenças de plantas: fundamentos. Viçosa: UFV, 2007. 269p.

ROSS, Herbert H. Introduccion a la entomologia general y aplicada. Barcelona: [s.n.], 1973. 536 p.

SANTOS, F.; BORÉM, A. Cana-de-açúcar: do plantio à colheita. Viçosa, MG: Editora UFV, 2016. 290 p. 978-85-914438-0-2

SILVA, Celia Maria Maganhoto de Souza; FAY, Elisabeth Francisconi (Ed.). Agrotóxicos e ambiente. Brasília: Embrapa Informação, 2004. 400 p. ISBN 9788573832747.

TAIZ, Lincoln; ZEIGER, Eduardo. Fisiologia vegetal. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2013. xxxiv, 918 p. ISBN 9788536327952

TRIPLEHORN, C.A.; JOHNSON, N.F. Estudo dos insetos. 2. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2015. x, 761 p. ISBN 9788522120802

Vernalha, M.M. et al. 1977. Toxicologia dos inseticidas. Paraná, UFPR, v.5, 86 p.

VIDAL, R.A. Herbicidas: mecanismo de ação e resistência de plantas. Porto Alegre: Pallotti. 1997. 165 p.

VILELA, E.F.; DELLA LUCIA, T.M.C. Feromônios de insetos: biologia, química e emprego no manejo de pragas. Viçosa, Ed. UFV, 1987. 155p.

XAVIER, A.J.D.; SILVA, L.R. 2021. Manual de identificação de doenças em soja e erros de diagnose. Editora Metrics, 2ª Edição, 142 p. il, ISBN: 9786589700845

YAMAGUCHI, K.K.L.; NUNES, R.C.; YAMAGUCHI, H.K.L. VEIGA JUNIOR, V.F. Açai amazônico. Propriedades, características e boas práticas de manipulação. / [E-book].— São Leopoldo: Oikos, 36 p.: il.; ISBN 978-65-5974-093-2. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://oikoseditora.com.br/files/A%C3%A7a%C3%AD%20amaz%C3%B4nico%20-%20E-book.pdf

ZAMBOLIM, L. O que Engenheiros-Agrônomos devem saber para orientar corretamente o uso de produtos fitossanitários. 2019. 5ª Edição: Editora UFV, ISBN: 9788560027415, p. 653

ZÁRATE-CHAVES, C.A.; GÓMEZ DE LA CRUZ, D.; VERDIER, V.; LÓPEZ, C.E.; BERNAL, A., SZUREK, B. Cassava diseases caused by *Xanthomonas phaseoli* pv. *manihotis* and *Xanthomonas cassavae*. *Molecular Plant Pathology*, v.22, p.1520–1537, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1111/mpp.13094>

Contabilidade

1. Contabilidade Societária; conceito, aplicação e evolução da contabilidade; regimes contábeis; plano de contas; escrituração; objetivo do relatório financeiro para fins gerais; características qualitativas de informações financeiras úteis; demonstrações contábeis e a entidade que as reporta; elementos das demonstrações contábeis; estrutura e conteúdo das demonstrações contábeis. 2. Análise das Demonstrações Contábeis; análise econômico-financeira: análise vertical e horizontal; análise por índices e coeficientes: de liquidez, de endividamento, de rentabilidade, de atividade, prazos médios e de solvência; alavancagem. 3. Contabilidade de Custos; a contabilidade de custos, a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial; classificações e nomenclaturas de custos; sistemas de custeio; departamentalização; critérios de rateio dos custos indiretos; custeio baseado em atividades; custos indiretos de produção; margem de contribuição; fixação do preço de venda; relação custo/volume/lucro. 4. Matemática Financeira; conceitos básicos de matemática financeira: juros, capital e taxa de juros, risco e custo de oportunidade; capitalização simples e equivalência de taxas; capitalização composta e equivalência de taxas; desconto de títulos: simples e compostos; fluxos de caixa; amortização de empréstimos: sistemas de amortização constante, francês e misto. 5. Administração Financeira; decisões de investimentos e orçamento de capital; administração de capital de giro; administração de disponibilidades, de valores a receber e de estoques; financiamento a longo prazo. 6. Planejamento Tributário; principais funções e atividades da contabilidade tributária; tributação das pessoas jurídicas: imposto sobre serviços, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, imposto sobre

produtos industrializados, imposto de renda das pessoas jurídicas, contribuição social sobre o lucro, contribuição para o financiamento da seguridade social e contribuição para o pis/pasep; simples nacional, lucro presumido, lucro real; planejamento tributário: conceitos, objetivo e classificação; elisão, evasão, fraude e sonegação fiscal; reforma tributária. 7. Contabilidade Aplicada ao Setor Público; normas e legislações da contabilidade aplicada ao setor público; orçamento público; plano de contas aplicado ao setor público; sistemas contábeis; lançamentos contábeis típicos do setor público; demonstrações contábeis do setor público.

AMAZONAS, Decreto nº 20.686, de 28 de dezembro de 1999. Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências.

AMAZONAS, Lei nº 2.826, de 29 de setembro de 2003. Regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais nos termos da Constituição do Estado e dá outras providências.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 13. ed. Barueri: Atlas, 2025.

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira: edição universitária. 2. ed. Barueri: Atlas, 2023.

BRASIL, Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010. Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

BRASIL, Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.

BRASIL, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRASIL, Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

BRASIL, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte [...]

BRASIL, Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

BRASIL, Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR).

BRASIL, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BRASIL, Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.

BRASIL, Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

BRASIL, Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

BRASIL, Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em

que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nº [...] e 6.404, de 15 de dezembro de 1976 [...]; e dá outras providências.

BRASIL, Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965. Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

BRASIL, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

BRASIL, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

BRASIL, Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

BRASIL, Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal.

BRUNI, Adriano Leal. Introdução à matemática financeira. São Paulo: Atlas, 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 00 (R2): estrutura conceitual para relatório financeiro.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 26 (R1): apresentação das demonstrações contábeis.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Planejamento tributário: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2023.

GITMAN, Lawrence J.; ZUTTER, Chad J. Princípios de administração financeira. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

HIGGINS, Robert C. Análise para administração financeira. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coord.). Contabilidade introdutória: livro-texto. Equipe de professores da FEA-USP. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2026.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 13. ed. Barueri: Atlas, 2025.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 12. ed. Barueri: Atlas, 2025.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem da administração pública/organização. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica: contempla as normas brasileiras de contabilidade convergentes com os padrões internacionais de contabilidade IFRS e a reforma tributária. 31. ed. Barueri: Atlas, 2025.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos: contempla as normas brasileiras de contabilidade convergentes com os padrões internacionais de contabilidade IFRS e a reforma tributária. 11. ed. Barueri: Atlas, 2025.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D.; LAMB, Roberto. Fundamentos de administração financeira. 13. ed. Porto Alegre: Bookman, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 4. ed. Barueri: Atlas, 2022.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 11 ed. Brasília: STN, 2024.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2025.

Economia

1. Macroeconomia; agregados macroeconômicos: economia aberta e fechada sem e com governo; PIB nominal e real; balanço de pagamentos: conceitos básicos e estrutura, evolução; taxa de câmbio: regimes cambiais, taxa de câmbio nominal e real, paridade de poder de compra; sistema monetário: funções da moeda, criação de moeda e meios pagamentos, multiplicador monetário, taxa de juros, teoria de demanda de modelo clássico: pressupostos, teoria quantitativa da moeda, poupança, investimento e taxas de juros; modelo Keynesiano simples: pressupostos, economia fechada e sem governo; economia fechada e com governo;

modelo IS/LM; eficácia das políticas monetária e fiscal; oferta e demanda agregada e aspectos recentes da teoria macroeconômica: oferta e demanda agregada, desenvolvimento da teoria macroeconômica, teorias da inflação. 2. Microeconomia; conceitos básicos; teoria do consumidor: preferências e função de utilidade, restrições orçamentárias; a escolha do consumidor, escolha sob risco e escolha intertemporal; produção e custo de produção: tecnologia, produção no curto e no longo prazo, custos no curto prazo e no longo prazo; escolha ótima de produção; economia de escala, escopo e curvas de aprendizado; mercado competitivo: demanda individual e de mercado, oferta Individual e de mercado, equilíbrio de mercado, efeito renda e efeito substituição, conceitos de bem normal e inferior, excedente do consumidor e do produtor, políticas públicas e bem-estar; falhas de mercado: monopólio e monopsonio, poder de mercado e bem-estar, introdução à teoria dos jogos, modelos de oligopólio e concorrência monopolística; falhas de mercado, externalidades, bens públicos; assimetria de informação. 3. Economia brasileira; café e ciclos da economia agroexportadora; crise de 1929; industrialização por substituição de importação; governo JK e o plano de metas; reformas, endividamento externo, crise dos anos 1960, governos militares e o PAEG, milagre econômico; modelo de crescimento com endividamento: crise do petróleo, o II PND; planos heterodoxos: plano cruzado, plano Bresser, plano verão; governo Collor e Itamar Franco, plano real; Governos Lula e Governos Dilma; aspectos contemporâneos da economia brasileira. 4. Economia regional; aspectos da dinâmica econômica da região amazônica e da região norte do Brasil; zona franca de Manaus; economia verde; desenvolvimento e sustentabilidade. 5. Métodos quantitativos; estatística básica; análise de regressão simples e múltipla e estimadores de mínimos quadrados ordinários; pressupostos do modelo clássico de regressão linear; testes de diagnóstico e violações dos pressupostos: heterocedasticidade, autocorrelação e multicolinearidade; modelos de dados em corte transversal, séries temporais e dados em painel. 6. Mercados financeiros e de capitais; Sistema Financeiro Nacional (SFN); mercados financeiros; conceitos básicos de instrumentos de renda fixa e de renda variável.

ALÉM, A. C. D. Macroeconomia: teoria e prática no Brasil. 2. Ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2018.

ARAÚJO, Emanuelle Silva. Desenvolvimento urbano local: o caso da Zona Franca de Manaus. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 1, n. 1, p. 33-42, 2009.

ASSAF NETO, A. Mercado financeiro. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BAER, W. Economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo: Pearson Universidades, 2017.

DE ASSIS COSTA, Francisco. A economia de Sistemas Agroflorestas na Amazônia: uma trajetória crítica para o desenvolvimento sustentável (1995-2017). Economia e Sociedade, v. 33, n. 2, p. e260717-e260717, 2024.

GIAMBIAGI, Fabio et al. (Orgs.). Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2016.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. S.; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUJARATI, D; PORTER, D. Econometria básica. Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2011.

LANZANA, A. E. T. Economia Brasileira: Fundamentos e Atualidade. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MANKIW, G. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

PINHEIRO, J. L. Mercado de capitais. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. Estudos avançados, v. 19, p. 99-113, 2005.

VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de microeconomia. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Engenheiro Químico

1. Fundamentos de Engenharia Química. 1.1. Balanços de massa e energia em regime permanente e transiente. 1.2. 1ª e 2ª Leis da Termodinâmica aplicadas a processos de engenharia. 1.3. Propriedades termodinâmicas de substâncias puras e misturas; equilíbrio líquido-vapor e líquido-líquido em sistemas ideais e não ideais. 1.4. Fundamentos de Fenômenos de Transporte: transferência de quantidade de movimento, calor e massa; coeficientes de transporte; correlações empíricas e dimensionamento preliminar de equipamentos. 2. Operações unitárias. 2.1. Conceitos gerais de operações unitárias de transferência de massa, calor e momento. 2.2. Separações líquido-vapor e líquido-líquido: destilação simples e fracionada, destilação azeotrópica e extrativa; extração líquido-líquido (equilíbrio, coeficiente de partição, estágios em co-corrente e contracorrente). 2.3. Extração de compostos naturais: extração sólido-líquido, escolha de solventes, influência de tamanho de partícula, temperatura, agitação e difusão intrapartícula. 2.4. Filtração: filtração a pressão e a vácuo; filtros de tambor rotativo, filtros prensa, filtros de cartucho; formação de torta, torta compressível e incompressível; resistência do meio filtrante e da torta; operação contínua e descontínua. 2.5. Fundamentos de outras operações unitárias clássicas: adosrção, secagem, absorção gasosa, cristalização. 3. Engenharia de Reações Químicas, Reatores e Biorreatores. 3.1. Cinética de reações homogêneas: ordem de reação, constantes cinéticas, influência de temperatura (Equação de Arrhenius). 3.2. Reatores ideais: batelada, CSTR/mistura, PFR/reator tubular; conversão, seletividade e rendimento; balanços molares em regime permanente e transiente. 3.3. Noções de reações múltiplas, reatores adiabáticos e não adiabáticos. 3.4. Engenharia de Biorreatores: tipos de biorreatores (tanque agitado aerado, air-lift, batelada, batelada alimentada, contínuo), transferência de oxigênio ($k_L a$), cisalhamento, esterilização, escala de bancada para piloto/industrial. 3.5. Fermentações aeróbias e anaeróbias, parâmetros cinéticos e de projeto em bioprocessos. 4. Processos Químicos e Bioquímicos. 4.1. Panorama de processos químicos e bioquímicos industriais clássicos. 4.2. Química verde e tecnologias limpas: princípios da Química Verde, minimização de resíduos, uso de matérias-primas renováveis, biocatalisadores, rotas alternativas de menor impacto. 4.3. Biorrefinaria, aproveitamento integral de biomassas (incluindo biomassas regionais / Amazônia), produção de biocombustíveis e bioprodutos. 4.4. Tratamento de águas e efluentes líquidos. 4.5. Controle de Qualidade de Processos. 5. Controle, simulação e projeto de processos. 5.1. Controle de processos químicos: malhas de controle, variáveis manipuladas e controladas, controladores PID, estabilidade qualitativa, instrumentação básica. 5.2. Simulação de processos: uso de simuladores comerciais ou acadêmicos para balanços de massa e energia, simulação de colunas de destilação, trocadores de calor e reatores (ênfase conceitual, não necessariamente em um software específico). 5.3. Conceitos básicos de projeto de processos e plantas químicas: elaboração de fluxogramas (PFD), noções de diagrama de tubulação e instrumentação (P&ID), dimensionamento preliminar de equipamentos, integração energética. 5.4. Segurança de processos e fundamentos de análise de risco: procedimentos operacionais e de emergência. 6. Materiais, Corrosão e Análise. 6.1. Seleção de materiais para equipamentos: propriedades mecânicas, compatibilidade com fluidos de processo, ensaios e caracterização de materiais. 6.2. Corrosão: tipos e mecanismos de corrosão e prevenção e controle de corrosão.

BRASIL, N. I. Introdução à Engenharia Química. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.
HIMMELBLAU, D. M.; RIGGS, J. B. Engenharia Química: Princípios e Cálculos. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
FELDER, R. M.; ROUSSEAU, R. W. Elementos de Engenharia das Reações Químicas. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MCCABE, W. L.; SMITH, J. C.; HARRIOTT, P. Operações Unitárias em Engenharia Química. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

CREMASCO, M. A. Fundamentos de Operações Unitárias. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

AZEVEDO NETTO, J. M. et al. Hidráulica. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.

CUBERO, F. D. S. et al. Operações Unitárias da Engenharia Química: Uma Abordagem Experimental. Ponta Grossa: Atena, 2025.

PERRY, R. H.; GREEN, D. W. Manual de Engenharia Química. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

LEVENSPIEL, O. Engenharia das Reações Químicas. 3. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

DORAN, P. M. Princípios de Engenharia de Biorreatores. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.

GIUDICI, R.; WOLFF, D. B. Engenharia de Biorreatores: Conceitos e Aplicações em Biotecnologia. São Paulo: EDUSP, 2017.

FOGLER, H. S. Elementos de Engenharia das Reações Químicas. Tradução: Verônica Calado, Evaristo C. Biscaia Jr. São Paulo: Edgard Blücher, 2009.

BERGAMASCO, R.; BASSETTI, F. J. D. Tecnologia de Tratamento de Água: Fundamentos e Sistemas de Abastecimento. São Paulo: Manole, 2011.

METCALF & EDDY. Tratamento de Esgotos. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2016.

PANIAGUA, C. E. S. (Org.). Engenharia Química: Conceitos Fundamentais e Aplicações Práticas. Ponta Grossa: Atena, 2024.

DE TORRESI, S. I. C. et al. Química Sustentável. Química Nova, 2010.

CORRÊA, P. R.; ZUIN, V. G. O Ensino da Química Verde para a Conscientização Ambiental. Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática, 2012.

SEBORG, D. E.; EDGAR, T. F.; MELLICHAMP, D. A. Process Dynamics and Control. 3. ed. New York: Wiley, 2010 (tradução para português disponível).

TURTON, R. et al. Análise, Síntese e Projeto de Processos Químicos. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

BRANCO, P. J. C. Simulação de Processos Químicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.

COSTA, C. A. Controle de Processos Químicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2015.

CALLISTER, W. D. Ciência e Engenharia dos Materiais: Uma Introdução. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

GEMELLI, E. Corrosão de Materiais Metálicos e sua Caracterização. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

NUNES, L. P. Fundamentos de Resistência à Corrosão. Editora Universitária, 2001.

PONTES, H. A. Apostila de Fundamentos da Corrosão. Departamento de Engenharia Química, UFPR, 2020.

Engenharia Florestal

1. Melhoramento florestal: 1.1 Conceitos e princípios fundamentais. 1.2 Métodos de melhoramento genético de plantas. 1.3 Métodos de propagação sexuada e assexuada 2. Ecologia e fisiologia vegetal: 2.1 Conceitos, fundamentos e princípios. 2.2 Crescimento e desenvolvimento vegetal. 2.3 Balanço hídrico nas plantas. 2.4 Ecologia de florestas tropicais. 2.5 Florestas e mudanças climáticas. 2.6 Conservação de ecossistemas 3. Silvicultura: 3.1 Florestas proteção e florestas de produção. 3.2 Tratamentos silviculturais. 3.3 Técnicas para a produção de madeira de qualidade. 3.4 Sistemas agroflorestais. 3.5 Silvicultura urbana 4. Manejo florestal: 4.1 Procedimentos básicos de amostragem. 4.2 Métodos de amostragem. 4.3 Biometria e inventário florestal. 4.4. Manejo de florestas naturais. 4.5 Manejo de florestas plantadas. 4.6 Exploração de impacto reduzido. 4.7 Extrativismo e desenvolvimento sustentável 5. Solo, fertilidade e nutrição de plantas: 5.1 Física, conservação e manejo do solo. 5.2 Relação entre florestas e conservação do solo. 5.3 Estrutura do solo. 5.4 Nutrientes e absorção mineral. 5.5 Fertilidade do solo. 5.6 Ciclagem de nutrientes. 6. Bioenergia: 6.1 Energia da biomassa 7. Ciência e tecnologia da madeira: 7.1 Propriedades físico-mecânicas da madeira. 7.2 Preservação de madeira. 7.3 Painéis reconstituídos de madeira. 7.4 Estrutura macroscópica do tronco e fisiologia da árvore. 7.5 Estrutura anatômica da madeira de gimnospermas e angiospermas dicotiledôneas. 7.6 Química da madeira. 7.7 Desdobro e beneficiamento da madeira. 8. Política e legislação florestal: 8.1 Código florestal. 8.2 Unidades de conservação

9. Incêndios florestais: 9.1 Propagação de incêndios. 9.2 Comportamento do fogo. 9.3 Efeitos do fogo sobre o ecossistema. 9.4 Uso do fogo no manejo. 9.5 Prevenção e combate 10. Recuperação de áreas degradadas: 10.1 Conceitos aplicáveis 10.2 Avaliação de impactos ambientais 10.3 Métodos de recuperação/restauração de áreas degradadas. 10.4 Monitoramento de áreas.

ARNT, R.; ANDERSON, A. B. O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relumê Dumará; Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais; Fundação Konrad Adenauer, 1994.

BALBINO, L. C.; BERCELLOS, A. de O.; STONE, L. F. Marco referencial: integração lavoura-pecuária-floresta. Brasília, DF: Embrapa, 2011. 130 p.

BRAND, M. A. Energia da biomassa florestal. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012: institui o novo Código Florestal brasileiro.

BRASIL. Sistemas agroflorestais: princípios básicos; sistemas agroflorestais. [S.l.: s.n.], [s.d.].

BRIENZA JUNIOR, S. et al. Restauração florestal na Amazônia: manual para instalação e monitoramento de unidades de aprendizagem. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2023.

BRAZ, E. M. et al. Manejo e exploração sustentável de florestas naturais tropicais: opções, restrições e alternativas. 1. ed. Colombo: Embrapa Florestas, 2005.

BURGER, L. M.; RICHTER, H. G. Anatomia da madeira. São Paulo, SP: Nobel, 1991. 154 p.

COSTA, P. da; COSTA, M. C. G.; ZILLI, J. E.; TONINI, H. Recuperação de áreas degradadas e restauração ecológica de ecossistemas: definições e conceitos. Boa Vista: Embrapa Roraima, 2005.

DIAS, L. E.; MELLO, J. W. V. (Ed.). Recuperação de áreas degradadas. Viçosa: Sociedade Brasileira de Recuperação de Áreas Degradadas, 1998. 251 p.

DUARTE, A. et al. SOS Amazônia. Rio Branco: SOS Amazônia, 2016. 44 p.

ESPADA, A. L. V. Manejo florestal e exploração de impacto reduzido em florestas naturais de produção da Amazônia. Informativo Técnico 1. Instituto Floresta Tropical, [s.d.].

GOLLEY, F. B. et al. Ciclagem de minerais em um ecossistema de floresta tropical úmida. São Paulo: EPU; EDUSP, 1978. 256 p.

GONÇALVES, J. L. M. et al. Conservação e cultivo de solos para plantações florestais. Piracicaba, SP: IPEF, 2002.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades. Brasília, DF: Embrapa-SPI, 1993.

LAURA, V. A.; ALVES, F. V.; ALMEIDA, R. G. (Eds.). Sistemas agroflorestais: a agropecuária sustentável. Brasília: Embrapa, 2015. 208 p.

MARTINS, S. V. Ecologia de florestas tropicais do Brasil. 2. ed. Viçosa: UFV, 2012. 371 p.

MARTINS, S. V. et al. Restauração ecológica de ecossistemas degradados. 1. ed. Viçosa, MG: UFV, 2012. 293 p.

MENACHEM, L.; GOLDSTEIN, I. S. Wood structure and composition. New York, NY: M. Decker, 1991. 488 p.

PAIVA, H. N. de.; GONÇALVES, W. Silvicultura urbana: implantação e manejo. 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2012.

PIOLLI, A. L.; CELESTINI, R. M.; MAGON, R. Teoria e prática em recuperação de áreas degradadas: plantando a semente de um mundo melhor. Serra Negra: SEMA; Governo do Estado de São Paulo; FEHIDRO, 2004. 55 p.

PORTO, M. L. Comunidades vegetais e fitossociologia: fundamentos para avaliação e manejo de ecossistemas. Porto Alegre: UFGS, 2008.

RAMALHO, M. A. P.; FERREIRA, D. F.; OLIVEIRA, A. C. de. Experimentação em genética e melhoramento de plantas. Lavras, MG: UFLA, 2012. 305 p.

RIBEIRO, A. C.; GUIMARÃES, P. T. G.; ALVAREZ V., V. H. Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais – 5a aproximação. Viçosa, MG: Comissão de Fertilidade do Solo do Estado de Minas Gerais, 1999. 359 p.

ROWELL, R. M. Handbook of wood chemistry and wood composites. Boca Raton, FL: CRC Press, 2005. 485 p.

RUSCHEL, A. R. et al. Monitoramento florestal na Amazônia Oriental: histórico e importância da ferramenta para estudo da dinâmica florestal. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2022. 40 p.

SANTINI, E. J. Biodeterioração e preservação da madeira. Santa Maria, RS: UFSM, 1988. 125 p.

SCHNEIDER, P. R. Introdução ao manejo florestal. Santa Maria, RS: UFSM, 1993. 348 p.

SCOLFORO, J. R.; FILHO, A. F. Biometria florestal: medição e volumetria de árvores. Lavras, MG: UFLA/FAEPE, 1998.

SCOLFORO, J. R.; FILHO, A. F. Manejo florestal: medição e volumetria de árvores. Lavras, MG: UFLA/FAEPE, 1998.

SIOLI, H. Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. 72 p.

SJÖSTRÖM, E. Wood chemistry: fundamentals and applications. 2. ed. San Diego, CA: Academic Press, 1993. 293 p.

SOARES, R. V.; BATISTA, A. C.; TETTO, A. F. Incêndios florestais: controle, efeitos e uso do fogo. 2. ed. Curitiba, 2017.

SOUZA, F. I. B. de. et al. Identificação anatômica de madeiras na xiloteca da Embrapa Amazônia Oriental. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2022. 21 p.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia vegetal. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TAYLOR, C. J. Introdução à silvicultura tropical. Rio de Janeiro, 1969. 200 p.

VITAL, B. R. Planejamento e operação de serrarias. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. 211 p.

WANGAARD, F. F. The mechanical properties of wood. New York, NY: J. Wiley, 1950. 377 p.

XAVIER, A.; WENDLING, I.; SILVA, R. L. da. Silvicultura clonal: princípios e técnicas. 2. ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: Editora UFV, 2013. 279 p.

Informática

1. Hardware: conceitos, componentes e periféricos, tipos de memória (RAM, ROM, cache, virtual, internas e auxiliar), funcionalidade dos drivers de dispositivos; clock; barramentos, padrões e interfaces; dispositivos de armazenamento, placas. Portas: serial, paralela, USB; PS2; memória primária e memória secundária; periféricos; multimídia e impressão; dispositivos de entrada e saída. Montagem, configuração e manutenção de microcomputadores. 2. Internet e Segurança da Informação: vírus, programas maliciosos e antivírus; conceitos de criptografia e certificação digital, cuidados e prevenção. Conceitos básicos de Internet: (URL, links, sites, portais, segurança, navegação, conceito e padrões da tecnologia Web, Intranets e Extranets), utilização dos principais navegadores e correio eletrônico; utilização dos mecanismos de busca (Google, Yahoo, Bing, etc.). 3. Estruturação e Manutenção de Redes de Computadores: classificação quanto à arquitetura de rede, extensão geográfica, topologia e meio de transmissão; principais componentes de hardware; protocolos de rede; detalhamento dos meios de transmissão e topologias de rede; noções de configuração de rede local e wireless; redes TCP/IP; roteamento; hardwares de rede: tipo e aplicação; firewall, proxy e Virtual Private Network (VPN); Domain Name System (DNS); Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP); gerenciamento de redes. 4. Lógica de programação e Desenvolvimento de Sistemas: conceito de algoritmos; resolução de problemas utilizando os tipos de lógicas: linear, estruturada e modular; português estruturado e pseudocódigo; tipos de dados; operadores, variáveis, expressões; estruturas de controle; estruturas de dados: vetores e matrizes; utilização de sub-rotinas; utilização de parâmetros e ponteiros; padrão de arquitetura de software. 5. Introdução à programação orientada a objetos: encapsulamento, métodos, propriedades, construtores, herança, polimorfismo; modelagem de problemas para abordagem orientada a objetos. 6. Sistemas de gerenciamento de banco de dados: conceitos básicos da linguagem SQL; operações com bancos de dados; comandos para inserir, alterar e excluir; consultas e manipulação de tabelas no banco de

dados MySQL; diferentes tipos de bancos de dados e suas aplicações. Bancos de dados relacionais, modelo e diagrama entidade relacionamento. Bancos de dados não relacionais: modelos de dados agregados, modelos de distribuição, consistência, marcadores de versões, banco de dados de chave-valor, banco de dados de documentos, banco de dados de grafos, armazenamento em famílias de colunas.

AGRA, Andressa D.; BARBOZA, Fabrício F M. Segurança de sistemas da informação. ISBN 9788595027084. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

BLUM, Richard. Linux Para Leigos. ISBN 9786555208580. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2023.

CARVALHO, André C. P. L. F de; LORENA, Ana C. Introdução à Computação - Hardware, Software e Dados. ISBN 9788521633167. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

CERT.br. Cartilha de Segurança para Internet: Fascículos. CGI.br. 2018. Disponíveis em <<https://cartilha.cert.br/fasciculos/#codigos-maliciosos>> Acesso em 10 de dezembro de 2024.

COMER, Douglas E. Redes de computadores e internet. ISBN 9788582603734. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

HENNESSY, John L.; PATTERSON, David A. Arquitetura de computadores: uma abordagem quantitativa. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. 494 p. ISBN 978-85-352-2355-2.

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem Top-Down. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

MACHADO, Felipe Nery R. BANCO DE DADOS – PROJETO E IMPLEMENTAÇÃO. ISBN 9788536532707. 4. ed. Rio de Janeiro: Érica, 2020.

Manzano, J.A.N. G. Programação de Computadores com C/C++. Editora Saraiva, 2014.

MANZANO, José Augusto Navarro G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmos - Lógica para Desenvolvimento de Programação de Computadores. ISBN 9788536531472. 29. ed. Rio de Janeiro: Érica, 2019.

Moraes, A.F. D. REDES DE COMPUTADORES: FUNDAMENTOS. Editora Saraiva, 2020.

MORAES, Alexandre Fernandes de. Firewalls - Segurança no Controle de Acesso. ISBN 9788536521978. Rio de Janeiro: Érica, 2015.

Paixão, R. R. Arquitetura de Computadores - PCs. Editora Saraiva, 2014.

PAIXÃO, Renato R. Montagem e Manutenção de Computadores – PCs. ISBN 9788536531052. Rio de Janeiro: Érica, 2014.

RAMOS, Luis Fernando Pizzarro B. Fundamentos de Hardware 1ª edição 2017. ISBN 9788536531595. Rio de Janeiro: Érica, 2018.

RIBEIRO, João A. Introdução à Programação e aos Algoritmos. ISBN 9788521636410. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

SANTOS, Gonçalves M. Algoritmos e programação. ISBN 9788595023581. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

SILBERSCHATZ, Abraham. Sistema de Banco de Dados. ISBN 9788595157552. 7. ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2020.

SILVA, Fabricio M.; LEITE, Márcia C D.; OLIVEIRA, Diego B. Paradigmas de programação. ISBN 9788533500426. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SILVA, Luiz F C.; RIVA, Aline D.; ROSA, Gabriel A.; et al. Banco de Dados Não Relacional. ISBN 9786556901534. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

Mecânica

1. Bombas: Noções introdutórias, Escolha da Bomba, Detalhes Construtivos, Curvas Características, Associação de bombas (em série e paralelo) e instalação de bombas. 2. Estrutura Metálica: Propriedades do Aço, Tipos de estrutura de aço, Sistemas estruturais, Critérios de dimensionamento, Ligações soldadas, Ligações Parafusadas, Vigas em Trelça. 3. Soldagem: Metalurgia da Soldagem, Soldagem dos principais metais e suas ligas, Técnicas e Processos de execução de soldagem, Terminologias e Simbologia da soldagem, Aplicação de soldagem em construções, Inspeção e Segurança na soldagem. 4. Usinagem: Principais operações de usinagem, Grandezas físicas no processo de usinagem, geometria da ferramenta de corte, formação do cavaco, Materiais para ferramentas cortantes, Mecanismos de desgaste

da ferramenta de corte, Fluidos de corte 5. Tubulações industriais: Materiais, Processos de Fabricação, Normalização dimensional, Meios de ligação de tubos, Válvulas e conexões, Especificação e aplicação de materiais, Isolamento térmico, pintura e proteção. 6. Resistência dos Materiais: Conceito de tensão e deformação, diagrama de tensão-deformação, Propriedade mecânica dos materiais, Cargas axiais, Torção, Flexão, Cisalhamento Transversal, Cargas Combinadas, Projeto de vigas e eixos, Métodos de energia. 7. Ciência dos Materiais: Propriedades Mecânicas dos Metais, Diagramas de fase, Transformações de fase e tratamento térmico, Corrosão e degradação dos materiais, 8. Ar Condicionado: Primeira e Segunda lei da termodinâmica, Mistura ar-Vapor d'água, Carta psicrométrica, Cálculo da carga térmica, Meios de condução do ar; Ventilação e Exaustão, Torres de arrefecimento, Condensadoras evaporativas, Projeto e seleção de sistemas de refrigeração e suas instalações típicas.9. Termodinâmica: Conceitos e definições; propriedades das substâncias puras; equações de estado; trabalho e calor; primeira lei da Termodinâmica aplicada a sistemas fechados e volumes de controle; entropia, segunda lei da Termodinâmica aplicada a sistemas fechados e volumes de controle; exergia e análise exérgica (disponibilidade e irreversibilidade). 10 Mecânica dos Fluidos: Conceitos fundamentais; estática e dinâmica dos fluidos, formulações integral e diferencial de leis de conservação (massa, quantidade de movimento, energia); escoamento invíscido incompressível, escoamento interno viscoso incompressível e escoamento externo viscoso incompressível. 11 Transferência de Calor. Introdução, conceituação do transporte de energia, quantidade de movimento e massa. Mecanismos básicos de transmissão de calor. Balanço de energia. Princípios básicos da condução de calor. Condução Unidimensional. Condução Bidimensional. Condução transiente. Métodos numéricos na condução. Radiação térmica: conceitos fundamentais. Radiação do corpo negro. Radiação do corpo cinza. Propriedades (emissividade, absorvidade, refletividade e transmissividade). Troca radiante entre superfícies. 12. Motores de Combustão Interna Ciclo teórico Otto, Ciclo Teórico Diesel, Eficiência Térmica, Parâmetros de desempenho, Estratégias de Injeção de combustível e ignição, Formação da Mistura Ar combustível.

CALLISTER, Willian. Ciência e Engenharia dos Materiais 8ª ed, Editora LTC, 2012

CARVALHO, Djalma Francisco. Instalações elevatórias bombas 6 ed. Universidad Catolica Minas Gerais, 1999.

CREDER, Hélio. Instalações de Ar Condicionado 6ª ed, editora LTC 2004

HIBBELER, R. C.. Resistência dos Materiais 5ª ed., Editora Pearson, 2004

MACHADO, Alisson Rocha. Teoria da usinagem dos Materiais 1ª ed, editora Edgard Blucher, 2009.

PFEIL, WALTER. Estrutura de Aço. Dimensionamento Prático de Acordo com a NBR8800:2008 8ª ed, editora LTC, 2009

TANIGUCHI, Célio. Engenharia de Soldagem e Aplicações, editora LTC, 1982

TELLES, Pedro C. Silva. Tubulações Industriais. Materiais, Projeto, Montagem 10ª ed, editora LTC, 2001

HEYWOOD, J. B. Internal Combustion Engine Fundamentals. Second Edition ed. Massachusetts: McGraw-Hill Education, 2018.

GANESAN , V. Internal combustion engines. 1. Ed. New York: McGraw-Hill, Inc., 1995. (1995) 540p.

Çengel, Y. A., Boles, M. A., Thermodynamics: An Engineering Approach, 5ª Ed., Mcgraw-Hill, 2006

Moran, M. J. Shapiro, H. N., Boettner, D. D., Bailey M. B. Princípios de Termodinâmica para Engenharia, Ed. LTC, 2015, 2002.

Introdução à Mecânica dos Fluidos, Fox, Robert, W. McDonald, Alan, T., Pritchard, Philip, J. , 7ª ed , 2010

Mecânica dos Fluidos – Fundamentos e Aplicações, Çengel, Yunus, A. e Cimbala, John M., 1ª ed, 2007.

Fundamentos de Transferência de Calor e de Massa, Incropera, Frank, P. Dewitt, David, P. , 6ª ed, 2008.

INCROPERA F. P. et al., Fundamentos de Transferência de Calor e de Massa, 6ªEd, Editora LTC, 2008.

CENGEL, Y. A. , Transferência de Calor e de Massa, McGraw Hill, 2009.

Medicina Veterinária – Anestesiologia Veterinária

1. Medicação Pré-anestésica 2. Anestesia Intravenosa 3. Anestesia Inalatória 4. Anestesia Local e Técnicas 5. Equipamentos e Sistemas 6. Bloqueadores Neuromusculares 7. Ventilação mecânica 8. Monitoração anestésica 9. Avaliação e tratamento da dor 10. Reanimação cardíoro-respiratória 11. Choque 12. Fluidoterapia e Equilíbrio Ácido Base 13. Fisiologia cardiorrespiratória e renal.

1. FANTONI, D. T. & CORTOPASSI, S. R. Anestesia em Cães e gatos. 2 ed. São Paulo: Roca, 2010, 620p.

DIBARTOLA, S. Fluid, Electrolyte, Andacid-Base Disorders in Small Animal Practice. Elsevier Saunders, 2012, 744p.

DUGDALE, A. Veterinary Anaesthesia: Principles to Practice. Blackwell: West Sussex. 2010.

DUKES, H.H. Fisiologia dos Animais Domésticos. 11a ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

GAYNOR, S.J.; MUIR, W.W. Manual de Controle da Dor em Medicina Veterinária. 2ed. São Paulo: MedVet, 2009, 643p.

GRIMM, KA; LAMONT, LA; TRANQUILLI, WJ; GREENE SA; ROBERTSON, SA. Lumb & Jones Anestesiologia e Analgesia em Veterinária. 5a ed., São Paulo: Roca, 2017, 1056p.

HALL, LW; CLARKE, KW; TRIM, CM. Veterinary Anesthesia. 10.ed. Saunders: London. 2001.

MACINTIRE, D.K., DROBADZ, K.J, STEVEN, C. Emergências e cuidados intensivos em pequenos animais. Manole, 2007

MILLER, RD; ERIKSSON, LI; FLEISHER, LA; WIENER-KRONISH, JP; YOUNG, WL. Miller's Anesthesia. 7.ed. Elsevier: USA. 2009.

MUIR, WW; HUBBELL, JAE. Equine Anesthesia: Monitoring and Emergency Therapy. 2.ed. Saunders: St Louis. 2009.

OTERO, PE; PORTELA, DA. Manual de Anestesia Regional em Animais de Estimação 1a ed. Med Vet, 2018.

PADDLEFORD, R. R. Manual of Small Animal Anesthesia. 2 ed. New York: W.B. Saunders Company, 1999, 372p.

RABELO, R.C., CROWE, D. Fundamentos de Terapia Intensiva em Pequenos Animais. LF livros, 2005.

TAYLOR, P W. Handbook of Equine Anesthesia. 2.ed. Saunders:USA. 2007

WEST, G; HEARD, D; CAULKETT, N. Zoo Animal & Wildlife Immobilization and Anesthesia. Blackwell: Iowa. 2007

Medicina Veterinária – Clínica Médica de Pequenos animais

1. Anatomia e Fisiologia dos cães e gatos. 2. Farmacologia Veterinária. 3. Semiologia Veterinária. 4. Diagnóstico e tratamento clínico dos diferentes sistemas em cães e gatos: neurologia, endocrinologia, cardiologia, nefrologia, dermatologia, oftalmologia, sistema músculo esquelético, gastroenterologia; oncologia; geriatria; pediatria. 5. Manejo reprodutivo e enfermidades do sistema reprodutor de cães e gatos. 6. Bioestatística aplicada a Medicina Veterinária. 7. Prevenção de zoonoses transmitidas pelos animais de estimação. 8. Doenças parasitárias dos cães e gatos. 9. Emergências em cães e gatos.

BIRCHARD, S. J; SHERDING, R. G. MANUAL SAUNDERS: CLÍNICA DE PEQUENOS ANIMAIS. 3. ED. SÃO PAULO: ROCA, 2008.

COSTA, F. A. C. ; MARTINS , C. S. PROCEDIMENTOS CLÍNICOS EM FELINOS - 1ª Edição, 2025. 384 P.

CUNNINGHAM, B. G. TRATADO DE FIOLOGIA VETERINÁRIA. 5ª ED. ELSEVIER, 2014. 624 P.

FEITOSA, FRANCISCO LEYDSON F. SEMIOLOGIA VETERINÁRIA: A ARTE DO DIAGNÓSTICO, CÃES, GATOS, EQÜINOS, RUMINANTES E SILVESTRES. 2. ED. SÃO PAULO: ROCA, 2008. XV, 735 P.

HAFEZ, E. S. E.; HAFEZ, B. REPRODUÇÃO ANIMAL. 7. ED. SÃO PAULO: MANOLE, 2004. 513 P.

JERICÓ, M. M.; ANDRADE NETO, J. P.; KOGIKA, M. M. TRATADO DE MEDICINA INTERNA DE CÃES E GATOS. RIO DE JANEIRO: ROCA, 2017. 2 VOLS.
MASSONE, F. ANESTESIOLOGIA VETERINÁRIA: FARMACOLOGIA E TÉCNICAS: TEXTO E ATLAS. 6. ED. RIO DE JANEIRO: GUANABARA KOOGAN, 2011. XIX, 428 P.
MONTEIRO, S. G. PARASITOLOGIA NA MEDICINA VETERINÁRIA. ROCA. 2ª ED. 2017. 370 P.
VIEIRA, S. INTRODUÇÃO A BIOESTATÍSTICA, ED. GUANABARA, 2021. 296 P.

Medicina Veterinária – Cirurgia de Pequenos animais

1. Fundamentos da técnica operatória: princípios de assepsia e antisepsia; instrumentais cirúrgicos; fios, agulhas e padrões de sutura; pré e pós-operatório; classificação cirúrgica quanto ao grau de contaminação. 2. Fisiologia da cicatrização e terapêutica de feridas: fases da cicatrização; fatores sistêmicos e locais; manejo de feridas complexas e queimaduras. 3. Cirurgias tegumentares e oncológicas: tumores cutâneos; margens de segurança e cirúrgica; retalhos e enxertos; cirurgias reconstrutivas; estadiamento oncológico; linfadenectomia; terapias neoadjuvantes. 4. Cirurgia oral e maxilofacial: exodontias complexas; fraturas mandibulares e maxilares; afecções cirúrgicas de cavidade oral; 5. Cirurgias do trato gastrointestinal e de vias hepato-biliares: técnicas cirúrgicas e afecções cirúrgicas de esôfago, estômago, intestinos, fígado, pâncreas e vesícula biliar. 6. Cirurgias do trato urinário e genital: técnicas cirúrgicas e afecções cirúrgicas de rins, ureteres, vesícula urinária, uretra, ovários, útero, vagina, vulva, testículos, pênis e próstata. 7. Cirurgias cardiotorácicas e cardiovasculares: toracotomia; drenagem torácica; cirurgias pulmonares. 8. Cirurgias de cabeça e pescoço e vias aéreas superiores: Síndrome obstrutiva das vias aéreas de braquicefálicos; traqueotomias e traqueostomias; cirurgias de conduto auditivo; cirurgias de tecidos moles cervicais. 9. Princípios de ortopedia e biomecânica: manejo de pacientes politraumatizados, planejamento ortopédico, técnicas de osteossíntese e manejo de fraturas; deformidades angulares; displasias; osteocondroses; afecções cirúrgicas articulares; confecção de talas e bandagens. 10. Princípios da neurocirurgia: cirurgias de coluna vertebral; doença do disco intervertebral; técnicas descompressivas; técnicas de estabilização. 11. Hérnias e paratopias cirúrgicas: hérnias congênitas e adquiridas; eventração e evisceração; 12. Cirurgias Oftálmicas: afecções cirúrgicas do globo ocular e anexos. 13. Cirurgias corretivas para malformações congênitas. 14. Endoscopia e videocirurgia: princípios e aplicabilidades das técnicas de mínima invasão. 15. Afecções cirúrgicas do sistema endócrino e hemolinfático.

ABREU, A. L. O. Técnicas cirúrgicas em pequenos animais. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
BOJRAB, M. J.; WALDRON, D. R.; TOOMBS, J. P. Current Techniques in Small Animal Surgery. 5. ed. Jackson: Teton NewMedia, 2014.
BRINKER; PIERMATTEI; FLO. Ortopedia e tratamento de fraturas de pequenos animais. São Paulo: Manole, 2009.
BRUN, M. V. Videocirurgia em pequenos animais. São Paulo: Roca, 2014.
BRUN, M. V. Cirurgias complexas em pequenos animais: enfrentando situações difíceis. 1. ed. São Paulo: Payá, 2017. 10. DeCAMP, C. E. et al. Handbook of Small Animal Orthopedics and Fracture Repair. 5. ed. St. Louis: Elsevier, 2016.
DENNY, H. R.; BUTTERWORTH, S. J. A Guide to Canine and Feline Orthopaedic Surgery. 4. ed. Malden: Blackwell Science, 2000.
FOSSUM, T. W. Cirurgia de pequenos animais. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
GEMMILL, T. J.; CLEMENTS, D. N. BSAVA Manual of Canine and Feline Fracture Repair and Management. 2. ed. Gloucester: BSAVA, 2016.
GRIFFON, D. J.; HAMAIDE, A. Complications in Small Animal Surgery. Ames: Wiley-Blackwell, 2016.
HALLE, L. A. et al. Feline Medicine and Surgery. St. Louis: Saunders, 2012.
HARRARI, J. Surgical Complications and Wound Healing in the Small Animal Practice. Philadelphia: Saunders, 1993.
HERING, F. L. O.; GABOR, S.; ROSENBERG, D. Bases técnicas e teóricas de fios e suturas. São Paulo: Roca, 1993.

HOULTON, J. E. F.; COOK, J. L.; INNES, J. F.; LANGLEY-HOBBS, S. J. BSAVA Manual of Canine and Feline Musculoskeletal Disorders. Gloucester: BSAVA, 2006.

JAGGY, A. Small Animal Neurology. Hannover: Schlütersche, 2010.

JOHNSON, A. L.; DUNNING, D. Atlas of Orthopedic Surgical Procedures of the Dog and Cat. St. Louis: Elsevier, 2005.

JOHNSON, A. L.; HOULTON, J. E. F.; VANNINI, R. AO Principles of Fracture Management in the Dog and Cat. New York: Thieme, 2005.

JOHNSON, K. A. Piermattei's Atlas of Surgical Approaches to the Bones and Joints of the Dog and Cat. 5. ed. St. Louis: Elsevier, 2014.

JOHNSON, K. A.; TOBIAS, K. M. Veterinary Surgery: Small Animal. 3. ed. St. Louis: Elsevier, 2025.

LANGLEY-HOBBS, S. J. Feline Soft Tissue and General Surgery. St. Louis: Elsevier, 2013.

LATORRE, R. Atlas de ortopedia em cães e gatos. São Paulo: MedVet, 2012.

LAUS, J. L. Oftalmologia Clínica e Cirúrgica em Cães e Gatos. São Paulo: Roca, 2009.

LIPOWITZ, A. J. et al. Complications in Small Animal Surgery: Diagnosis, Management, Prevention. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 1996.

MANN, F. A.; CONSTANTINESCU, G. M.; YOON, H. Fundamentos de Cirurgia em Pequenos Animais. São Paulo: Roca, 2014.

MINTO, B. W.; DIAS, L. G. G. Tratado de ortopedia de cães e gatos. São Paulo: MedVet, 2022. 2 v.

MONNET, E. Small Animal Soft Tissue Surgery. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012.

MONTAVON, P. M.; VOSS, K.; LANGLEY-HOBBS, S. J. Feline Orthopedic Surgery and Musculoskeletal Disease. Edinburgh: Elsevier, 2009.

MORRISON, W. B. Cancer in Dogs and Cats: Medical and Surgical Management. 2. ed. Jackson Hole: Teton NewMedia, 2002.

OLIVEIRA, A. L. A. Técnicas cirúrgicas em pequenos animais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

PAVLETIC, M. M. Atlas of Small Animal Wound Management and Reconstructive Surgery. 5. ed. Hoboken: Wiley, 2025.

PIERMATTEI, D. L.; FLO, G. L.; DeCAMP, C. E. Ortopedia e Tratamento de Fraturas em Pequenos Animais. 4. ed. São Paulo: Manole, 2009.

RABELO, R. C. Emergências de Pequenos Animais: Condutas Clínicas e Cirúrgicas no Paciente Grave. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SHARP, N. J. H.; WHEELER, S. J. Small Animal Spinal Disorders: Diagnosis and Surgery. 2. ed. St. Louis: Elsevier, 2005.

SHORES, A.; BRISSON, B. A. Current Techniques in Canine and Feline Neurosurgery. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2017.

SOUZA, H. J. M. Coletâneas em Medicina e Cirurgia Felina. Rio de Janeiro: L. F. Livros de Veterinária, 2003.

SWAIM, S. F.; RENBERG, W. C.; SHIKE, K. M. Small Animal Bandaging, Casting and Splinting Techniques. Ames: Wiley-Blackwell, 2011.

TAMS, Todd R.; RAWLINGS, Clarence A. Small Animal Endoscopy. 3. ed. St. Louis: Mosby / Elsevier Health Sciences, 2011. 696 p

TOBIAS, K. M. Manual of Small Animal Soft Tissue Surgery. 2. ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2017.

VÉREZ-FRAGUELA, J. L. et al. Orthopaedic Pathologies of the Stifle Joint. Zaragoza: Servet, 2017.

VERSTRAETE, F. J. M.; LOMMER, M. J. Oral and Maxillofacial Surgery in Dogs and Cats. St. Louis: Elsevier, 2012.

Medicina Veterinária - Cirurgia de Grandes animais

1) Profilaxia da infecção cirúrgica. 2) Bases da Técnica Cirúrgica Veterinária. 3) Bases da Patologia e Clínica Cirúrgicas Veterinárias. 4) Sepse. 5) Cirurgias do Sistema Tegumentar e seus anexos em equídeos e ruminantes domésticos 6) Cirurgias do Aparelho Locomotor em equídeos e ruminantes domésticos 7) Cirurgias do Aparelho Digestório em equídeos e ruminantes domésticos. 8) Cirurgias do Aparelho Genital em equídeos e ruminantes

domésticos. 9) Cirurgias do Aparelho Urinário em equídeos e ruminantes domésticos. 10) Cirurgias do Aparelho Cardiorespiratório em equídeos e ruminantes domésticos, 11) Cirurgias de cabeça e pescoço em equídeos e ruminantes domésticos. 12) Cirurgias do Olho e seus anexos equídeos e ruminantes domésticos. 13) Claudicações em equídeos e ruminantes domésticos.

ADAMS, S. B.; FESSLER, J. F. Atlas of equine surgery. 1 ed. Philadelphia: Saunders, 2000. 428 p.
ALFONSO, C. G. Patologia quirúrgica de los animales domésticos. 6. ed. Madrid: Imprenta Biosca, 1967. 837 p.

ALVES, G. E. S. Gastroenterologia equina: 100 equívocos hipiátricos: clínica e cirurgia 1 ed. Jaguariúna; Centro Universitário de Jaguariúna, 2020. 240p

AUER, J. A.; STICK, J. A. Equine surgery. 5 ed. St. Louis: Elsevier Saunders, 2019. 1896 p.

BAXTER, G. M. Manual of equine lameness. 1 ed. Wiley-Blackwell, 2011. 454 p.

DIVERS, T. J.; PEEK, S. F. Rebhun's diseases of dairy cattle. 2. ed. St. Louis: Saunders Elsevier, 2008. 686 p.

FLOYD, A. E; MANSMANN, R. A. Equine Podiatry. 1 ed. St. Louis: Saunders Elsevier, 2007. 464p.

ROSS, M R.; DYSON S. J. Diagnosis and Management of Lameness in the Horse. 2 ed. St. Louis, Mo: Elsevier/Saunders, 2011.

WEAVER, A.D.; ST JEAN, D.; STEINER A. Bovine Surgery and Lameness, 2 ed..Oxford: Blackwell, 2005. 269 p.

WHITE, N. A.; MOORE, J. M.; MAIR, T. S. The Equine Acute Abdomen 2 ed. Jackson: Tenton New Media, 2008 Kindle Edition.

WILSON, D. A. Manual of Equine Field Surgery. 1 ed. St. Louis: Saunders, 2006. 276p.

Medicina Veterinária - Patologia Animal e/ou Medicina Preventiva

1. Patologia animal: Principais lesões dos animais domésticos, lesões macro e microscópicas, mecanismos de patogênese e principais doenças dos sistemas cardiovascular, respiratório, digestório, hepático, pancreático, urinário, reprodutivo, endócrino, nervoso, tegumentar, hemolinfático e músculo-esquelético; correlação clínico-patológica e diagnósticos diferenciais. 2. Técnicas de Diagnóstico em Patologia Animal: Procedimentos de necropsia, tanatologia, elaboração de laudos,, alterações Post mortem, colheita, conservação e envio de amostras; biossegurança e biocontenção; processamento histológico, microscopia, colorações especiais, histoquímica e imuno-histoquímica; citologia diagnóstica; métodos laboratoriais complementares incluindo microbiologia, sorologia, PCR, qPCR e sequenciamento; interpretação integrada dos achados. 3. Pública Veterinária e One Health Integração entre saúde humana, animal e ambiental; zoonoses bacterianas, virais, fúngicas e parasitárias; vigilância sanitária e ambiental; segurança alimentar; programas de prevenção e controle de zoonoses; interface com a saúde coletiva e políticas públicas. 4. Doenças de Importância Econômica na Produção Animal Principais enfermidades de bovinos, suínos, aves, equinos, caprinos e ovinos; fatores de risco e impacto produtivo; estratégias de manejo sanitário; vacinação e imunoprofilaxia; controle de vetores e pragas; doenças emergentes e reemergentes no contexto brasileiro. 5. Técnicas de diagnóstico baseadas em métodos microbiológicos convencionais como isolamento, identificação fenotípica etipagem de bactérias, vírus, fungos e parasitas patogênicos para animais terrestres e patógenos transmitidos por alimentos; 6. Testes sorológicos para o diagnóstico de doenças infecciosas de animais terrestres (IDGA, ELISA, soroaglutinação, etc.); 7. Testes moleculares para o diagnóstico de doenças infecciosas de animais terrestres, aquáticos e patógenos transmitidos por alimentos (PCR, RT-PCR, PCR em tempo real, PCR+RFLP, PCR+ Sequenciamento+ Análise filogenética etc.);

CATÃO-DIAS, J. L. Doenças e seus impactos sobre a biodiversidade. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 55, n. 3, p. 32-34,2003.

GOLDSCHMIDT et al., Classification and Grading of Canine Mammary Tumors. Veterinary Pathology, 48(1), 117-131, 2013.

MAXIE, G. (ED.) JUBB, Kennedy & Palmer's Pathology of domestic animals. 6ed., San Diego: Academic Press, 2016. 3vKUMAR, V., ABBAS, A.K., ASTER, J.C.; DEYRUP; A.T.; DAS, A. Robbins & Kumar Patologia Básica. 11 ed., GEN Guanabara Koogan : Rio de Janeiro, 2025.

ZACHARY, J.F. (ed.) Pathologic Basis of Veterinary Disease. 6ed., 2017.

MEUTEN, D.J. Tumors in domestic animals. 5a ed. Iowa: John Wiley & Sons Inc, 2017.

NASCIMENTO, E.F.; SANTOS, R.L. Patologia da reprodução dos animais domésticos. 4 ed., Guanabara Koogan : Rio de Janeiro, 2021

SANTOS, R.L.; ALESSI, A.C. Patologia Veterinária, ROCA : São Paulo, 2023.

ACHA, P. N.; SZYFRES, B. Zoonoses e doenças transmissíveis comuns ao homem e aos animais. 3 vols. 3. ed. Washington, D.C.: OPAS, 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manual de Legislação – Programas de Sanidade Animal. Brasília, DF: MAPA, várias edições.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Programa Nacional de Sanidade dos Suínos (PNSS): Manual Técnico. Brasília, DF: MAPA, ano de publicação.

RADOSTITS, O. M. et al. Veterinary Medicine: A textbook of the diseases of cattle, horses, sheep, pigs and goats. 11. ed. St. Louis: Elsevier, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância em Saúde: Doenças Transmissíveis. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 6ª edição Normas e Manuais Técnicos, Editora do Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF: 2024. Volume 1: Capítulos 1 (Vigilância em Saúde Ambiental), Capítulo 3 (Toxoplasmose adquirida e congênita) Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-1-6a-edicao/view> Volume 2: Capítulo 6 (Esporotricose), Capítulo 7 (Dengue, Zika e Chikungunya, Febre Amarela, e Febre do Nilo Ocidental), Capítulo 8 (Doença de Chagas, Leishmaniose Tegumentar Americana e Leishmaniose Visceral), Capítulo 9 (Esquistossomose mansoni). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-2-6a-edicao/view> Volume 3: Capítulo 10: Febre Maculosa Brasileira e outras riquetsioses, Leptospirose e Raiva Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-3-6a-dicao/view>

SERAKIDES, R. (ED.) Cadernos didáticos: Patologia Veterinária. 2ed. Belo Horizonte: FPMVZ- Editora, 2006.

TOKARNIA, C.H.; DÖBEREINER, J.; PEIXOTO, P.V. Plantas tóxicas do Brasil. Rio de Janeiro: Heliantus. 2000. 320p.

SANTOS, R.L.; SERAKIDES, R.; OCARINO, N.M.; PIEREZAN, F.; ECCO, R.; GUEDES, R.M.C. Atlas de Patologia Macroscópica de Cães e Gatos. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, n.85, 2018. 83p.

SANTOS, R.L.; SERAKIDES, R.; OCARINO, N.M.; PIEREZAN, F.; ECCO, R.; GUEDES, R.M.C. Atlas de Patologia Macroscópica de Ruminantes e Equinos. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, n.84, 2018. 82p.

GUEDES, R.M.C.; GABARDO, M.P.; SANTOS, R.L.; SERAKIDES, R.; ECCO, R. Suínos. Atlas de Patologia Macroscópica de Aves e Suínos. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, n.86, p.61-115, 2018.

ECCO, R.; BRAGA, J.F.V. Aves. Atlas de Patologia Macroscópica de Aves. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, n.86, p.5-60, 2018.

VAS CONCELOS, A.C. Necropsia e conservação de espécimes para o laboratório. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, n.16, p.5-30, 1996.

NOGUEIRA, R.H.G. Exame post-mortem em suínos. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, n.16, p.31-37, 1996.

SERAKIDES, R. Colheita e remessa de material para exames laboratoriais. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, n.16, p.39-57, 1996.

Ocarino, N.M.; Serakides, R. Técnica de Necropsia em Cães e Gatos e Alterações Post Mortem. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, n.103, 2022. 64p.

Santos, R. L.; França-Baêta, S.A.; Paixão, T.A.. Técnica de necropsia em ruminantes. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, n. 106, 2023. 51p.

Brazilian Journal of Veterinary Pathology. Revistada Associação Brasileira de Patologia Veterinária. Online.<http://www.abpv.vet.br>.

Pesquisa Veterinária Brasileira. Revistas do colégio Brasileiro de Patologia Animal. Rio de Janeiro: EMBRAPA–CNPAB/PSA,23851 –970, Seropédica, RJ

MEGID, J.; RIBEIRO, M. G.; PAES, A.C. Doenças Infeciosas em Animais de Produção e de Companhia, 1ª ed. (2016), Editora Roca, 1296 p.

QUINN, P. J.; MARKEY, B. K; DONNELLY, W. J. C.; CARTER, M. E. Microbiologia Veterinária e Doenças Infeciosas. 1.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 512p.

TIZARD, I. Imunologia Veterinária. 10. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2020, 547p

Medicina Veterinária - Diagnóstico por imagem

1.Fundamentos do Diagnóstico por Imagem Veterinário. 1.1 Princípios físicos da radiação e formação da imagem. 1.2 Especificidades das espécies: cães, gatos, equinos, ruminantes, silvestres. 1.3 Radiologia digital e analógica; artefatos. 2. Radiografia Veterinária. 2.1. Exposição, posicionamento, avaliação de sistemas. 2.2. Tórax, abdome, ortopedia. 3. Ultrassonografia Veterinária. 3.1. Modos B, M, Doppler. 3.2 Abdome, reprodutor, tórax, musculoesquelético. 3.3 Equinos: tendões, ligamentos. 4. Tomografia Computadorizada (TC) 4.1 Princípios, sedação, contraste. 4.2 SNC, braquicefálicos, ortopedia, oncologia. 5. Ressonância Magnética (RM) 5.1 Fundamentos e artefatos. 5.2 SNC e musculoesquelético. 6. Medicina Nuclear 6.1 Cintilografia, radioisótopos, aplicação em equinos. 7. Contrastes em Veterinária 7.1 Iodados, gadolínio, reações adversas. 7.2 Protocolos contrastados. 8. Proteção Radiológica. 8.1 Biossegurança, contenção, ALARA. 8.2 Legislação MAPA/CFMV. 9. Diagnósticos Diferenciais por Sistemas. 9.1. Músculo-esquelético, respiratório, cardíaco, urinário, GI, neurológico, silvestres.

Thrall – Textbook of Veterinary Diagnostic Radiology.

Kealy, McAllister & Graham – Diagnostic Radiology and Ultrasonography of the Dog and Cat.

Penninck & d’Anjou – Atlas of Small Animal Ultrasonography.

Biller – Atlas of Small Animal Diagnostic Imaging.

Cartee – Practical Veterinary Ultrasound.

Butler & Colles – Clinical Radiology of the Horse.

Whitcomb – Diagnostic Imaging in Equine Practice.

De Lahunta & Glass – Veterinary Neuroanatomy and Clinical Neurology.

King – Atlas of Diagnostic Radiology of Exotic Pets.

Produção Animal

1. Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos. 2. Produção animal: conhecimento integrados sobre índices zootécnicos, viabilidade econômica, melhoramento genético, manejo, reprodução, nutrição e ambiência de animais de produção. 3. Escrituração de índices zootécnicos: levantamento e registro de dados, com interface com a informática, relativos à produção animal; 4. Melhoramento animal: uso da genética como instrumento de promoção da produção e produtividade das espécies animais; 5. Nutrição animal: conhecimento em bioquímica, metabolismo, digestão, absorção e deposição de nutrientes, alimentos e alimentação de animais ruminantes e não ruminantes; 6. Instalações e ambiência: conhecimento e aplicação de normas e procedimentos utilizados na construção de instalações animais e conforto térmico. 7. Bem-estar animal: conhecimento sobre normas, legislação e práticas relacionadas ao bem-estar animal. 8. Bioestatística. 9. Avicultura, Suinocultura, Bovinocultura de corte, Bovinocultura de Leite, Caprinocultura e Ovinocultura e Apicultura.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE SUÍNOS (ABCS). PRODUÇÃO DE SUÍNOS: TEORIA E PRÁTICA. 1. ED. BRASÍLIA: ABCS, 2014. 908P.

BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L. DE C. ESPÉCIES NATIVAS PARA PISCICULTURA NO BRASIL. 2. ED., REV. E AMPL. SANTA MARIA: EDITORA UFSM, 2010. 606 P.

BARBOSA, A.D.L., PEREIRA, F.D.M., VIEIRA NETO, J.M., REGO, J.D.S., LOPES, M.D.R., DE CAMARGO, R.C.R., 2007. CRIAÇÃO DE ABELHAS (APICULTURA). ÁREA DE INFORMAÇÃO DA SEDE-COL CRIAR PLANTAR ABC 500P/500R SABER (INFOTECA-E).

BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. NUTRIÇÃO DE RUMINANTES. JABOTICABAL: FUNEP, 2006. 583P.

BUTOLO, J. E. QUALIDADE DE INGREDIENTES NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL. CBNA, 2010. 2.ED.430P.

CUNNINGHAM, B. G. TRATADO DE FIOLOGIA VETERINÁRIA. 5ª ED. ELSEVIER, 2014. 624 P.

FARIA, D.E.D., FARIA FILHO, D.E.D., MAZALLI, M.R. AND MACARI, M., PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE OVOS DE POEDEIRAS COMERCIAIS. CAMPINAS:FACTA FUNDAÇÃO APINCO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AVÍCOLAS, 2019. 608P.

FRACALOSSO, D.M.; CYRINO, J.E.P. NUTRIAQUA: NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE ESPÉCIES DE INTERESSE PARA A AQUICULTURA BRASILEIRA. PRIMEIRA EDIÇÃO AMPLIADA. FLORIANÓPOLIS: SOCIEDADE BRASILEIRA DE AQUICULTURA E BIOLOGIA AQUÁTICA, 2013. 375P.

FURUYA, W.M. TABELAS BRASILEIRAS PARA A NUTRIÇÃO DE TILÁPIAS. TOLEDO: GFM, 2010. 100P.

GONÇALVES, P. B. D. BIOTÉCNICAS APLICADAS À REPRODUÇÃO ANIMAL. ROCA, 2008. 408 P.

HAFEZ, E. S. E.; HAFEZ, B. REPRODUÇÃO ANIMAL. 7. ED. SÃO PAULO: MANOLE, 2004. 513 P.

MACARI ET AL., MANEJO DA INCUBAÇÃO, 3A ED. CAMPINAS:FACTA FUNDAÇÃO APINCO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AVÍCOLAS, 2013. 468 P.

MACARI, M., FURLAN, R.L., GONZALES, E. PRODUÇÃO DE FRANGOS DE CORTE. 1ª.ED. CAMPINAS:FACTA FUNDAÇÃO APINCO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AVÍCOLAS, 2004. 356 P.

MACARI, M. GONZALES, E., PATRICIO, I S. SHIROMA, N. N. PRODUÇÃO DE MATRIZES DE FRANGOS DE CORTE. CAMPINAS:FACTA FUNDAÇÃO APINCO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AVÍCOLAS, 2018. 524 P.

MONTEIRO, S. G. PARASITOLOGIA NA MEDICINA VETERINÁRIA. ROCA. 2ª ED. 2017. 370 P.

NEIVA, R. S. CRIAÇÃO EFICIENTE DE BEZERRAS E NOVILHAS. 1ª ED. BELO HORIZONTE, 445 P.

OTTO, P. GENÉTICA BÁSICA PARA VETERINÁRIA. 5ª ED. ROCA, 2012. 336 P.

PEREIRA, J. C. C. MELHORAMENTO GENÉTICO APLICADO A PRODUÇÃO ANIMAL. BELO HORIZONTE; FEPMVZ, UFMG. 2008, 618P

PIRES, A. V. BOVINOCULTURA DE CORTE, PIRACICABA: FEALQ, 2010 V. L, 760 P.

PIRES, A. V. BOVINOCULTURA DE CORTE, PIRACICABA: FEALQ, 2010 V. LL, (761-1510) P.

ROSTAGNO, H.S.; ALBINO, L.F.T.; DONZELE, J.L.; GOMES, P.C.; OLIVEIRA, R.F.M.; LOPES, D.C.; FERREIRA, A.S.; BARRETO, S.L.T. TABELAS BRASILEIRAS PARA AVES E SUÍNOS: COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS E EXIGÊNCIAS NUTRICIONAIS. VIÇOSA: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA, 2017. 488 P.

SAKOMURA, N.K.; SILVA, J.H.V.; COSTA, F.G.P.; FERNANDES, J.B.K.; HAUSCHILD, L. NUTRIÇÃO DE NÃO RUMINANTES. 1. ED. JABOTICABAL: FUNEP, 2014. 678 P.

VIEIRA, S. INTRODUÇÃO A BIOESTATÍSTICA, ED. GUANABARA, 2021. 296 P.

VIEIRA, S.L. CONSUMO E PREFERÊNCIA ALIMENTAR DE ANIMAIS DOMÉSTICOS. LONDRINA, 2010. 315P.

Publicidade

1.Comunicação e Cultura: cultura e comunicação de massas; comunicação e identidade cultural; cultura popular e de massa; cultura midiática e plataformas digitais; comunicação e diversidade cultural; globalização e mídia; teorias da comunicação. 2. Produção Gráfica e Audiovisual: tipografia; fundamentos da produção gráfica; processos de impressão (offset, digital, serigrafia); acabamento gráfico; pré-impressão e fechamento de arquivos; padronização de cores; noções de orçamento gráfico; controle de qualidade em impressos; diagramação para impressão; produção de vídeo; produção de áudio; noções de edição; finalização de peças. 3. Pesquisa em Comunicação e Marketing: pesquisa qualitativa e quantitativa; pesquisa de mercado; análise de dados; comportamento do consumidor;

métodos de coleta de dados; análise de resultados. 4. Planejamento de Comunicação Publicitária: análise de cenário (SWOT); diagnóstico de comunicação; definição de objetivos; estratégias criativas e de mídia; cronograma de campanha; orçamento; mensuração de resultados. 5. Criação Publicitária: briefing; redação publicitária; direção de arte; storytelling; linguagem visual; campanhas institucionais e promocionais. 6. Mídia e Veiculação: planejamento de mídia; alcance, frequência e impacto; GRP e TRP; mídia online e off-line; mídia programática; compra de mídia; plataformas digitais; métricas de desempenho; mídias convencionais e novas mídias. 7. Branding e Gestão de Marca: identidade visual; posicionamento de marca; personalidade de marca; brand equity; reputação de marca; rebranding. 8. Comunicação Organizacional e Institucional: comunicação interna; comunicação externa; assessoria de imprensa; relações públicas; gerenciamento de imagem; comunicação integrada. 9. Marketing Político: comunicação política; imagem pública; discurso político; marketing eleitoral; propaganda política; opinião pública; mídias e política; panfletagem e propaganda eleitoral; marketing digital político. 7. Criação para Mídias Digitais: produção de conteúdo digital; copywriting; criação para redes sociais; vídeos curtos e formatos digitais; produção de conteúdo estratégico; engajamento e interação; métricas de desempenho digital; tráfego pago.

EAGLETON, Terry. A Ideia de Cultura. São Paulo: UNESP, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

VILLAS BOAS, André. Produção Gráfica para Designers. Rio de Janeiro: 2AB Editora, 2010.

COLLARO, Antonio Celso. Produção gráfica: arte e técnica na direção de arte. São Paulo: Pearson, 2012.

SAMARA, Timothy. Guia de design editorial: manual prático para o design de publicações. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CEZAR, Newton. Mídia Eletrônica: A Criação de Comerciais para TV, Rádio e Internet. Rio de Janeiro: 2AB, 2008.

MCLEISH, Robert. Produção de Rádio – Um Guia Abrangente de Produção Radiofônica. São Paulo: Summus, 2001.

MUBURGER, Robert B. Roteiro para Mídia Eletrônica: TV, Rádio, Animação e Treinamento Corporativo. Rio Janeiro: Editora Campus, 2008.

KELLISON, Cathrine. Produção e Direção para TV e Vídeo: Uma Abordagem Prática. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.

MUNARI, Bruno. Design e Comunicação Visual. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CHINEN, Nobuyoshi (Org.). Curso completo: design gráfico. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Escala, 2011.

TORRES, Cláudio. A Bíblia do Marketing Digital. São Paulo: Novatec Editora, 2009.

CARRASCOZA, João Anzanello. Do Caos à Criação Publicitária. São Paulo: Saraiva, 2008.

CESAR, Newton. Direção de Arte em Propaganda. São Paulo: Senac, 2009.

BUENO, Wilson. Comunicação Empresarial: Teoria e Pesquisa. São Paulo: Editora Manole, 2003.

LUPETTI, Marcélia. Planejamento de Comunicação. São Paulo: Futura, 2000.

LIMA, Alexandre Correa. Pesquisas de opinião pública. São Paulo: Novatec, 2017.

TORQUATO, Guadencio. Novo manual do marketing político. São Paulo: Saraiva, 2014.

BARBOSA, Ivan Santo; PEREZ, Clotilde. Hiperpublicidade v.1: Fundamentos e Interfaces. São Paulo: Thomson Pioneira, 2007.

COOPER, Alan. Como Planejar a Propaganda. São Paulo: Talento - GP Grupo de Planejamento, 2006.

PUBLIO, Marcelo Abílio. Como planejar e executar uma campanha de propaganda. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

HOHFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga. Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

VAZ, Gil Nuno. Marketing Institucional: o Mercado de Ideias e Imagens. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera. Teorias da comunicação. Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

KOTLER, Philip e ARMONSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

TORRES, Cláudio. A Bíblia do Marketing Digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet. 2ª ed. São Paulo: Novatec, 2018.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: do tradicional ao digital. 6ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

GABRIEL, Martha. Marketing na Era Digital. 2ª ed. São Paulo: Novatec, 2020.

TELLES, André. A Revolução das Mídias Sociais: cases, conceitos, dicas e ferramentas. 1ª ed. São Paulo: MBooks, 2010.

MARTINS, José Roberto. Branding. São Paulo: Global Brands, 2006.

Recursos Pesqueiros

1. Aquicultura: conceitos; fundamentos e formas de produção de organismos aquáticos. 2. Biologia aquática: aspectos gerais; conceitos e fundamentos. 3. Desenho técnico: conceitos gerais; tipos de representações gráficas e perspectivas. 4. Dinâmica de populações pesqueiras: conceitos; aplicações e formas de estimativas de parâmetros de populações pesqueiras. 5. Estatística: aplicações na pesca e aquicultura. 6. Extensão pesqueira: relações entre humanos e os recursos aquáticos na Amazônia. 7. Fisiologia de animais aquáticos: conceitos; aplicações e principais funções vitais dos animais aquáticos. 8. Genética: conceitos; aplicações e importância da sua aplicação nos estudos de animais aquáticos. 9. Ictiologia: conceitos; fundamentos e suas aplicações. 10. Legislação aquícola e pesqueira: conceitos; fundamentos e sua aplicação na preservação e conservação dos recursos aquáticos. 11. Limnologia: conceitos; aplicações e sua importância. 12. Microbiologia do pescado: conceitos e aplicações. 13. Nutrição de animais aquáticos: conceitos e importância na piscicultura. 14. Pesca: conceitos; fundamentos; divisões e formas de atuação na Amazônia. 15. Piscicultura: conceitos; aplicações e características de cultivo na Amazônia. 16. Sanidade de animais aquáticos: parasitos de animais aquáticos; ocorrência e identificação. 17. Tecnologia do pescado: conceitos e aplicações.

ALVES.; Anderson L.; VARELA.; Eduardo S.; HASHIMOTO, Diogo T. Genética Aplicada À Piscicultura. In: RODRIGUES, Ana Paula O.; LIMA, Adriana F.; ALVES, Anderson L.; ROSA, Daniele K.; TORATI, Lucas S.; SANTOS, Viviane R.V. Piscicultura De Água Doce: Multiplicando Conhecimentos. Brasília - DF: Embrapa, 2013. p. 273–300.

AMAZONAS. Decreto nº 39.125, de 14 de junho de 2018. Regulamenta A Pesca Amadora No Estado Do Amazonas.

AMAZONAS. Lei nº 3785 de 24 de julho de 2012. Dispõe Sobre O Licenciamento Ambiental No Estado Do Amazonas.

AMAZONAS. Lei nº 5.338 de 11 de dezembro de 2020. Disciplina A Atividade De Aquicultura No Estado Do Amazonas E Dá Outras Providências.

BALDISSEROTTO, Bernardo. Fisiologia De Peixes Aplicada À Piscicultura. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.

BEMVENUTI, Marlise A.; FISCHER, Luciano G. Peixes: Morfologia E Adaptações. Cadernos de Ecologia Aquática. Vol. 5, n. 2, p. 31-54, 2010.

BRAGA, Geraldo M.; KUNSCH, Margarida M. Comunicação Rural: Discurso E Prática. Viçosa - MG: UFV, 1993.

BRASIL. Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008. Dispõe Sobre As Infrações E Sanções Administrativas Ao Meio Ambiente, Estabelece O Processo Administrativo Federal Para Apuração Destas Infrações, E Dá Outras Providências.

BRASIL. Decreto nº 9013 de 29 de março de 2017. Regulamenta A Lei Nº 1.283, De 18 De Dezembro De 1950, E A Lei Nº 7.889, De 23 De Novembro De 1989, Que Dispõem Sobre A Inspeção Industrial E Sanitária De Produtos De Origem Animal.

BRASIL. Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. Dispõe Sobre A Política Nacional De Desenvolvimento Sustentável Da Aquicultura E Pesca.

CINTRA, R. História Natural, Ecologia E Conservação De Algumas Espécies De Plantas E Animais Da Amazônia. Manaus: Editora INPA, 2004.

CYRINO, José E.P.; URBINATI, Elisabeth C.; FRACALOSSI, Débora M.; CASTAGNOLLI, Newton. Tópicos Especiais Em Piscicultura De Água Doce Tropical Intensiva. São Paulo: TecArt, 2004.

DINIZ, Fábio M. Marcadores Moleculares E Suas Aplicações Na Aquicultura. In: TAVARES-DIAS, Marcos.; MARIANO, Wagner dos S. Aquicultura No Brasil: Novas Perspectivas. Vol. 1, São Carlos: Pedro & João Editores, p. 75-95.

ESTEVES, Francisco A. Fundamentos De Limnologia. 3. ed. Rio de Janeiro - RJ: Interciência, 2011.

FONSECA, J.S.; MARTINS, G.A. Curso De Estatística. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2011.

FRACALOSSI, Débora M.; CYRINO, José E.P. NUTRIAQUA: Nutrição E Alimentação De Espécies De Interesse Para A Aquicultura Brasileira. Florianópolis – SC: Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática, 2013.

FRAXE, Therezinha de J.P.; PEREIRA, Henrique S.; WITKOSKI, Antônio C. Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: Modos De Vida E Uso Dos Recursos Naturais. Manaus - AM: EDUA, 2007.

FREITAS, Carlos Edwar de C.; RIVAS, Alexandre A.F. A Pesca E Os Recursos Pesqueiros Na Amazônia Ocidental. Ciência E Cultura, 58(3): p. 30-32, 2006.

FRENCH, Thomas E. Desenho Técnico. 19ª ed. Porto Alegre – RS: Editora Globo, 1978.

GONÇALVES, Alex A. Tecnologia Do Pescado: Ciência, Tecnologia, Inovação E Legislação. 2 a edição, RJ: Atheneu, 2021.

IZEL, Antônio Cláudio U.; CRESCÊNCIO, Roger.; O’SULLIVAN, Fernanda L.A.; CHAGAS, Edsandra C.; BOIJINK, Cheila L. Cultivo De Tambaqui No Amazonas. Brasília - DF: Embrapa, 2014.

JUNK, Wolfgang J.; PIEDEDE, Maria Teresa F.; WITTMANN, Florian.; SCHÖNGART, Jochen. Várzeas Amazônicas - Desafios Para Um Manejo Sustentável. Manaus - AM: Editora INPA, 2020.

LIMA, Adriana F.; SILVA, Adriano P.; RODRIGUES, Ana Paula O.; SOUSA, Diego N.; LIMA, Leandro Kanamaru F.; TORATI, Lucas S.; FILHO, Manoel Xavier P.; MACIEL-HONDA, Patricia O.; FLORES.; Roberto Manolino V. Manual De Piscicultura Familiar Em Viveiros Escavados. Brasília - DF: Embrapa, 2024.

LOGATTO, Priscila V.R. Anatomia Funcional E Fisiologia Dos Peixes De Água Doce. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

MATTOS, Bruno O.; PANTOJA-LIMA, Jackson.; OLIVEIRA, Adriano T.; ARIDE, Paulo Henrique R. Aquicultura Na Amazônia: Estudos Técnico-Científicos E Difusão De Tecnologias. Ponta Grossa – PR: Atena Editora, 2021.

MEDEIROS, Paulo A. Manual Técnico De Piscicultura Familiar De Igapó. Editora INPA. 2023.

OSTRENSKI, Antonio.; BORGHETTI, José R.; SOTO, Doris. Aquicultura No Brasil: O Desafio É Crescer. Edição FAO, Brasília. 2008.

PAVANELLI, Gilberto C., EIRAS, Jorge C., TAKEMOTO, Ricardo M. Doenças De Peixes: Profilaxia, Diagnóstico E Tratamento. 2 a . Maringá: EDUEM: 2002.

PINHEIRO; Ana Maria B.; PIVETTA, Diana S.; NASCIMENTO, Izaura R. A Pesca Artesanal No Amazonas: Pescando Conquista E Desafios, Da Garantia À Efetivação De Seus Direitos. Revista De Direitos Sociais, Seguridade E Previdência Social, v. 10, n. 1, p. 58–75, 2024.

RODRIGUES, Ana Paula O.; BERGAMIN, Giovani T.; SANTOS, Viviane R.V. Nutrição E Alimentação De Peixes. In: RODRIGUES, Ana Paula O.; LIMA, Adriana F.; ALVES, Anderson L.; ROSA, Daniele K.; TORATI, Lucas S.; SANTOS, Viviane R.V. Piscicultura De Água Doce: Multiplicando Conhecimentos. Brasília - DF: Embrapa, 2013. p. 171-213.

RODRIGUES, Ana Paula O.; LIMA, Adriana F.; ALVES, Anderson L.; ROSA, Daniele K.; TORATI, Lucas S.; SANTOS, Viviane Rodrigues V. Piscicultura De Água Doce: Multiplicando Conhecimentos. Brasília - DF: Embrapa, 2013.

ROTTA, Marco A. Aspectos Gerais Da Fisiologia E Estrutura Do Sistema Digestivo Dos Peixes Relacionados À Piscicultura. Embrapa Documentos 53, p. 1–49, Corumbá – MS, 2003.

SANTOS, Alessandro C.; ROTA, Caroline B.; SILVA, Lindomar J.S.; MENEGHETTI, Gilmar A.; PINHEIRO, José O. Pesca Ornamental: Desafios Para A Consolidação De Um Sistema Sustentável De Produção De Peixes Ornamentais Em Comunidades Ribeirinhas Do Amazonas. Revista Terceira Margem Amazônia, v. 8, n. 19, p. 177-193, 2023.

SANTOS, Geraldo M.; FERREIRA, Efrem J.G. Glossário Ilustrado - Meio Ambiente Aquático E Áreas Inundáveis Da Amazônia, Com Ênfase Em Peixes. Manaus - AM: Editora INPA, 2021.

SANTOS, Geraldo M.; FERREIRA, Efrem J.G.; ZUANON, Jansen A.S. Peixes Comerciais De Manaus. 2 a ed. Manaus: EDITORA INPA. 2009.

SANTOS, Geraldo M.; SANTOS, Ana Carolina M. Sustentabilidade Da Pesca Na Amazônia. Estudos Avançados, vol. 19, n. 54, p.165-182. 2005.

SOUZA, Luan Patrick M.; SANTOS, Paulo Roberto B.; SILVA, Suzete R. Introdução À Estatística Aplicada À Aqüicultura. Ponta Grossa – PR: Atena Editora, 2023.

SPARRE, Per.; VENEMA, Siebren C. Introdução À Avaliação De Mananciais De Peixes Tropicais. Parte I: Manual. FAO Documento Técnico sobre as Pescas. Nº. 306/1, Rev.2. Roma – ITA: FAO. 1997.

VIEIRA, Regine Helena S.F. Microbiologia, Higiene E Qualidade Do Pescado. São Paulo - SP: Livraria Varela, 2004.

Enfermagem

1.Ética e legislação: Legislação de enfermagem; Ética e direitos humanos; Diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde; Saúde pública; Saúde e ambiente. 2. Procedimento básicos de enfermagem. 3. Atenção ao indivíduo e família em todas as fases da vida: Saúde mental; Saúde coletiva; Imunização; Educação em saúde. 4. Biossegurança: Saúde e segurança no trabalho; Segurança do paciente. 5. Processo de trabalho em saúde: Administração em enfermagem; Organização e fluxo de processo; Gestão da qualidade; Trabalho em equipe; Cuidados com recursos materiais e físicos. 7. Rede de Atenção à Saúde: Atenção Primária à Saúde; Atenção Secundária à Saúde, Atenção Terciária à Saúde, Urgência e emergência; Linhas de cuidados prioritárias. 8. História da enfermagem. 9. Processo de ensino-aprendizagem em enfermagem.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. ANVISA. Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Introdução a segurança do paciente. Módulo 1: Introdução à segurança do paciente e qualidade. Brasília: ANVISA, 2018. 42p.: il. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/6383/1/Unidade%201%20-%20Qualidade%20e%20Seguran%c3%a7a%20do%20Paciente%20em%20Servi%c3%a7os%20de%20Sa%c3%bade%20%281%29.pdf>

Arruda, A.J.C.G.; Santos, B. M.P.; Cavalcanti, C.C.; Silva, M.C.N.; Santos, S.M.J.; Silva, D.B.L. Tópicos de legislação para estudantes e profissionais de Enfermagem. 2º ed. Brasília, COFEN, 2020. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/LIVRO-COFEN-2020.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação [recurso eletrônico] 2.ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 294 p.: il. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/manual-de-normas-e-procedimentos-para-vacinacao.pdf/view>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Manual da Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações [recurso eletrônico]. 6. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. 221 p.: il. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_rede_frio_pni_6ed.pdf

<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2025/rede-de-frio-pni.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Vacinação. Calendário de Vacinação. Disponível no site: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario>

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Normas regulamentadoras. Disponível: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. 4. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Dispões sobre a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Básica, n.34 - Saúde mental. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia Política Nacional de Atenção Básica – Módulo 1: Integração Atenção Básica e Vigilância em Saúde [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 68 p

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013. Dispões sobre a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390_30_12_2013.html

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023 dispões sobre a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1604_20_10_2023.html

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011 dispõe sobre a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 84 p.: il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_rede_atencao_urgencias.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Organização Pan-Americana da Saúde – Opas. Módulo 3: Protocolos de segurança do paciente II. Brasília: ANVISA, 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] 5ª. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-5a-edicao-revisada-e-atualizada-2022/view>

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Dispões sobre a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Caderno de educação popular em saúde. Brasília. Ministério da Saúde, 2007. 160 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude_p1.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Decreto 94.406 de 8 de junho de 1987. Dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde: 1987. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687/>

Bastable, S. B. O enfermeiro educador: princípios de ensino-aprendizagem para a prática de enfermagem. Tradução Aline Capelli Vargas. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010, 688p.

Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gestão de Riscos e Investigação de Eventos Adversos Relacionados à Assistência à Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Brasília: ANVISA, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/manuais/copy2_of_infecq_qualidade_cad_7_completo_web_20250915_final2.pdf

Brunner; Suddarth. Manual de enfermagem médico-cirúrgica. Revisão técnica Sonia Regina de Souza; tradução Patricia Lydie Voeux. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

Calgaro, C. Biasoli, L.F.; Erthal, C. A. (Orgs.) Ética e direitos humanos [recurso eletrônico] Caxias do Sul, RS: Educs. 2016. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/etica-direitos-humanos-ebook.pdf>

Carvalho, M. M.; Paladini, PP. Gestão da Qualidade: teoria e casos. 2ªed. Rio de Janeiro: Elsevier ABEPRO, 2012.

Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 564 de dezembro de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, conforme o anexo desta Resolução, para observância e respeito dos profissionais de Enfermagem, que poderá ser consultado através do sítio de internet do Cofen. Brasília: COFEN, 2007. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/>

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. Uso seguro de medicamentos: guia para preparo, administração e monitoramento. Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. – São Paulo: COREN-SP, 2017. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/uso-seguro-medicamentos.pdf>

Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais. Segurança do paciente: Manual de orientação quanto à competência técnico-científica, ética e legal dos profissionais de enfermagem. Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais. Minas Gerais: COREN-MG. Disponível em: https://www.corenmg.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/manual_seguranca_paciente_2a_edicao.pdf

Neves, R.S.; Reis, K.M.C.; Fonseca, L.H.B.; Félix, N.D.C.; Moraes, T.C.P.(orgs.) Processo de enfermagem: método baseado em teorias, sistemas de classificações e casos clínicos. Goiânia, GO: Editora IGM, 2022

Padilha, M.I.; Borenstein, M.S.; *et al.* (orgs.). Enfermagem: história de uma profissão. Florianópolis: Difusão Editora, 2ª ed. 2015.

Potter, P.A.; Perry, A.G.; Stockert, A. M. H.; Wendy, R. O. Fundamentos de enfermagem. Ivone Evangelista Cabral (rev.); Andrea Delcorso (trad.) [recurso eletrônico]. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

Segurança do Trabalho

1. Segurança e Medicina do Trabalho: Normas Regulamentadoras. 2. Higiene Ocupacional: conceitos; classificação dos riscos ambientais; agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos; avaliação qualitativa e quantitativa; doenças ocupacionais relacionadas aos agentes ambientais; medidas de controle.

3. Segurança do Trabalho: legislação e normatização; acidentes de trabalho – conceito técnico e legal; causas de acidentes do trabalho; análise de acidentes; custos dos acidentes; cadastro de acidentes; comunicação e registro de acidentes; atos e condições inseguras; investigação de acidentes; estatísticas de acidentes; Equipamento de Proteção Individual (EPI); Equipamento de Proteção Coletiva (EPC); inspeção de segurança. 4. Medicina do Trabalho: Medicina do Trabalho na empresa; fisiologia humana; toxicologia; doenças profissionais; agentes causadores de doenças (físicos, biológicos e químicos); primeiros socorros; PCMSO – Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional. 5. Ergonomia: princípios e aplicabilidade; influência da iluminação, cores e clima; espaços de trabalho; sistemas de controle; atividades musculares e biomecânica; ergonomia e prevenção de acidentes; segurança em processamento de dados; transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais. 6. Prevenção e Controle de Perdas: conceitos gerais; estudo de riscos; mapeamento de riscos; planos e brigadas de emergência; análise de riscos; técnicas de análise; programa de Prevenção e Controle de Perdas; elementos básicos para um programa de segurança; inspeção de segurança; sistema de registro de acidentes; investigação de acidentes; identificação e controle das causas de acidentes; responsabilidade civil e penal; controle de perdas e perícias trabalhistas. 7. Prevenção e Controle de Riscos: caldeiras e vasos de pressão; movimentação de cargas; instalações elétricas; máquinas e ferramentas; soldagem e corte; trabalho em espaços confinados; construção civil; trabalhos em altura.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9077: Saídas de emergência em edificações. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

BRASIL. Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6514.htm>. Acesso em: 29 nov. 2025.

CAMISASSA, M. Q. Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 38 comentadas e descomplicadas. São Paulo: Método, 2025.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAZONAS. Diretoria de Atividades Técnicas. Instruções Técnicas. Disponível em: <<https://sisgat.cbm.am.gov.br/portal/legislacao/4>>. Acesso em: 29 nov. 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. Comissão Tripartite Paritária Permanente. Normas Regulamentadoras. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>>.

Acesso em: 29 nov. 2025.

SALIBA, T. M. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. 9. ed. São Paulo: LTr, 2024.

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manuais de Legislação Atlas. 92. ed. São Paulo: Atlas, 2025.